



**INPI** INSTITUTO  
NACIONAL  
DA PROPRIEDADE  
INDUSTRIAL

**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Instituto Nacional da Propriedade Industrial**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**Março / 2012**



**INPI** INSTITUTO  
NACIONAL  
DA PROPRIEDADE  
INDUSTRIAL

**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Instituto Nacional da Propriedade Industrial**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e Portaria CGU n.º 2546/2010.

**Rio de Janeiro, 03/2012**

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

A3P ó Agenda Ambiental na Administração Pública  
ABC ó Agência Brasileira de Cooperação  
ACAD ó Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento  
BR ó Brasil  
CAPES ó Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CBMB ó Centro Brasileiro de Material Biológico  
CEDIN ó Centro de Disseminação da Informação Tecnológica  
CENGE ó Coordenação de Engenharia e Arquitetura  
CETEC ó Centro de Educação Corporativa  
CFEPI ó Coordenação de Formação e Extensão em Propriedade Intelectual  
CGAD ó Coordenação-Geral de Administração  
CGAR ó Coordenação-Geral de Ação Regional  
CGCOM ó Coordenação-Geral de Comunicação Social  
CGIR ó Coordenação-Geral de Indicações Geográficas e Registros  
CGPO ó Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento  
CGREC ó Coordenação-Geral de Recursos  
CGRH ó Coordenação-Geral de Recursos Humanos  
CGTEC ó Coordenação-Geral de Contratos de Tecnologia  
CGTI ó Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação  
CGU ó Controladoria-Geral da União  
CITEC ó Coordenação de Informação Tecnológica  
CNI ó Confederação Nacional da Indústria  
CNPq ó Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COFIN ó Coordenação de Finanças  
COIND ó Coordenação de Fomento e Registro de Indicações Geográficas  
CONAC ó Coordenação de Cooperação Nacional  
COPGP - Coordenação de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa  
DESIN ó Divisão de Registro de Desenho Industrial  
DI ó Desenho Industrial  
DIARH ó Divisão de Administração de Recursos Humanos  
DIBIB ó Divisão de Serviços de Biblioteca  
DICIG ó Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros  
DICOD ó Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento  
DICOL ó Divisão de Contratos e Licitações  
DIGEP ó Divisão de Gestão de Projetos Estratégicos  
DIMPS ó Divisão de Material, Patrimônio e Suprimento  
DPLAD ó Divisão de Planejamento e Desempenho Institucional  
DIPTO ó Divisão de Registro de Programas de Computador e Topografia de Circuitos Integrados  
DIRAD ó Diretoria de Administração  
DIRMA ó Diretoria de Marcas  
DIRPA ó Diretoria de Patentes  
DISAO ó Divisão de Saúde Ocupacional  
DITED - Divisão de Tecnologias Educacionais  
DOU ó Diário Oficial da União  
DSERV ó Divisão de Serviços Gerais, Documentação e Arquivo  
ENAPID - Encontro Acadêmico em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento  
FAETEC ó Fundação de Apoio à Escola Técnica  
GSIPR - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

IBGE ó Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IEA ó Índice de Execução Adequada dos Projetos Estratégicos  
IES ó Índice de Execução Satisfatória  
IG ó Indicação Geográfica  
INPI ó Instituto Nacional da Propriedade Industrial  
INPI/PR ó Presidência do Instituto Nacional da Propriedade Industrial  
IPAS ó *Industrial Property Automation System*  
LDO ó Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA ó Lei Orçamentária Anual  
LPI ó Lei da Propriedade Industrial  
MAPA ó Ministério da Agricultura e Pecuária  
MDIC ó Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
MEC ó Ministério da Educação  
MEI ó Mobilização Empresarial pela Inovação  
MPES ó Micro e Pequenas Empresas  
MPOG ó Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
MRE ó Ministério das Relações Exteriores  
OMC ó Organização Mundial do Comércio  
OMPI ó Organização Mundial da Propriedade Intelectual  
OUVID ó Ouvidoria  
PAG ó Protocolo Automatizado Geral  
PDE ó Programa de Desenvolvimento de Equipes  
PDG ó Programa de Desenvolvimento de Gestores  
PI ó Patente de Invenção  
PI ó Propriedade Intelectual  
PITCE ó Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior  
PPA ó Plano Plurianual do Governo Federal  
PR ó Presidência  
PROAMB ó Programa de Ambientação de Novos Servidores  
PROSUR ó Sistema de Cooperação Regional em Propriedade Intelectual na América do Sul  
SEACO ó Serviço de Apoio Administrativo da Coordenação-Geral de Indicações Geográficas e Registros  
SEBUS ó Seção de Orientação e Busca de Patentes  
SEGEA ó Serviço de Gerenciamento de Aquisições  
SERCO ó Seção de Exame Formal, Recebimento e Controle de Documentos de Registros  
SERPA ó Serviço de Patrimônio  
SIAFI ó Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIAPE ó Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIASG ó Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICON ó Sistema de Gestão de Contratos  
SICONV ó Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SIGEP ó Sistema de Gestão de Projetos Estratégicos  
SIGPlan ó Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SINPI ó Sistema Integrado da Propriedade Industrial  
SIOP ó Sistema de Integrado de Planejamento e Orçamento  
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SISCAP ó Sistema de Cadastramento Automático da Produção  
SRV ó Sistema de Requisição de Veículos  
TCU ó Tribunal de Contas da União

## LISTA DE QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

<b>TÍTULO</b>	<b>PÁGINA</b>
<b><u>QUADRO</u></b>	
Quadro I ó Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual.....	14
Quadro II ó Demonstrativo da execução por programa de governo .....	28
Quadro IV - Identificação das unidades orçamentárias.....	32
Quadro V - Programação de despesas correntes .....	33
Quadro VI - Programação de despesas de capital.....	34
Quadro VII - Resumo da programação de despesas e da reserva de contingência .....	35
Quadro VIII - Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	36
Quadro IX - Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ.....	37
Quadro X - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ....	38
Quadro XI - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ..	39
Quadro XII - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores .....	63
Quadro XIII - Força de Trabalho da UJ ó Situação apurada em 31/12.....	64
Quadro XIV - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ ó Situação em 31/12.....	64
Quadro XV - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.....	65
Quadro XVI - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12 .....	65
Quadro XVII - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade.....	65
Quadro XVIII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro .....	66
Quadro XIX - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	66
Quadro XX - Composição do Quadro de Estagiários .....	66
Quadro XXI ó Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	67
Quadro XXII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva .....	70
Quadro XXIII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	71
Quadro XXIV ó Quadro com os indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos .....	74
Quadro XXV - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	78
Quadro XXVI - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios .....	79
Quadro XXVII - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	79
Quadro XXVIII - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. ....	80
Quadro XXIX - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	81
Quadro XXX - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV .....	85
Quadro XXXI - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR .....	86
Quadro XXXII - Estrutura de controles internos da UJ .....	87
Quadro XXXIII ó Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	89
Quadro XXXIV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	92
Quadro XXXV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros..	92
Quadro XXXVI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ .....	93
Quadro XXXVII - Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada .....	95

Quadro XXXVIII - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	96
Quadro XXXIX - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) .....	96
Quadro XL - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	97
Quadro XLI - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	106
Quadro XLII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	107
Quadro XLIII - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	110
Quadro XLIV - Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício.....	114
Quadro XLV - Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência.....	135
Quadro XLVI ó Declaração do contador com ressalva .....	151

## **TABELAS**

Tabela I - Projetos Estratégicos em Andamento por Diretriz Estratégica .....	24
Tabela II - Ranking de Desempenho Setorial .....	25
Tabela III ó Desempenho da Carteira de Indicadores do INPI em 2011 .....	41
Tabela IV - Imagem Institucional .....	42
Tabela V - Índice de Satisfação com o Atendimento da Ouvidoria Externa .....	42
Tabela VI - Índice de Satisfação com o Atendimento da Ouvidoria Interna.....	43
Tabela VII - Índice de Atendimentos da Ouvidoria no Prazo .....	43
Tabela VIII - Índice de Execução Adequado dos Projetos Estratégicos - IEA .....	44
Tabela IX - Atividades de Cooperação Dirigidas ao Sistema Brasileiro de Inovação.....	45
Tabela X - Inserções do INPI em Eventos de Terceiros.....	46
Tabela XI - Atividades de Cooperação Dirigidas aos Sistemas Regionais de Inovação.....	46
Tabela XII - Participantes das Atividades de Cooperação Dirigidas ao Sistema Brasileiro de Inovação .....	47
Tabela XIII - Participantes das Atividades de Cooperação Dirigidas a Sistemas Regionais de Inovação.....	48
Tabela XIV- Índice de Produtividade nas Buscas em Documentos de Patentes Solicitadas .....	48
Tabela XV - Índice de Produtividade nas Buscas em Documentação não Patentárias solicitadas....	49
Tabela XVI - N° de Pessoas Capacitadas em Cursos de Curta Duração Presenciais .....	49
Tabela XVII - N° de Pessoas Formadas em Cursos de Longa Duração .....	50
Tabela XVIII - N° de Pessoas Presentes em Seminários.....	50
Tabela XIX - N° de Publicações em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento .....	51
Tabela XX - N° de Pessoas Capacitadas em Cursos de Educação à Distância .....	51
Tabela XXI - Índice de Demanda Acumulada de Marca .....	52
Tabela XXII - Tempo Médio de Espera entre o Depósito e o Exame de Marca .....	52
Tabela XXIII - Backlog de Marcas .....	52
Tabela XXIV - Idade Média dos Pedidos em Espera pelo Exame de Marcas.....	53
Tabela XXV - N° de Primeiros Exames de Pedidos de Patentes.....	53
Tabela XXVI - Produtividade de Decisões de Patentes .....	54
Tabela XXVII - Produtividade na Expedição de Cartas Patentes.....	54
Tabela XXVIII - Reversão de Decisão Administrativa de Patente.....	54
Tabela XXIX - Produtividade de Exame de Desenhos Industriais de Primeira Instância .....	55
Tabela XXX - Produtividade de Exame de Programa de Computador.....	56
Tabela XXXI - Produtividade de Exame de Indicações Geográficas .....	56
Tabela XXXII - Índice de Fomento de Indicações Geográficas .....	57
Tabela XXXIII - Índice de Produtividade de Exame Formal Preliminar dos Pedidos de Registro de Desenho Industrial .....	57
Tabela XXXIV - Tempo Médio de Decisão dos Requerimentos de Averbação de Contratos de Tecnologia.....	58
Tabela XXXV - Índice de Não Conformidade de Certificados de Averbação.....	58
Tabela XXXVI - Relação entre Decisões e Requerimentos de Averbação de Contratos de Tecnologia.....	59
Tabela XXXVII - Índice de Arrecadação de Receita.....	59
Tabela XXXVIII - Índice de Execução da Despesa.....	60
Tabela XXXIX - Horas de Treinamento Servidoras de Nível Superior do INPI .....	60
Tabela XL - Índice de Rotatividade de Trabalho .....	61
Tabela XLI - Tempo de Afastamento Médio do Servidor por Motivo de Saúde .....	61
Tabela XLII - Horas de Treinamento dos Gestores do INPI .....	61
Tabela XLIII - Horas de Treinamento Servidoras de Nível Médio do INPI .....	62
(Situação em 31 de dezembro).....	65

Situação apurada em 31/12 .....	65
Tabela XLIV ó Transferências DICOD ó 2009/2011 .....	83

## **GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Situação Atual da Carteira de Projetos Estratégicos ó Dezembro/2011 .....	21
Gráfico 2 - Evolução do Índice de Execução Satisfatória ó Dezembro/2009 a dezembro/2011 .....	21
Gráfico 3 - Evolução da Situação da Carteira - Dezembro de 2009 a dezembro de 2011 .....	22
Gráfico 4 - Evolução do Desempenho por Diretriz Estratégica.....	23
Gráfico 5: Evolução do Desempenho Setorial .....	26
Gráfico 6 - Principais Problemas de Execução dos Projetos Estratégicos .....	27

## **FIGURAS**

Figura 1 ó Organograma Funcional.....	11
---------------------------------------	----



## SUMÁRIO

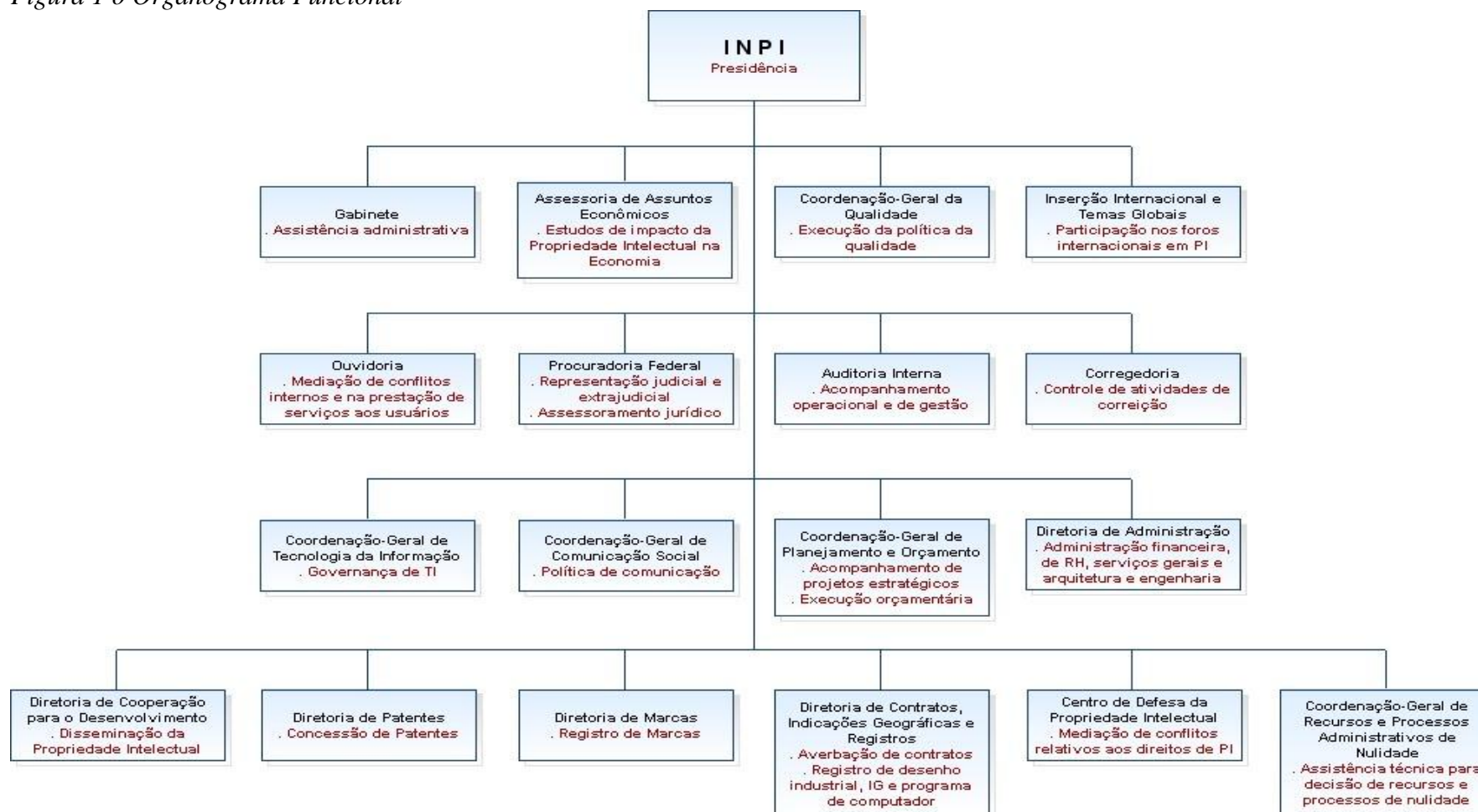
ORGANOGRAMA FUNCIONAL	11
INTRODUÇÃO	12
PARTE A ó CONTEÚDO GERAL	14
1. Identificação	14
2. Responsabilidades Institucionais da Unidade	16
2.1 Competência Institucional e Objetivos Estratégicos	16
2.2 Estratégia de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais	19
2.3 Programa de Governo sob a Responsabilidade da Unidade	28
Quadro III ó Execução física das ações realizadas pela UJ	31
2.4 Desempenho Orçamentário / Financeiro	32
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	32
2.4.2 Programação de Despesas Correntes	33
2.4.3 Programação de Despesas de Capital	34
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas	35
2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	36
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa	37
2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	37
2.5 Indicadores Institucionais	41
2.5.1 Coordenação-Geral de Comunicação Social - CGCOM	42
2.5.2 Ouvidoria ó OUVID	42
2.5.3 Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento ó CGPO	44
2.5.4 Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento - DICOD	45
2.5.5 Diretoria de Marcas - DIRMA	52
2.5.6 Diretoria de Patentes - DIRPA	53
2.5.7 Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros.	55
2.5.8 Diretoria de Administração - DIRAD	59
4. Movimentação e Saldo de Restos a Pagar e Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	63
4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	63
5. Composição do quadro de servidores ativos	64
5.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	64
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	66
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	66
5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	67
5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada	69
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	74
6. Instrumentos de transferências vigentes no exercício	78
6.1 Análise Crítica	82
7. Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV	85
8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	86
8.1 Análise Crítica	86
9. Estrutura de controles internos da UJ	87
10. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	89
11. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	92
11.1 Análise crítica	94
12. Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada	95
13. Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo	96
14. Deliberações do TCU atendidas no exercício	97
14.1 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	106
14.2 Recomendações do OCI atendidas no exercício	107

14.3	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	110
15.	Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício	114
15.1	Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento	135
16.	Outras informações relevantes prestadas pelas Diretorias para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício	148
16.1	Diretoria de Patentes ó DIRPA	148
16.2	Diretoria de Marcasó DIRMA	148
16.3	Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registrosó DICIG	148
16.4	Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento ó DICOD	149
16.5	Diretoria de Administração ó DIRAD	149
	<b>PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO</b>	151
17.	Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	151
18.	Resultados e Conclusão	152

## ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O Decreto nº 7.356, de 12 de novembro de 2010, aprovou a nova Estrutura Regimental do Instituto Nacional da Propriedade Industrial. No entanto, ainda se encontra em elaboração o regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da estrutura regimental do INPI, suas competências e as atribuições de seus dirigentes. Dessa forma, a Figura 1 apresenta o organograma funcional apenas da estrutura hierárquica geral.

Figura 1 ó Organograma Funcional



## INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão está estruturado em itens, seguindo o modelo do documento "Elaboração do Relatório de Gestão de 2010 - Orientações Gerais", do Tribunal de Contas da União, da DN TCU 108/2010 e da Portaria TCU 123/2010.

Estão relacionados a seguir os itens do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 que não se aplicam e/ou não tiveram ocorrências:

i) Uma vez que a UJ utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira o SIAFI, o item 2 da Parte B não se aplica ao INPI.

ii) Tendo em vista que a UJ não está sob o regime de Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações e não cabe parecer de auditoria independente, os itens 3 e 5 da Parte B não se aplicam ao INPI.

iii) No que concerne ao item 3 da Parte A, relativo à informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, não houve ocorrência neste exercício, tendo em vista que não foram registrados débitos referentes a fornecedores de bens e/ou serviços, de pessoal, encargos sociais, obrigações tributárias e de débitos diversos, não contempladas pela execução orçamentária em virtude de limitação da programação financeira ou por insuficiência de créditos, ou ainda em fase de identificação do crédito orçamentário, conforme disposto na nota técnica STN/CCONT Nº 2309, de 28 de dezembro de 2007.

iv) O item 14 da Parte A não se aplica ao INPI uma vez que o órgão não se enquadra nos termos dispostos no art. 14, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 o Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF)

No ano de 2011, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) deu passos importantes para atingir sua complexa, porém fundamental, meta: garantir mais agilidade e qualidade na concessão de direitos de propriedade intelectual. Ao alcançar este objetivo, o Instituto dará um impulso à inovação no País e à competitividade das empresas brasileiras.

A demanda por direitos de PI passa por uma forte expansão mundial, e o INPI faz seu trabalho de estimular a procura por seus serviços no Brasil. Em 2011, o Instituto atingiu dois recordes importantes, com cerca de 32 mil pedidos de patentes e 152 mil solicitações de registros de marcas.

A tendência é ampliar estes números em 2012, até porque as ações de capacitação realizadas pelo Instituto vêm formando cada vez mais pessoas para atuar com propriedade intelectual. O número de pessoas capacitadas em cursos de curta duração presenciais, por exemplo, chegou a 1.611 no ano passado. O Instituto também possui parcerias com instituições voltadas para o desenvolvimento e da área educacional.

Para atender à demanda crescente, começou a ser implantado em 2011 o módulo de processamento interno do sistema e-Patentes, que permitirá, em 2012, a solicitação da patente pela Internet. A informatização dos procedimentos administrativos tirou da fila os pedidos que não tinham condições para serem examinados. Isso contribuiu para reduzir o prazo estimado de análise, para 5,4 anos, das solicitações que entraram no 1º semestre do ano passado.

E tudo isso sem abrir mão da qualidade nos exames. Neste sentido, uma contribuição importante vem do campo internacional. O projeto PROSUR, que ganhou força em 2011, irá permitir que

examinadores sulamericanos troquem informações na etapa de análise da patente que é comum a todos, contribuindo para melhorar o exame em todos os países.

Na área de marcas, o INPI lançou, no ano passado, a versão 2.0 do sistema e-Marcas, com uma interface mais amigável e segura para os usuários. No âmbito interno, será implantado em 2012 o *Intellectual Property Automation System* (IPAS), que irá contribuir para aperfeiçoar o processamento do exame.

Ainda no campo da informatização, o INPI deverá lançar em 2012, a partir dos desenvolvimentos já realizados, sistemas eletrônicos para serviços como Desenho Industrial, Registro de Programa de Computador e Averbação de Contratos de Tecnologia. Outros serviços, como a Indicação Geográfica, seguem o mesmo caminho de modernização.

Vale lembrar que tal processo depende da continuidade da reestruturação no INPI, bem como da contratação de pessoal para enfrentar a demanda crescente. Porém, independente do que ainda precisa ser feito, pode-se dizer que as realizações de 2011 contribuíram para apresentar ao Brasil um INPI mais moderno e conectado às demandas do século XXI. E o futuro reserva muito mais.

## PARTE A ó CONTEÚDO GERAL

### 1. Identificação

#### *Quadro I ó Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual*

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio ó MDIC			<b>Código SIORG:</b> 003162
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL			
<b>Denominação abreviada:</b> INPI			
<b>Código SIORG:</b> 000382	<b>Código LOA:</b> 28203		<b>Código SIAFI:</b> 30204
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia			
<b>Principal Atividade:</b> Regulação do Direito de Patente; Federal			<b>Código CNAE:</b> 8413-2
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(21) 3039-3037	(21) 3039-3121	(21) 3039-3398
<b>Endereço eletrônico:</b> presidencia@inpi.gov.br			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.inpi.gov.br">http://www.inpi.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Rua Mayrink Veiga, 9 ó Centro ó Rio de Janeiro ó RJ ó CEP 20090-050 e Praça Mauá, 7 ó Centro ó Rio de Janeiro ó RJ ó CEP 20081-240			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criação: Lei n.º 5.648, de 11 de dezembro de 1970 - DOU de 14/12/1970			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estrutura: Decreto nº 7.356, de 12 de novembro de 2010 (em elaboração o novo Regimento interno)			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
No portal <a href="http://www.inpi.gov.br">http://www.inpi.gov.br</a> estão disponibilizados todos os manuais e publicações relacionadas às atividades do INPI.			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
183038	Instituto Nacional da Propriedade Industrial		
183040	Escritório de Difusão Regional Sul II		
183042	Escritório de Difusão Regional Sul I		
183043	Escritório de Difusão Regional Centro-Oeste		
183044	Escritório de Difusão Regional Nordeste		
183045	Escritório de Difusão Regional Sudeste I		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
18801	Instituto Nacional da Propriedade Industrial		

<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
183038	18801
183040	18801
183042	18801
183043	18801
183144	18801
183045	18801

Fonte: INPI, SIAFI, IBGE e SIGPlan.

## 2. Responsabilidades Institucionais da Unidade

### 2.1 Competência Institucional e Objetivos Estratégicos

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), é responsável por registros de marcas, concessão de patentes, averbação de contratos de transferência de tecnologia e de franquia empresarial e por registros de desenho industrial e indicações geográficas, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/1996), além de registros de programas de computador (Decreto n.º 2.556/1998) e de topografia de circuitos integrados (Lei n.º 11.484/2007).

Criado no dia 11 de dezembro de 1970, pela Lei n.º 5.648, em uma época marcada pelo esforço de industrialização do Brasil, o INPI pautava sua atuação por uma postura cartorial que se limitava à concessão de marcas e patentes e pelo controle da importação de novas tecnologias. A partir de 2004, o INPI passou a concentrar esforços para utilizar o sistema de propriedade industrial como instrumento de capacitação e competitividade, condições fundamentais para alavancar o desenvolvimento tecnológico e econômico nacional.

Dessa forma, em 2011, o INPI deu continuidade ao processo para garantir mais agilidade, qualidade e segurança aos processos de concessão de direitos sobre patentes, marcas, desenhos industriais, programas de computador, topografia de circuitos integrados e indicações geográficas.

Na área de patentes, o INPI vem passando por melhorias nos seus processos e procedimentos. Desde março de 2011, o sistema via Internet e-Patentes permite que os usuários tenham acesso digital aos pareceres emitidos pelas divisões técnicas e à carta patente expedida. A partir de 2012, serão viabilizados o depósito eletrônico de patentes e o acompanhamento digital de toda a fase processual do pedido, aumentando a transparência das ações do Instituto para a sociedade.

Outra ação importante é a informatização continuada dos procedimentos administrativos da área de patentes, permitindo a redução dos pedidos de patentes acumulados para decisão (*backlog*) e a diminuição do prazo de decisão do pedido, tirando da fila aqueles pedidos de patente que não estão aptos de serem examinados. Como resultado do esforço para acelerar as análises, o número de concessões de patentes no ano de 2011 se manteve praticamente constante em relação ao ano de 2010, ou seja, 3.806 e 3.620 cartas patentes expedidas, respectivamente. Este número deve ser superado em 2012.

Ainda em patentes, as atividades do INPI como Autoridade Internacional de Busca e Exame Preliminar têm facilitado ao inventor nacional obter a proteção do seu invento em outros países. Em 2011, em 76% dos depósitos internacionais, realizados por inventores nacionais, o INPI foi escolhido como autoridade internacional. Isto demonstra a seriedade do trabalho que vem sendo desenvolvido no INPI e realça a necessidade de se manter este padrão de qualidade com o aumento continuado destes depósitos.

No entanto, para que todos os resultados sejam alcançados, é necessária a contratação de novos examinadores de patentes e a reavaliação adequada do pessoal de nível administrativo, de tal forma que os processos possam ser executados com eficiência e qualidade cada vez maiores. O INPI necessita de 700 examinadores de patentes para conseguir alcançar a meta estabelecida no planejamento estratégico de examinar as patentes dentro do prazo médio de quatro anos.



Na área de marcas, o INPI avançou no processo de informatização, cujo marco inicial foi a implantação, em 2006, do e-Marcas, o sistema de depósito de marcas pela Internet. A versão 2.0 do sistema foi lançada em outubro de 2011, resultando numa interface mais amigável e segura aos usuários. No âmbito do processamento interno, está prevista a implantação, em 2012, do *Intellectual Property Automation System* (IPAS). Ele foi adaptado para a utilização no Instituto, por meio de uma cooperação entre o INPI e a Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), e conta com ferramentas de controle de prazos e importantes funcionalidades de busca nas bases de dados de marcas, como a possibilidade da busca fonética e uma melhoria na busca figurativa.

O IPAS é adequado para uso nos projetos futuros, como o Protocolo de Madri, pois já está preparado para alguns requisitos do Protocolo, como o sistema multiclasse e a co-titularidade da marca. O Protocolo é um sistema de depósito internacional de marca, que permitirá ao requerente brasileiro depositar seu pedido em 84 países em todo o mundo. O IPAS permitirá também um aumento da produtividade dos examinadores, de modo que o INPI possa lidar com uma demanda cada vez maior por marcas. Já em 2011, o INPI alcançou o recorde de 152.864 pedidos.

Na área de contratos de transferência de tecnologia, foi concluído em 2011 o documento síntese de diretrizes de exame dos procedimentos de análise técnica das modalidades contratuais Uso de Marcas e Serviços de Assistência Técnica. Em 2012, será a vez das modalidades contratuais Fornecimento de Tecnologia, Exploração de Patentes e Franquia.

Com o intuito de facilitar o acesso e garantir agilidade ao pedido de averbação dos contratos de transferência de tecnologia, o INPI dará início ao e-Contratos em 2012, tendo como 1ª fase a implementação dos formulários eletrônicos. Também será criada uma base de dados para fins estatísticos, possibilitando a geração de pesquisa analítica sobre o impacto econômico da propriedade industrial, o que irá subsidiar decisões empresariais e políticas públicas.

Com relação às Indicações Geográficas, foi estabelecido acordo de cooperação com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para sistematizar e simplificar as informações das delimitações das áreas das indicações geográficas brasileiras e possibilitar a sua disponibilização nos bancos de dados do Sistema Cartográfico Nacional.

Também são objetivos para 2012: a criação de um sistema automatizado para o processamento de registros de Indicações Geográficas e Topografia de Circuito Integrado e migração dos módulos de Desenhos Industriais e Programas de Computador para nova plataforma eletrônica de processamento de registros (e-DI e e-Software).

No campo internacional, o INPI intensificou em 2011 sua participação nos debates envolvendo a possível adesão do Brasil aos tratados internacionais nos campos de marcas, patentes, desenhos industriais e indicações geográficas. O Instituto também contribuiu de maneira efetiva e qualificada nos principais foros técnicos e políticos de propriedade intelectual, como a OMPI e a OMC.

Também foi assinado acordo entre o Governo Brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério de Relações Exteriores (MRE), e a OMPI, tendo como executor o INPI, com vigência de quatro anos. O projeto contempla ações de cooperação no eixo Sul-Sul para Disseminação da Cultura de Propriedade Intelectual e o Intercâmbio de Melhores Práticas.

Destaca-se também a consolidação e o fortalecimento do Sistema de Cooperação Regional em Propriedade Industrial na América do Sul, denominado *Prosur*, que inclui Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai. Foram realizados encontros entre examinadores de patentes, com o objetivo de desenvolver uma plataforma comum de integração e intercâmbio dos dados e sistemas de informação entre os escritórios nacionais de Propriedade

Industrial da região, o que permitirá o aumento da qualidade no exame e diminuição do prazo de decisão de um pedido de patente, permitindo também a redução do *backlog*. Também foram realizados encontros para discutir uma possível integração regional na área de marcas.

Na disseminação da cultura de propriedade industrial em âmbito nacional, destaca-se a parceria com a Apex-Brasil e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No primeiro caso, multiplicadores de conhecimento que atuam junto às micro e pequenas empresas (MPEs) exportadoras receberam treinamento e cartilha sobre a importância da proteção dos ativos intangíveis e sobre o incremento da competitividade gerado pelo investimento em inovação. Com o CNPq, foi iniciada a integração da sua Plataforma Lattes com o banco de dados do INPI, o que possibilitará maior visibilidade aos detentores de patentes e outros ativos intangíveis, além de incentivar a interlocução entre universidade e indústria. Foram intensificadas ações em conjunto com a indústria, especialmente com a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), grupo da CNI que, em 2011, lançou uma agenda a favor da propriedade intelectual e da inovação.

Também foi criado um novo serviço de atendimento às MPEs, em questões relativas a contratos de assistência técnica, uso de marca e transferência de tecnologia. Projetos pilotos foram realizados em Belo Horizonte, em Recife e em Porto Alegre. Para 2012, estão previstos cerca de 400 atendimentos individuais em outras capitais do país. O mesmo deverá acontecer com software.

Ainda em 2011, a Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI lançou o Curso Geral de PI à distância, de formação básica, em parceria com a OMPI. Outra ação de grande alcance foi o Curso de Especialização em PI e Inovação, à distância, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), que já em sua primeira turma, em 2012, pretende formar 2.000 mil alunos, dentre professores e técnicos vinculados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de todas as regiões do Brasil.

No campo educacional, o INPI também firmou acordos de cooperação com a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) e com o Centro Paula Souza, que congrega as escolas técnicas do Estado de São Paulo. Os dois acordos visam à inserção da temática no âmbito das escolas técnicas, por meio da capacitação dos professores que atuarão como multiplicadores em suas disciplinas.

As palestras e atendimentos em estandes de eventos científicos e técnicos em todo o País alcançaram 8.165 pessoas em 2011. No mesmo período, foram capacitadas 2.019 pessoas, entre participantes das diversas atividades de treinamento realizadas em parcerias e os formandos do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI.

Ainda com o objetivo de ampliar a qualidade dos exames que realiza, o INPI vai implantar o Sistema de Gestão da Qualidade e o Modelo de Excelência da Gestão Pública em todos os processos de trabalho. Isto inclui a construção de um Plano Integrado da Qualidade, com diretrizes comuns voltadas para todas as unidades do INPI. Para 2012, os esforços serão concentrados no sentido de licitar, pela modalidade técnica e preço, empresa de consultoria especializada com experiência real em obtenção de Prêmios da Qualidade concedidos pelo Governo Federal e em processos devidamente padronizados para ISO 9001:2008.

No campo da defesa da propriedade intelectual, o INPI também está se preparando para atuar em resolução de conflitos, inicialmente com o instituto da mediação, já em 2012, e, posteriormente, com arbitragem. Foram realizados ainda cursos específicos de capacitação para agentes públicos que atuam no combate à pirataria, principalmente agentes da Receita Federal e das polícias. Em 2011, foram capacitados 306 agentes públicos em sete Alfândegas e Inspetorias da Receita Federal do Brasil, incluídos aeroportos, portos e portos secos. A meta é que a capacitação supere 300 agentes públicos em 2012.

Outro marco importante na administração do INPI foi o aluguel do Edifício São Bento 1, no Rio de Janeiro, que possibilitará o esvaziamento do Edifício A Noite, na Praça Mauá. O objetivo é reformar este último prédio, que se encontra sem condições ideais de ocupação, além de adequá-lo ao Projeto Porto Maravilha, que irá revitalizar a área para a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

## **2.2 Estratégia de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais**

O INPI desempenha hoje papel estratégico no contexto das políticas de desenvolvimento visto que é a Autarquia responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual.

Para adequá-lo ao novo contexto, o Governo Federal decidiu implementar um Programa de Reestruturação do INPI em 2004, logo após a implantação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). O propósito do Programa era não apenas a busca da eficiência, mas também a facilitação do acesso dos cidadãos e empresas aos serviços prestados, além do desenvolvimento de uma cultura de propriedade intelectual que favorecesse o crescimento e a inserção internacional das empresas brasileiras na economia global.

Em 2007, dá-se o início da segunda fase da reestruturação com atitudes mais ousadas e alinhadas aos objetivos da orientação estratégica do Plano Plurianual do Governo Federal. A Alta Administração do Instituto implanta, então, o Planejamento Estratégico 2007-2011. Foram definidas a Missão (o INPI existe para criar um sistema de Propriedade Intelectual que estimule a inovação, promova a competitividade e favoreça os desenvolvimentos tecnológico, econômico e social) e a Visão (o INPI deverá ser um dos institutos de Propriedade Intelectual de referência no mundo, no que tange à eficiência e à qualidade dos seus diversos serviços).

Em 2009, é feita a revisão do Planejamento Estratégico para adequá-lo às necessidades daquele momento, com a extensão do horizonte para 2012. A Carteira de Projetos do INPI totalizava 73 projetos estratégicos, alinhados às Diretrizes Estratégicas (números romanos de I a VII) e Objetivos Estratégicos (números arábicos de 1 a 18):

### *I - Garantia da Eficiência e da Qualidade no Exame e Registro de Direitos*

1. Aumentar a Eficiência Operacional
2. Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame

### *II - Divulgação e Comunicação do INPI com a Sociedade*

3. Promover a Cultura de Respeito à Propriedade Intelectual
4. Promover a Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

### *III - Aperfeiçoamento Institucional do Sistema Nacional de Propriedade Intelectual*

5. Assegurar o Uso Estratégico do Sistema da Propriedade Intelectual pelas Empresas Brasileiras
6. Apoiar o Estabelecimento da Jurisprudência em Matérias de Propriedade Intelectual
7. Revisar a Lei da Propriedade Industrial - LPI

### *IV - Execução e Fomento da Educação e da Pesquisa em Propriedade Intelectual*

8. Desenvolver a Academia de Inovação e Propriedade Intelectual
9. Consolidar as Atividades de Pesquisa em Propriedade Intelectual

### *V - Inserção no Sistema Internacional de Propriedade Intelectual*

10. Aderir aos Tratados Internacionais
11. Ampliar a Cooperação Sul-Americana

12. Fortalecer a Cooperação com Autoridades de Propriedade Intelectual dos Parceiros Comerciais do Brasil

*VI - Desenvolvimento da Infraestrutura de Suporte à Propriedade Intelectual*

13. Articular Nacionalmente as Micro e Pequenas Empresas

14. Desenvolver Institucionalmente o Sistema Brasileiro de Propriedade Intelectual

*VII - Modernização do INPI*

15. Melhorar a Logística e Instalações

16. Consolidar a Automação

17. Desenvolver a Gestão Integrada de Recursos Humanos do INPI

18. Implantar a Gestão da Qualidade

O gerenciamento dos projetos acabou ganhando significativa importância no INPI com a criação da Divisão de Gestão de Projetos Estratégicos (DIGEP) em 2010, que tem a função de coordenar e oferecer suporte técnico à gestão de projetos estratégicos do Instituto.

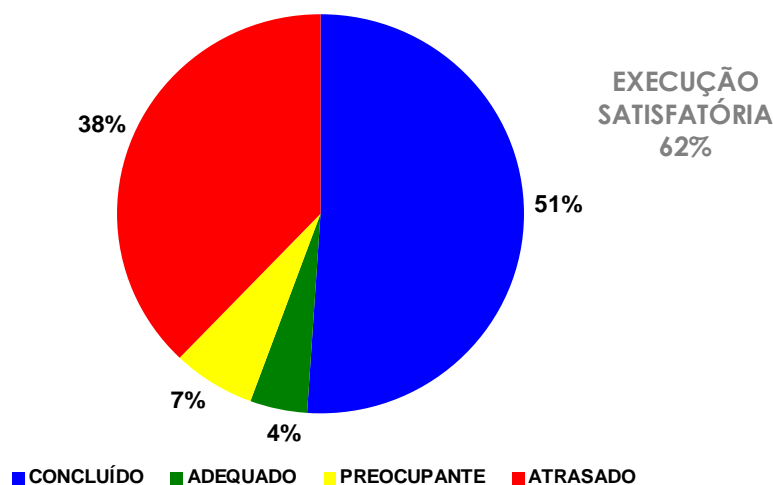
Em 2011, foram definidos 13 projetos estratégicos prioritários e a sua estrutura básica de gestão, com a criação do Sistema de Gestão de Projetos Estratégicos (SIGEP). O Sistema é uma ferramenta informatizada que unifica e simplifica o acesso às informações gerenciais dos projetos estratégicos prioritários do INPI. Sua finalidade é fornecer informações executivas, confiáveis e tempestivas, para apoiar o monitoramento intensivo e a tomada de decisão estratégica para superar os gargalos da execução dos projetos prioritários.

A carteira de projetos do INPI vigente é composta por um total de 23 projetos estratégicos, sendo 10 projetos da carteira original e os 13 projetos prioritários. Os demais projetos da carteira original foram concluídos, incorporados a projetos prioritários ou cancelados (por insuficiência de desempenho, inviabilidade operacional ou por terem sido reclassificados como projetos setoriais).

O Monitoramento da Carteira no 3º quadrimestre de 2011 apresentou, novamente, algumas mudanças em relação ao ano anterior. A forma de classificação dos projetos foi ajustada para adotar uma visão mais gerencial e mais próxima da situação da execução da carteira. Os projetos passaram a ser classificados adotando-se o seguinte código de cores: Concluído (cor azul), Adequado (cor verde), Preocupante (cor amarela) e Atrasado (cor vermelha). Ademais, foi introduzido um novo indicador, o Índice de Execução Satisfatória (IES), utilizado para determinar o desempenho na execução dos projetos estratégicos e que leva em consideração os projetos concluídos e com execução adequada e preocupante.

Mais uma vez os gerentes de projeto tiveram a oportunidade de informar a situação geral dos projetos, assim como os problemas enfrentados na execução. A configuração da situação da carteira de projetos em dezembro de 2011 é mostrada no Gráfico 1. Verifica-se que o percentual de projetos com execução satisfatória foi de 62% (Concluídos, Adequados e Preocupantes), enquanto os projetos atrasados representaram 38% do total da carteira vigente.

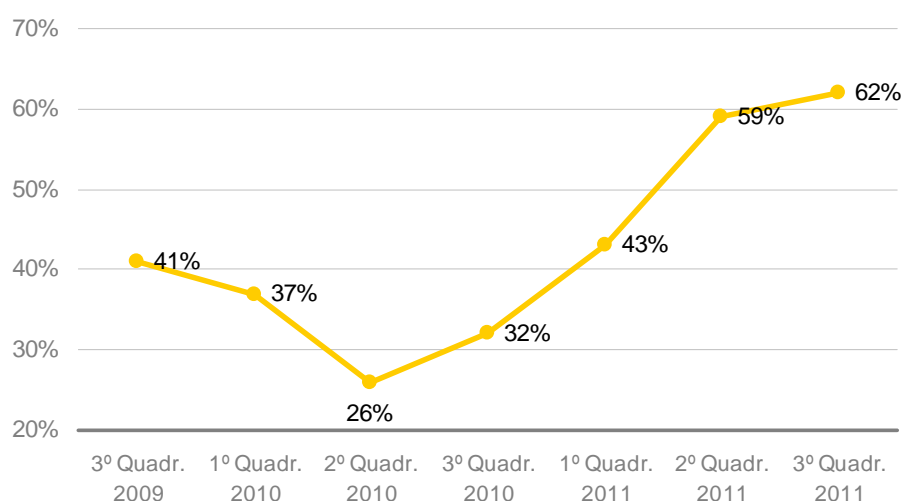
Gráfico 1 - Situação Atual da Carteira de Projetos Estratégicos ó Dezembro/2011



Fonte: DIGEP/CGPO.

O Gráfico 2 confirma a tendência de melhoria do desempenho na execução dos projetos. O Índice de Execução Satisfatória de 62% é ligeiramente superior ao do quadrimestre anterior, mas equivalente a quase o dobro do resultado obtido no mesmo período de 2010. A partir de agosto de 2011, passou-se a utilizar o Índice de Execução Satisfatório, que leva em consideração os projetos concluídos e com execução ãadequadaö e õpreocupanteö.

Gráfico 2 - Evolução do Índice de Execução Satisfatória ó Dezembro/2009 a dezembro/2011

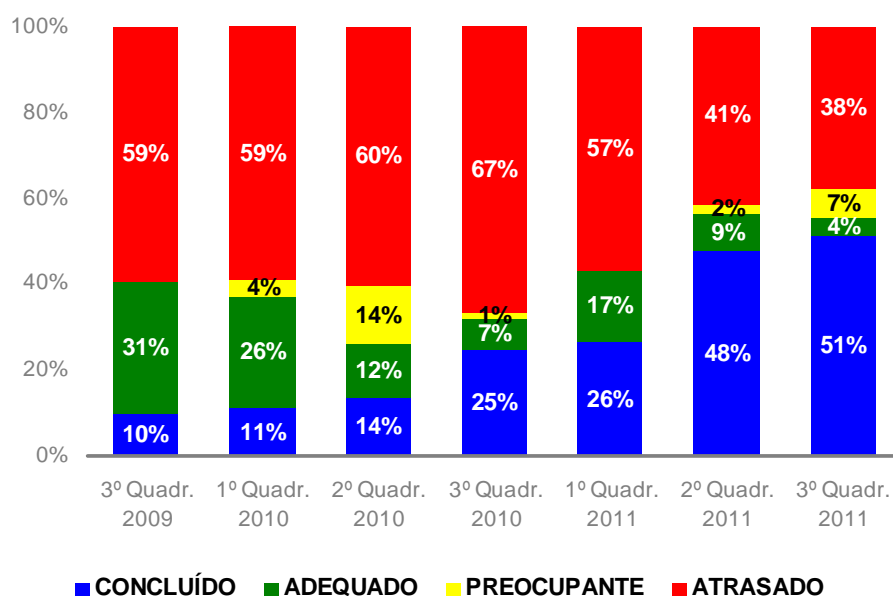


Fonte: DIGEP/CGPO.

O Gráfico 3 mostra uma inversão de comportamento entre os projetos com execução adequada e preocupante nos dois últimos quadrimestres. Observa-se, ainda, uma acentuada diferença entre o número de projetos atrasados e o de projetos com execução considerada adequada (adequado ó 4% e atrasado ó 38%).

Outro sinal de alerta é o fato da melhoria do IES estar sendo impulsionada principalmente pelo crescimento da parcela de projetos concluídos desde o 3º quadrimestre de 2010.

*Gráfico 3 - Evolução da Situação da Carteira - Dezembro de 2009 a dezembro de 2011*



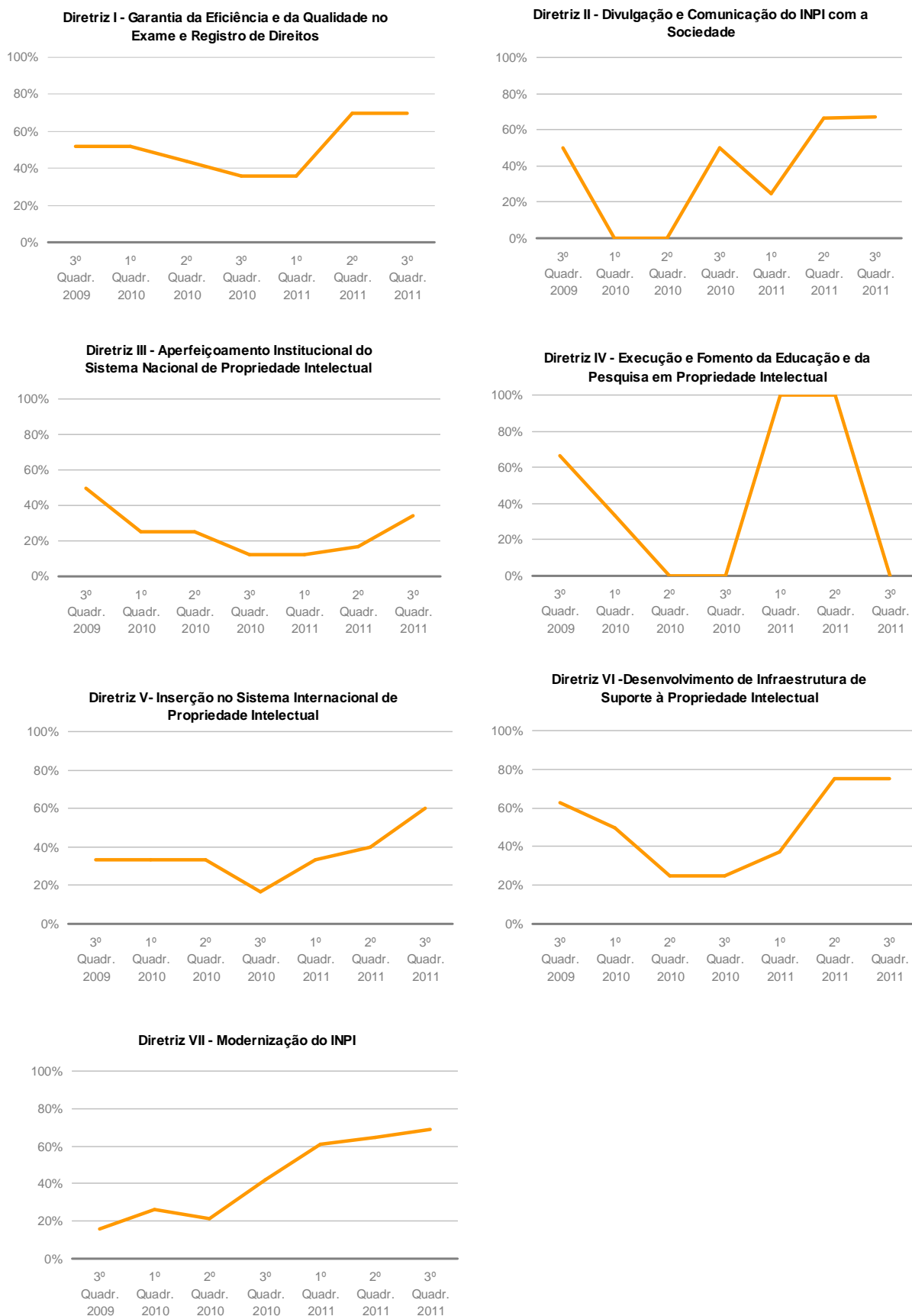
Fonte: DIGEP/CGPO.

O Gráfico 4 apresenta o desempenho da carteira de projetos nas sete Diretrizes Estratégicas do INPI. Com exceção da Diretriz IV, todas as demais diretrizes mantiveram ou melhoraram o desempenho na execução dos projetos estratégicos em relação ao quadrimestre anterior.

Vale observar que o fato da Diretriz IV, nos últimos quadrimestres, possuir apenas um projeto estratégico implica necessariamente numa evolução mais radical do desempenho, com índices de execução limitados aos extremos de 0% ou 100%.

Apesar de ainda ser insatisfatório, o desempenho na Diretriz III melhorou significativamente, duplicando o índice de execução em relação à última apuração, que passou de 17% para 34%. Outro destaque é a evolução do desempenho na Diretriz V, que aumentou de 40% para 60%.

**Gráfico 4 - Evolução do Desempenho por Diretriz Estratégica**  
Índice de Execução Satisfatória (IES) ó dez/2009 a dez/2011



Fonte: DIGEP/CGPO.

A Tabela 1 lista os projetos estratégicos em andamento em cada Diretriz Estratégica.

*Tabela I - Projetos Estratégicos em Andamento por Diretriz Estratégica*

Diretriz I	Prioritário 1	Solução do <i>Backlog</i> de Patentes
	P1	Reforma da Classificação de Patentes
	P4	Otimização do Desempenho do Exame de Patentes
	P9	Manual de Exame Formal e Técnico dos Contratos de Tecnologia
	P29	Carta de Serviços ao Cidadão
Diretriz III	Prioritário 5	Implantação do Observatório de tecnologias estratégicas para a Indústria Brasileira
	Prioritário 7	Organização da Participação do INPI na Atração de Investimentos de P&D para o Território Nacional
	Prioritário 8	Revisão dos Procedimentos do INPI de Apoio à Transferência de Tecnologia
	P31	Promoção de Marcas Coletivas e de Certificação
	P37	Aperfeiçoamento da Legislação Marcária
Diretriz IV	Prioritário 6	Disseminação do Conteúdo de Propriedade Intelectual para os Cursos de Ensino Técnico, Graduação e Pós-Graduação
Diretriz V	Prioritário 9	Elaboração e Execução do Plano de Criação e Promoção de Indicações Geográficas Brasileiras e Sul-Americanas
	Prioritário 10	Aprofundamento da Integração Sul-Americana dos Sistemas Nacionais de Propriedade Industrial
Diretriz VI	P48	Centro Brasileiro de Material Biológico - CBMB
	P49	Gestão do Relacionamento com os Usuários de Marcas
	P51	Digitalizar os Documentos de Patentes
Diretriz VII	Prioritário 2	Fortalecimento da Infraestrutura e dos Recursos Humanos de Tecnologia da Informação do INPI
	Prioritário 3	Aperfeiçoamento do e-INPI ó Marcas
	Prioritário 4	Implementação do e-INPI ó Patentes
	Prioritário 11	Implantação do Programa INPI da Qualidade
	Prioritário 12	Revisão das Normas Técnicas e Administrativas do INPI
	Prioritário 13	Ampliação e Modernização das Instalações Físicas e Prediais do INPI
	P58	e-Contratos de Tecnologia

Fonte: DIGEP/CGPO.

A Tabela 2 compara o desempenho setorial da Presidência e diretorias na execução dos projetos estratégicos no último quadrimestre de 2011. O melhor desempenho foi da DIRAD, com um IES de 80%, seguida da DIRPA e da DICOD, com 67% e 63%, respectivamente.



*Tabela II - Ranking de Desempenho Setorial*

Índice de Execução Satisfatória (IES) ó Dezembro/2011

Ranking	Unidades	Nº de Projetos	IES
1º	DIRAD	5	80%
2º	DIRPA	9	67%
3º	DICOD	8	63%
4º	DIRMA	7	57%
5º	PR	12	55%
6º	DICIG	4	50%

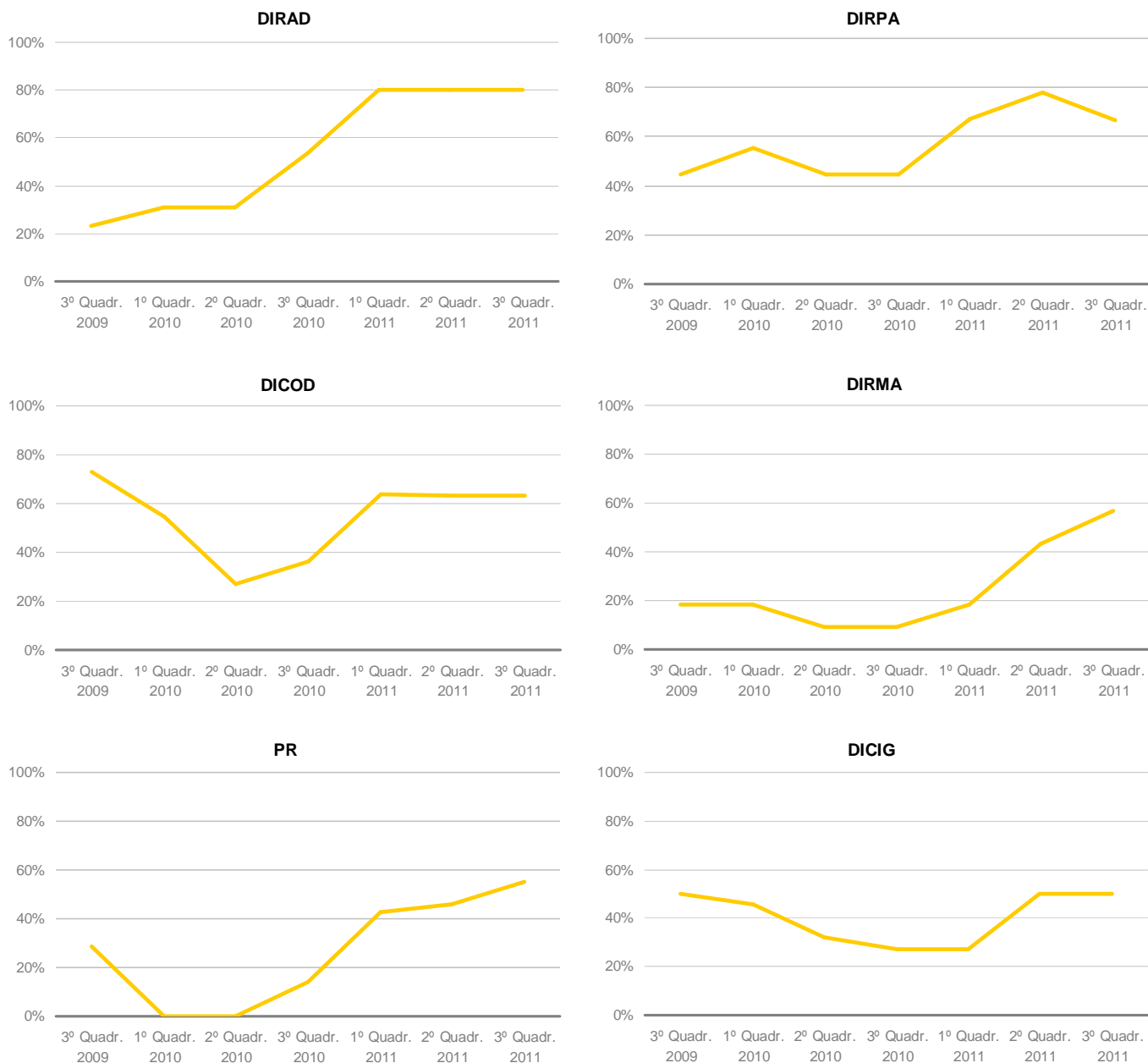
Fonte: DIGEP/CGPO

O Gráfico 5 apresenta a evolução do desempenho setorial. Observa-se que a DIRMA e a PR melhoraram os resultados em relação aos quadrimestres anteriores, subindo posições no ranking. A DIRAD e a DICIG tiveram o mesmo desempenho da última apuração. A DIRPA foi a única que apresentou piora no IES (de 78% para 67%), mas ainda assim manteve-se em 2º lugar no ranking setorial.

Com relação aos projetos prioritários, apenas 2 dos 13 destes projetos apresentaram execução satisfatória no 3º quadrimestre de 2011. Isso representa 15% do total de projetos prioritários, e equivale a um desempenho muito inferior ao resultado global da carteira, de 62%.

De uma forma geral, os projetos estratégicos enfrentaram diferentes problemas técnicos e administrativos, incluindo dificuldades de tecnologia da informação, de pessoal, entre outras. Porém, a insuficiência de desempenho dos projetos prioritários é particularmente preocupante. Por serem prioritários, esses projetos estratégicos deveriam receber atenção gerencial diferenciada e prioridade na alocação dos recursos necessários para garantir uma execução satisfatória.

*Gráfico 5: Evolução do Desempenho Setorial*  
Índice de Execução Satisfatória (IES) ó dez/2009 a dez/2011



Fonte: DIGEP/CGPO.

Um outro objeto do monitoramento foi a identificação dos principais problemas de execução da carteira. Estes dados são apresentados no Gráfico 6. Os problemas mais citados no 3º quadrimestre de 2011 referem-se ao gerenciamento dos projetos (38% do total), que são problemas sob a responsabilidade direta da equipe do projeto. Os demais problemas relatados com maior frequência dizem respeito a fatores externos, tecnologia da informação e pessoal. Juntas, essas quatro categorias correspondem a 92% dos problemas especificados pelos gerentes de projeto.

Os problemas de comunicação e de aquisição representaram apenas 8% do total. Não foram relatados problemas jurídicos, orçamentários ou de outros tipos.

*Gráfico 6 - Principais Problemas de Execução dos Projetos Estratégicos  
3º Quadrimestre de 2011*



Fonte: DIGEP/CGPO.

O destaque positivo e o negativo foram os mesmos do quadrimestre anterior: novo recorde no desempenho global da carteira; e repetição do fraco desempenho dos projetos prioritários.

Mais uma vez o desempenho global da carteira superou o resultado do quadrimestre anterior. Pelo terceiro quadrimestre consecutivo, foi batido o recorde de desempenho na execução da carteira desde o início do monitoramento dos projetos estratégicos em dezembro de 2009. Já os projetos prioritários, em particular, repetiram o fraco desempenho do período anterior, com um índice de execução satisfatória de apenas 15%, muito abaixo dos 62% da carteira.

Os resultados obtidos mostram que o INPI tem avançado, mas que ainda há desafios a serem superados para atingir um desempenho superior na execução dos projetos estratégicos. Mostram também que não há atalhos; que o caminho é aprofundar e institucionalizar a gestão intensiva dos projetos verdadeiramente estratégicos.

Uma nova carteira de projetos estratégicos para o horizonte 2012-2015 está sendo elaborada e deverá ser aprovada pela Presidência em março de 2012. Esta nova carteira representará um marco na implantação do modelo de gestão dos projetos estratégicos. Pela primeira vez será possível aplicar de maneira plena e uniforme as novas práticas de gestão desenvolvidas, testadas e aprimoradas nos últimos dois anos.

## 2.3 Programa de Governo sob a Responsabilidade da Unidade

Quadro II ó Demonstrativo da execução por programa de governo

Identificação do Programa de Governo						
<b>Código no PPA</b>	0393					
<b>Denominação</b>	Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual					
<b>Tipo do Programa</b>	Finalístico					
<b>Objetivo Geral</b>	Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual					
<b>Objetivos Específicos</b>	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social					
<b>Gerente</b>	Jorge de Paula Costa Ávila					
<b>Público Alvo</b>	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro					
<b>Informações orçamentárias e financeiras do Programa</b>						<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Dotação</b>		<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Restos a Pagar não processados</b>	<b>Valores Pagos</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>					
220.132.359	222.182.359	206.819.023	193.074.976	13.744.047	192.960.584	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR)	31/12/2008	3.742	4.981	4.981	4.476
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Quantidade de depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR) efetuados no ano.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
O indicador reflete o acesso das empresas brasileiras ao sistema de propriedade intelectual. Em 2011, o alcance foi de 90% do previsto. Em comparação com o ano anterior, observa-se um crescimento de 7,6%. Isto pode indicar uma mudança de tendência na natureza dos depósitos realizados por empresas brasileiras, priorizando as patentes de invenção em detrimento das patentes de modelo de utilidade. Apesar da iniciativa do INPI na divulgação e disseminação da Propriedade Industrial, os depósitos de patentes dependem também da dinâmica da economia, do incentivo à inovação, dentre outros fatores. Esta tendência de crescimento, observada em relação ao ano de 2010, se mantida a partir de 2012, poderá estar associada ao esforço governamental de promover a inovação e pesquisa e desenvolvimento no Brasil.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Volume de Depósitos de Patentes de Modelo de Utilidade (Prioridade BR)	31/12/2008	2.860	3.807	3.807	2.939
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Quantidade de depósitos de Modelo de Utilidade (Prioridade BR) efetuados no ano.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
O indicador reflete o acesso das empresas brasileiras ao sistema de propriedade intelectual. Em 2011 o alcance foi de aproximadamente 77% do previsto. Em comparação com o ano de 2010, observa-se um crescimento de 1,3%. Apesar da iniciativa do INPI na divulgação e disseminação da Propriedade Industrial, os depósitos de patentes dependem também da dinâmica da economia, do incentivo à inovação, dentre outros fatores.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia	31/12/2006	1	1	1	1,01
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Número de entradas de Contratos e Faturas de Tecnologia dividido pelo número de análises no ano de referência.						

<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
A utilidade desse indicador é mensurar a agilidade do INPI na análise de contratos e faturas de tecnologia. A Coordenação-Geral de Contratos de Tecnologia (CGTEC) trabalha atendendo a uma demanda por seus serviços, não tendo atraso para ser equacionado em suas decisões. O resultado alcançado atende ao prazo legal de 30 dias, conforme previsto no parágrafo único do artigo 211 da Lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial).						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Prazo de Concessão de Patentes	31/12/2006	10	3,5	3,5	5,4
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Estoque de pedidos de patentes pendentes dividido pelo número de decisões no ano de referência.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
Como parte do esforço de melhoria no atendimento à sociedade, maior transparência de suas ações e programas voltados para redução do atraso nas decisões, a Diretoria de Patentes tem aperfeiçoado e informatizado seus procedimentos administrativos. Isto tem levado a resultados positivos, com a queda do prazo de concessão de patentes de 8,3 anos em 2010 para 5,4 anos em 2011. Isto reflete uma diminuição de 35% no prazo de concessão, e a expectativa é de redução continuada deste indicador, em consonância com a Diretriz Estratégica de examinar patentes com alta qualidade em prazo inferior a 4 anos a partir do depósito do pedido de patente.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial	31/12/2006	1	1	1	1,34
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Número de pedidos depositados dividido pelo número de decisões no ano de referência.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
A utilidade do indicador oPrazo de Concessão de Registro de Desenho Industrialö é mensurar a agilidade do INPI na concessão de registros de Desenhos Industriais. O índice alcançou o resultado de 1,34 em 2011. Este resultado deve-se tanto ao aumento de 14% do número de depósitos de pedidos de registro de Desenho Industrial ocorrido em 2011, quanto ao atendimento à demanda da Coordenação-Geral de Recursos por subsídios técnicos, trabalho intensificado no segundo semestre do ano. Os subsídios técnicos servem de meio para a elaboração de parecer que fundamentará decisões referentes a exames de segunda instância para registros de Desenhos Industriais com nulidade ou pedidos com recurso contra o indeferimento.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
6	Prazo de Concessão de Registro de Marcas	31/12/2006	2,4	0,8	0,8	4,25
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Estoque de pedidos de marcas pendentes dividido pelo número de decisões no ano de referência.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
O desempenho do indicador pode ser explicado em função do aumento em mais de 18% da demanda por pedidos de registro de marcas no INPI e em conjunto com a diminuição do número de examinadores da Diretoria de Marcas.						

Fonte: SIGPlan.

Obs.: Informações orçamentárias e financeiras do Programa foram extraídas do SIAFI, com exclusão dos valores referentes à Ação 2B47, de responsabilidade do Ministério da Agricultura e Pecuária ó MAPA.

## Análise Crítica

No exercício de 2011, o referencial monetário disponibilizado para captação da Proposta Orçamentária do INPI foi estabelecido aquém das necessidades do Instituto, o que demandou grande esforço da Presidência da Autarquia para conformação do orçamento às necessidades impostas pela modernização e crescimento do INPI.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do INPI mais créditos orçamentários no ano de 2011 somou uma dotação de R\$ 259.027.911,00, sendo R\$ 167.933.252,00 para despesas com Pessoal, R\$ 85.394.659,00 para Outras Despesas Correntes e R\$ 5.700.000,00 para Investimentos.

O Programa 0393, sob a responsabilidade do INPI, teve como dotação final R\$ 222.182.359,00. Destes, foram empenhados R\$ 206.819.023,00, ou seja, 93,08% da dotação final da LOA. Este índice reflete uma boa execução do Orçamento do Programa e só não foi mais próximo a 100% em razão da publicação dos créditos por remanejamentos que totalizavam R\$ 12.582.300,00 ter ocorrido em 27 de dezembro de 2011. Com isso, somente parte da dotação dos créditos foi empenhada, viabilizando apenas a compra do mobiliário para as novas instalações do INPI e o pagamento de algumas despesas decorrentes do aluguel destas novas instalações. Porém, outras despesas que alavancariam a modernização do Instituto, tais como contratações de informática, não tiveram tempo hábil de serem realizadas.

O contingenciamento financeiro que no início do exercício representou cerca de 31% da dotação de Custeio e Investimento foi outro fator determinante que não permitiu uma execução mais otimizada. O contingenciamento foi gradualmente reduzido a partir de setembro, mas não houve tempo suficiente para as fases de planejamento e execução das novas despesas.

O processo de crescimento do INPI, o alcance das metas pactuadas com o Governo e a eficiência do serviço prestado perante a sociedade dependem de um aumento gradativo da dotação do orçamento nos próximos anos, bem como da isenção de contingenciamento financeiro para o INPI.

Quadro III ó Execução física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
09	272	0089	0181	OP	4	Pessoa beneficiada	414	413	437
22	301	0393	20CW	A	4	Servidor beneficiado	1.011	0	1.011 (*)
22	301	0393	2004	A	4	Pessoa beneficiada	2.811	2.140	1.863 (*)
22	365	0393	2010	A	4	Criança atendida	132	146	124 (*)
22	331	0393	2011	A	4	Servidor beneficiado	449	431	433 (*)
22	306	0393	2012	A	4	Servidor beneficiado	967	918	964 (*)
22	664	0393	2026	A	4	Marca decidida	112.520	108.519	- (**)
22	664	0393	2027	A	4	Pedido de patente decidido	16.241	30.494	- (**)
22	664	0393	2028	A	4	Pedido decidido	700	727	- (**)
22	664	0393	2029	A	4	Contrato decidido	1.540	1.889	- (**)
22	664	0393	2732	A	4	Pedido decidido	4	6	- (**)
22	664	0393	2734	A	4	Pedido decidido	5.000	5.197	- (**)
22	664	0393	2760	A	4	Pessoa atendida	8.500	10.060	10.000 (***)
22	128	0393	4572	A	4	Servidor capacitado	1.450	1.803	2.300 (*)
22	573	0393	6481	A	4	Consulta realizada	90.000	92.194	95.056 (***)
22	664	0393	8092	A	4	Pedido decidido	2	0	- (**)
22	664	0393	8096	A	4	Publicação realizada	30	36	40 (***)
22	664	0393	8907	A	4	Aluno formado	1.600	2.364	2.500 (***)
22	664	0393	8910	A	4	Processos padronizados	2	0	3 (***)
22	664	0393	90E0	A	4	Inserção em mídia realizada	50	2	- (**)
22	664	0393	10TS	P	4	Portal implantado	5	5	- (**)
22	664	0393	10U2	P	4	Acordo implementado	25	22,5	42 (***)
22	664	0393	7F44	P	4	Centro implantado	83	0	20 (***)

Fonte: SIGPlan, SIOP e LOA 2012.

Obs.: (\*) Ação passou para o Programa 2121 - Gestão e Manutenção do MDIC do PPA 2012-2015

(\*\*) Ação excluída para o PPA 2012-2015

(\*\*\*) Ação passou para o Programa 2055 ó Desenvolvimento Produtivo do PPA 2012-2015

## **Análise Crítica**

No ano de 2011, dentre as 16 ações de responsabilidade do INPI com meta física e de áreas finalísticas, 12 ações tiveram execução acima de 90% do previsto, uma ação ficou com apenas 4% e três não tiveram execução, principalmente, por problemas exógenos ao Instituto. As demais ações do programa, todas voltadas aos benefícios dos servidores, ficaram de acordo com o previsto.

Merece destaque o resultado físico das seguintes ações finalísticas: Exame de Pedidos de Patentes, com alcance de 187% da meta, Exame de Pedidos de Registro de Indicação Geográfica (150%) e Exame de Contratos e Faturas de Transferência de Tecnologia (122%).

As ações voltadas para a disseminação da propriedade intelectual superaram as previsões: Ensino em PI, Inovação e Desenvolvimento (147%), Pesquisa em PI, Inovação e Desenvolvimento (120%) e Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de PI (118%). Esses resultados mostram o retorno do esforço do INPI de levar a matéria propriedade intelectual à sociedade.

As ações relacionadas à cooperação internacional também registraram um bom desempenho, com 90% para Cooperação Técnica em PI e 100% para Integração Operacional dos Sistemas de PI no Âmbito Regional, revelando a importância da interação do INPI brasileiro com os institutos de outros países.

Todos esses números indicam que a situação do Programa foi muito boa, apesar das dificuldades do Instituto com o contingenciamento do orçamento.

As avaliações de desempenho físico e financeiro de todas as ações do Programa foram feitas pelos respectivos coordenadores e constam nos campos de comentários do SIGPlan.

## **2.4 Desempenho Orçamentário / Financeiro**

### *2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa*

#### *Quadro IV - Identificação das unidades orçamentárias*

<b>Denominação das Unidades Orçamentárias</b>	<b>Código da UO</b>	<b>Código SIAFI da UGO</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial	28203	183038

Fonte: SIAFI.



## 2.4.2 Programação de Despesas Correntes

### Quadro V - Programação de despesas correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 ó Pessoal e Encargos Sociais		2 ó Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	163.174.177	158.477.645	-	-	77.619.881	70.272.836	
	PLOA	163.174.177	158.893.071	-	-	77.619.881	75.599.279	
	LOA	163.174.177	158.893.071	-	-	77.619.881	75.599.279	
CRÉDITOS	Suplementares	4.762.000	6.721.000	-	-	8.082.300	1.768.375	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	2.925	10.924	-	-	307.522	1.094	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>		167.933.252	165.603.147	-	-	85.394.659	77.366.560	

Fonte: SIAFI.

### 2.4.3 Programação de Despesas de Capital

Quadro VI - Programação de despesas de capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 ó Investimentos		5 ó Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	13.782.300	9.727.164	-	-	-	-
	PLOA	13.782.300	9.727.164	-	-	-	-
	LOA	13.782.300	9.727.164	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	4.500.000	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	12.582.300	-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		5.700.000	9.727.164	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

### 2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro VII - Resumo da programação de despesas e da reserva de contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 ó Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	240.794.058	228.750.481	13.782.300	9.727.164	-	-	
	PLOA	240.794.058	234.492.350	13.782.300	9.727.164	-	-	
	LOA	240.794.058	234.492.350	13.782.300	9.727.164	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	12.844.300	8.489.375	4.500.000	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	310.447	12.018	12.582.300	-	-	-	
Outras Operações	-	-	-	-	-	-		
<b>Total</b>		253.327.911	242.969.707	5.700.000	9.727.164	-	-	

Fonte: SIAFI

### 2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro VIII - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 ó Pessoal e Encargos Sociais	2 ó Juros e Encargos da Dívida	3 ó Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	090032	28.846.0901.0005.0001	-	-	25.326
		090034	28.846.0901.0005.0001	49.697	-	130.332
		090034	28.846.0901.00G5.0001	8.946	-	-
		154003	22.664.0393.8096.0001	-	-	819.406
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 ó Investimentos	5 ó Inversões Financeiras	6 ó Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

## Análise Crítica

Os créditos orçamentários repassados em 2011 somaram R\$ 1.033.707,00, sendo R\$ 214.301,00 repassados à UG 090032 ó TRFORC 1º Região e UG 090034 ó TRFORC 2ª Região da Justiça Federal, que referem-se ao cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas e Julgadas - Precatórios, devidos pela Autarquia.

O repasse à UG 154003 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ó CAPES, no valor de R\$ 819.406,05, refere-se à prestação de serviços por meio do Termo de Cooperação firmado entre o INPI e a CAPES, que tem como finalidade específica disponibilizar o acesso às informações científicas e tecnológicas, por meio de assinatura de periódicos internacionais com textos completos, disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, aos Pesquisadores, Tecnólogos, Analistas, Técnicos e colaboradores do INPI. Em 2011, a prestação de serviços foi integralmente executada na Ação 8096 ó Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento.

### 2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

#### 2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

##### 2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

*Quadro IX - Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ*

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>36.053.373</b>	<b>32.330.948</b>	<b>26.844.048</b>	<b>24.378.030</b>
Convite	-	24.000	-	16.800
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	36.053.373	32.306.948	26.844.048	24.361.230
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>	<b>25.195.570</b>	<b>22.248.969</b>	<b>21.269.016</b>	<b>19.714.126</b>
Dispensa	21.772.324	14.883.280	18.271.433	13.016.197
Inexigibilidade	3.423.246	7.365.689	2.997.583	6.697.929
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>1.795</b>	<b>1.759</b>	<b>1.795</b>	<b>1.759</b>
Suprimento de Fundos	1.795	1.759	1.795	1.759
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>173.641.564</b>	<b>168.505.502</b>	<b>173.641.564</b>	<b>168.505.502</b>
Pagamento em Folha	172.937.037	167.234.981	172.937.037	167.234.981
Diárias	704.527	1.270.521	704.527	1.270.521
<b>Outros</b>	<b>8.324.288</b>	<b>8.718.913</b>	<b>7.716.120</b>	<b>7.268.226</b>

Fonte: SIAFI.

### 2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro X - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 ó Despesas de Pessoal</b>	<b>166.805.297</b>	<b>163.179.358</b>	<b>166.730.155</b>	<b>163.120.470</b>	<b>75.141</b>	<b>58.888</b>	<b>166.615.762</b>	<b>162.466.647</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas ó Pessoal Civil	107.071.339	105.075.757	107.071.339	105.075.757	-	-	106.956.946	104.421.935
Aposent.RPPS, Reserv. Remun.	29.630.680	28.671.642	29.630.680	28.671.642	-	-	29.630.680	28.671.642
Obrigações Patronais ó Op. Intra Orçamentárias	22.227.553	22.220.173	22.227.553	22.220.173	-	-	22.227.553	22.220.173
Demais elementos do grupo	7.875.725	7.211.786	7.800.583	7.152.898	75.141	58.888	7.800.583	7.152.897
<b>2 ó Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3 ó Outras Despesas Correntes</b>	<b>71.025.141</b>	<b>62.389.165</b>	<b>62.511.075</b>	<b>53.667.856</b>	<b>8.514.066</b>	<b>8.485.518</b>	<b>62.511.075</b>	<b>53.667.856</b>
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	38.672.777	31.834.763	35.259.391	26.893.772	3.413.386	4.839.374	35.259.391	26.893.772
Locação de Mão-de-Obra	17.143.411	17.291.766	15.253.140	15.427.309	1.890.271	1.756.738	15.253.140	15.427.310
Auxílio Alimentação	-	3.484.822	-	3.484.822	-	-	-	3.484.822
Despesas de Exercícios Anteriores	4.166.237	-	1.834.043	-	2.332.194	-	1.834.043	-
Demais elementos do grupo	11.042.716	9.777.814	10.164.501	7.861.953	878.215	1.889.406	10.164.501	7.861.952
<b>Totais</b>	<b>237.830.438</b>	<b>225.568.523</b>	<b>229.241.230</b>	<b>216.788.326</b>	<b>8.589.207</b>	<b>8.544.406</b>	<b>229.126.837</b>	<b>216.134.503</b>

Fonte: SIAFI

### 2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro XI - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 ó Investimentos</b>	<b>5.500.543</b>	<b>6.237.568</b>	<b>345.704</b>	<b>3.733.140</b>	<b>5.154.839</b>	<b>2.504.428</b>	<b>345.704</b>	<b>3.733.140</b>
Equipamentos e Material Permanente	4.405.712	4.578.524	256.905	3.732.830	4.148.807	845.694	256.905	3.732.830
Outros Serviços de Terceiros PJ	1.094.831	1.658.734	88.799	-	1.006.032	1.658.734	88.799	-
Indenizações e Restituições	-	310	-	310	-	-	-	310
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>5 ó Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 ó Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>5.500.543</b>	<b>6.237.568</b>	<b>345.704</b>	<b>3.733.140</b>	<b>5.154.839</b>	<b>2.504.428</b>	<b>345.704</b>	<b>3.733.140</b>

Fonte: SIAFI

## **Análise Crítica**

Em 2011, a programação de despesas do Instituto foi reformulada logo no início do ano, em razão do referencial monetário estabelecido não comportar as necessidades de investimentos programadas, além do inadmiável aluguel de novas instalações que abrigarão quantitativo do Edifício da Praça Mauá que será retrofitado e que não estava previsto para este exercício.

Além desta reformulação imposta, o Decreto nº 7.445, de 01 de março de 2011 contingenciou o orçamento da União. No INPI, a limitação financeira gerou um corte orçamentário de cerca de 31%, estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC.

Apesar de todo o esforço conjunto das diversas Unidades, a Administração não conseguiu adequar as despesas ao limite determinado. Assim, durante todo o ano a Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento, tecnicamente, e a Presidência do INPI, politicamente, realizaram gestões para a liberação do Orçamento do INPI na sua totalidade. Paralelamente, foram realizadas junto às áreas executoras atualizações nas reprogramações encaminhadas, visando a honrar com os serviços continuados e minimizar os prejuízos aos novos investimentos necessários ao crescimento das atividades do INPI, tais como o aluguel e a mudança para o Edifício São Bento.

O resultado das gestões foi a liberação de uma parte do contingenciamento em setembro de 2011. Porém, sem os remanejamentos solicitados pelo INPI em março e agosto, e somente liberados em 27 de dezembro de 2011, apenas foram recompostas as despesas continuadas que garantiram o funcionamento da Autarquia e o aluguel das novas instalações a partir de setembro.

### **Observação:**

Os demais itens da execução orçamentária da despesa não tiveram ocorrências neste exercício, tendo em vista que não foram registrados créditos referentes aos repasses recebidos.



## 2.5 Indicadores Institucionais

Em julho de 2009, o Instituto implementou a sua primeira Carteira de Indicadores de Gestão por meio da Resolução INPI/PR n° 217/09. Este trabalho teve continuidade com a Resolução INPI/PR n° 248/2010, que aumentou a carteira de indicadores de 40 para 53 em 2010.

Em março de 2011, a Resolução n° 264 / 2011 possibilitou a continuidade do trabalho iniciado em 2009 e estabeleceu 41 indicadores de gestão das diversas unidades regimentais do INPI. Foi introduzido um formulário, na forma do Anexo 2 da referida Resolução, visando padronizar informações enviadas ao final do exercício, que oferece maior facilidade na produção de informações gerais sobre os indicadores de gestão do Instituto.

A avaliação geral é bastante favorável para o desempenho da carteira em 2011, estipulando-se nesta análise, como percentual de corte, o valor de 15% para mais ou para menos. Dessa forma, foram considerados como tendo alcançado a meta os indicadores com percentuais de atingimento de 85% a 115% do previsto, ou seja, 16 indicadores do total de 41, além de 11 indicadores com percentual acima de 115%, o que totaliza 27 indicadores, ou 66% da carteira, conforme mostra a Tabela 3.

*Tabela III ó Desempenho da Carteira de Indicadores do INPI em 2011*

<b>Desempenho</b>	<b>Quantidade de Indicadores</b>	<b>% do Total de Indicadores</b>
Abaixo de 84% da meta	14	34
Entre 85% e 115% da meta	16	39
Acima de 115% da meta	11	27
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100,0</b>

Fonte: CGPO.

A carteira de indicadores do INPI possui 29 indicadores de áreas finalísticas e 12 de atividades meio. Dos indicadores de áreas regimentais finalísticas, 17 atenderam as metas estabelecidas e 12 não atingiram. Com relação aos indicadores das áreas de atividade meio, 10 atingiram suas respectivas metas e apenas dois não conseguiram lograr êxito.

Em 2011, todas as áreas regimentais do INPI enviaram análises sobre seus respectivos desempenhos referentes aos indicadores de gestão contidas na Resolução n° 264 / 2011. Estas informações estão disponíveis a seguir.

## 2.5.1 Coordenação-Geral de Comunicação Social - CGCOM

Tabela IV - Imagem Institucional

Dados Gerais do Indicador			
Nome do Indicador	Imagem Institucional		
Objetivo do Indicador/ Utilidade	Verificar como está a formação da imagem do INPI na imprensa		
Tipo	Quanto menor, melhor		
Área responsável	PR / CGCOM		
Fórmula de cálculo e método de medição	(total de matérias negativas / total de matérias positivas) x 100		
Fonte dos dados	CGCOM		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2011		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2009	2010
8%	16,6%	-	8%

Análise crítica do Resultado do indicador em 2011
<p>A meta para o ano, que era de 8%, mostrou-se um valor muito difícil de ser alcançado, pois ele depende de agentes externos que possam criticar o INPI, o que nem sempre pode ser impedido ou controlado pela CGCOM. Isso aconteceu entre janeiro e fevereiro. Este período teve 70 inserções negativas, quase 60% das registradas em todo o ano.</p> <p>As críticas deste período, apesar das respostas da CGCOM, tornaram o índice quase inalcançável, num contexto de difícil controle por parte do INPI. De março a dezembro, o índice seria 8,2%, atingindo a meta. No total de 2011, o índice final foi de 16,6%. Tal resultado sugere a revisão do indicador, que sugerimos levar para 15%, com o objetivo de deixá-lo menos vulnerável a flutuações.</p> <p>De modo geral, o índice alcançado foi positivo, revelando um ano bastante positivo para a divulgação do INPI na imprensa. A Indicação Geográfica se firmou como um dos temas de maior repercussão na imprensa, mas também merece destaque a modernização do INPI, seja por meio da redução do prazo para concessão de patentes ou pelas parcerias internacionais nesta área. O primeiro caso teve matéria no Estado de S. Paulo e o segundo, na Folha de S. Paulo. Algumas notas importantes foram divulgadas também pelo O Globo.</p> <p>Também deve ser destacada a posição do INPI como produtor de conhecimento. O estudo sobre maiores depositantes de patentes no Brasil foi publicado numa reportagem da revista Época, dando visibilidade ao assunto em questão. Vale lembrar que tal indicador passou a ser usado apenas em 2009, justificando a ausência de informação no campo 020090 do resultado de anos anteriores. Antes disso, o indicador da CGCOM era diferente.</p>

Fonte: PR / CGCOM.

## 2.5.2 Ouvidoria ó OUID

Tabela V - Índice de Satisfação com o Atendimento da Ouvidoria Externa

Dados Gerais do Indicador			
Nome do Indicador	Índice de Satisfação com o Atendimento da Ouvidoria Externa		
Objetivo do Indicador/ Utilidade	Medir o grau de satisfação do usuário com o atendimento prestado pela Ouvidoria Externa, por meio do sistema Fale Conosco		
Tipo	Quanto maior, melhor		
Área responsável	PR / Ouvidoria		
Fórmula de cálculo e método de medição	(Total semestral de usuários satisfeitos com o atendimento da Ouvidoria Externa / Total semestral de usuários pesquisados) x 100		
Fonte dos dados	Sistema Fale Conosco do INPI		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2011		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2009	2010
65%	66,67%	-	-
Análise crítica do Resultado do indicador em 2011			
Meta atendida.			

Fonte: PR / Ouvidoria.

*Tabela VI - Índice de Satisfação com o Atendimento da Ouvidoria Interna*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de Satisfação com o Atendimento da Ouvidoria Interna		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Medir o grau de satisfação do usuário com o atendimento prestado pela Ouvidoria Interna, por meio do sistema Fale Conosco		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	Ouvidoria / PR		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	(Total semestral de usuários satisfeitos com o atendimento da Ouvidoria Interna / Total semestral de usuários pesquisados) x 100		
<b>Fonte dos dados</b>	Sistema Fale Conosco do INPI		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>65%</b>	<b>54,55%</b>	-	-
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>A Ouvidoria não atingiu a meta estabelecida por ser um Setor que trabalha com problemas e conflitos relacionados a outras áreas do Instituto e depende do resultado das mesmas para fornecer aos servidores e colaboradores, embora mantenha diligência sobre o assunto. Por isso, nem sempre a avaliação feita pelos usuários é satisfatória ou positiva. Outro motivo para justificar o fato de não ter atingido a meta é o reduzido número de acionamentos feitos à Ouvidoria, que acaba atribuindo um peso muito grande a cada acionamento. Por exemplo, no ano de 2011 somente 40 mensagens foram recebidas, apenas 11 foram avaliadas e dentre essas 5 foram avaliadas negativamente. Em consequência, será estabelecida uma nova meta de 60%, que se encontra mais próxima da realidade atual da Divisão de Assuntos Internos da Ouvidoria do INPI.</p>			

Fonte: PR / Ouvidoria.

*Tabela VII - Índice de Atendimentos da Ouvidoria no Prazo*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de Atendimentos da Ouvidoria no Prazo		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Medir o percentual de mensagens respondidas pela Ouvidoria, no Sistema Fale Conosco, dentro do prazo de 07 dias		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	Ouvidoria / PR		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	(Total semestral de atendimentos no Prazo / Total semestral de atendimentos) x 100		
<b>Fonte dos dados</b>	Sistema Fale Conosco do INPI		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>90%</b>	<b>95,64%</b>	-	<b>99%</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
Meta atendida.			

Fonte: PR / Ouvidoria.

### 2.5.3 Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento ó CGPO

Tabela VIII - Índice de Execução Adequado dos Projetos Estratégicos - IEA

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de Execução Adequada dos Projetos Estratégicos ó IEA		
<b>Objetivo do Indicador/Utilidade</b>	Medir a capacidade de execução física dos projetos estratégicos do INPI		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DIGEP/CGPO/PR		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	$(N^{\circ} \text{ total anual de projetos estratégicos } \delta\text{concluídos} \delta \text{ e } \delta\text{no prazo} \delta / N^{\circ} \text{ total anual de projetos estratégicos}) \times 100$		
<b>Fonte dos dados</b>	Sistema de Gestão dos Projetos Estratégicos - SIGEP		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>60%</b>	<b>55%</b>	<b>-</b>	<b>32%</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>Considera-se que o desempenho global da carteira de projetos estratégicos do INPI foi satisfatório em 2011, visto que a meta realizada (55%) é bastante superior ao resultado alcançado em 2010 (32%) e encontra-se muito próxima da meta prevista (60%).</p> <p>Apesar da melhoria significativa de desempenho, o resultado do indicador em 2011 evidencia que será preciso avançar ainda mais para se alcançar um patamar superior de execução dos projetos estratégicos.</p> <p>Para os próximos exercícios, o nome e a fórmula de cálculo do indicador serão revisados para: Índice de Execução Satisfatório (IES). Fórmula de cálculo: <math>(n^{\circ} \text{ total anual de projetos estratégicos com índice de desempenho físico maior ou igual a } 70\% / n^{\circ} \text{ total anual de projetos estratégicos}) \times 100</math>, sendo: Índice de desempenho físico = % de execução física realizada / % de execução física prevista.</p> <p>Esta nova fórmula de cálculo, baseada no índice de desempenho físico, equivale a considerar como execução adequada (satisfatória, na nova terminologia) os projetos concluídos, no prazo e também com os projetos com status em atenção.</p> <p>A revisão do indicador não invalida a construção de uma série histórica com os resultados de exercícios anteriores, uma vez que o objeto da medição é a capacidade de execução física dos projetos estratégicos do INPI ó permanece essencialmente o mesmo.</p>			

Fonte: PR / CGPO / DIGEP.

#### 2.5.4 Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento - DICOD

Tabela IX - Atividades de Cooperação Dirigidas ao Sistema Brasileiro de Inovação

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Atividades de Cooperação Dirigidas ao Sistema Brasileiro de Inovação		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Indicador útil para mensurar a execução dos Acordos de Cooperação Técnica		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DICOD / CONAC		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total de atividades de cooperação organizadas pelo INPI		
<b>Fonte dos dados</b>	DICOD		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>10</b>	<b>22</b>	-	-
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>Acreditamos que estes resultados refletem o aumento crescente da demanda por ações de disseminação da cultura de PI, consequência do esforço do Instituto, em parceria com outros atores do Sistema Nacional de Inovação, ao longo dos últimos sete anos, para promover o uso estratégico do Sistema de Propriedade Industrial de modo a criar um ambiente que estimule a inovação e o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país. Pudemos perceber que o atendimento a essa crescente demanda fica limitado à capacidade de atendimento diante dos recursos humanos disponíveis. Percebemos também que a recente implantação deste indicador ainda não possibilita a observação de uma série histórica, dificultando a previsão da meta.</p> <p>Vale ressaltar que em 2010 esse indicador pertencia à área denominada DART / CGAD que, além da disseminação via unidades descentralizadas, era ó por meio da DART / CGAD / DIATEND - responsável pelas atividades de Cooperação Nacional. A meta prevista para 2011, que foi desmembrada entre as áreas DICOD / CGAR e DICOD / CONAC, já previa um processo de consolidação da nova estrutura do INPI, a mudança no perfil das Unidades Descentralizadas e o orçamento previsto para o período.</p> <p>Tendo em vista os resultados alcançados, que superaram a meta inicialmente estabelecida, será proposto para 2012 o número de 23 atividades de Cooperação realizadas, levando-se em consideração o contingenciamento orçamentário anunciado para o ano.</p>			

Fonte: DICOD/ CONAC.

*Tabela X - Inserções do INPI em Eventos de Terceiros*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Inserções do INPI em Eventos de Terceiros		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Indicador útil para examinar a execução das inserções do INPI em eventos de terceiros pela antiga DICOD / CGAR		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DICOD / CGAR		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total de inserções do INPI em eventos realizados por terceiros (nº de palestras isoladas + nº de estandes em feiras) / eventos		
<b>Fonte dos dados</b>	A mensuração do indicador decorre da contabilização dos atendimentos feita pelo setor		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>150</b>	<b>117</b>	<b>106</b>	<b>178</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>Vale notar que em 2010 esse indicador pertencia a uma única área denominada DART / CGAD que, além da articulação de acordos de cooperação e atividades de disseminação, se ocupava também das unidades descentralizadas. A meta prevista para 2011, que foi desmembrada entre as áreas DICOD / CGAR e DICOD / CONAC, já prevê o processo de consolidação da nova estrutura do INPI, a mudança no perfil das Unidades Descentralizadas e o orçamento previsto para o período.</p> <p>O atendimento a essa crescente demanda ficou limitado à capacidade de atendimento diante dos recursos humanos disponíveis e de recursos orçamentários em diárias e passagens. O INPI só pode participar de eventos que podiam arcar com diárias e passagens dos palestrantes.</p> <p>Cabe ressaltar que em todos os eventos que o INPI participa, a CGCOM participa por meio da divulgação das atividades, seja pelo sítio do INPI na internet, matérias jornalísticas, entre outros.</p>			

Fonte: DICOD / CGAR.

*Tabela XI - Atividades de Cooperação Dirigidas aos Sistemas Regionais de Inovação*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Atividades de Cooperação Dirigidas aos Sistemas Regionais de Inovação		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Indicador útil para medir o total de atividades de acordos de cooperação regionais organizadas pelo INPI		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DICOD / CGAR		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total de atividades de cooperação organizadas pelo INPI		
<b>Fonte dos dados</b>	A mensuração do indicador decorre da contabilização dos atendimentos feita pelo setor		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>6</b>	<b>15</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>Esse indicador passou a ser utilizado em 2011 e ajuda a identificar atividades de disseminação organizadas pelo INPI dentro do escopo dos Acordos de Cooperação realizados entre o Instituto e parceiros dos diferentes Estados da Federação, tais como: seminários de sensibilização, palestras para as instituições parceiras, entre outras.</p> <p>Creditamos este resultado ao aumento crescente da demanda por ações de disseminação da cultura de PI, consequência do esforço do Instituto ao longo dos últimos anos para promover o uso estratégico do Sistema de Propriedade Industrial de modo a criar um ambiente que estimule a inovação e o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país.</p> <p>Vale notar que o realizado foi o dobro do previsto, mas com a manutenção do indicador e a consolidação de uma série histórica teremos maiores subsídios para uma análise mais acurada.</p> <p>Cabe ressaltar que em todos os eventos que o INPI participa, a CGCOM participa por meio da divulgação das atividades, seja pelo sítio do INPI na internet, matérias jornalísticas, entre outros.</p>			

Fonte: DICOD / CGAR.

*Tabela XII - Participantes das Atividades de Cooperação Dirigidas ao Sistema Brasileiro de Inovação*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Participantes das Atividades de Cooperação Dirigidas ao Sistema Brasileiro de Inovação		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Indicador útil para examinar a execução dos Eventos e Seminários promovidos pela CONAC / DICOD		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DICOD /CONAC		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total de pessoas participantes de atividades de cooperação organizadas pelo INPI		
<b>Fonte dos dados</b>	A mensuração do indicador decorre da contabilização dos atendimentos feita pelo setor		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>500</b>	<b>2.229</b>	-	-
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>Este resultado reflete o aumento crescente da demanda por ações de disseminação da cultura de PI, consequência do esforço do Instituto, em parceria com outros atores do Sistema Nacional de Inovação, ao longo dos últimos 7 anos, para promover o uso estratégico do Sistema de Propriedade Industrial de modo a criar um ambiente que estimule a inovação e o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país. Pudemos perceber que o atendimento a essa crescente demanda fica limitado à capacidade de atendimento diante dos recursos humanos disponíveis. Percebemos também que a recente implantação deste indicador ainda não possibilita a observação de uma série histórica, dificultando a previsão da meta.</p> <p>Vale ressaltar que dois dos eventos que contaram com a participação do INPI, na organização e/ou no programa, alcançaram sozinhos quase metade da meta. Foram estes: Repict e Fortec, com 510 e 469 participantes respectivamente.</p> <p>Será proposta a revisão da meta para o ano de 2012, com uma previsão de 2.080, pessoas levando-se em conta o contingenciamento orçamentário anunciado para o ano.</p>			

Fonte: DICOD/CONAC.

*Tabela XIII - Participantes das Atividades de Cooperação Dirigidas a Sistemas Regionais de Inovação*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Participantes das Atividades de Cooperação Dirigidas à Sistemas Regionais de Inovação		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Indicador útil para examinar a eficácia dos eventos e seminários do INPI nos Estados com Acordos de Cooperação promovidos pela CGAR / DICOD		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DICOD / CGAR		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total de pessoas participantes de atividades de cooperação organizadas pelo INPI		
<b>Fonte dos dados</b>	A mensuração do indicador decorre da contabilização dos atendimentos feita pelo setor		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>300</b>	<b>368</b>	<b>950</b>	<b>1.268</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
Até 2010, esse indicador pertencia à antiga área DART / CGAD que, além da disseminação via unidades descentralizadas, era responsável pelas atividades de Cooperação realizadas pela antiga DART / CGAD / DIATEND (atual CONAC).			
A meta prevista para 2011, que foi desmembrada entre as áreas DICOD / CGAR e DICOD / CONAC, já prevê o processo de consolidação da nova estrutura do INPI, a mudança no perfil das Unidades Descentralizadas e o orçamento previsto para o período. Portanto, não existe uma série histórica para essa nova configuração.			
Creditamos o número maior de participantes nos eventos, em relação à meta prevista, a um reflexo da crescente demanda por ações de disseminação da cultura de PI, consequência do esforço do Instituto ao longo dos últimos anos para promover o uso estratégico do Sistema de Propriedade Industrial de modo a criar um ambiente que estimule a inovação e o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país.			

Fonte: DICOD / CGAR.

*Tabela XIV- Índice de Produtividade nas Buscas em Documentos de Patentes Solicitadas*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de Produtividade nas Buscas em Documentos de Patentes Solicitadas		
<b>Objetivo do Indicador / Utilidade</b>	Mensurar o desempenho do Setor na realização das buscas solicitadas		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DICOD / CEDIN / CITEC / SEBUS		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	$(\text{Total de buscas realizadas} / \text{Total de buscas solicitadas}) \times 100$		
<b>Fonte dos dados</b>	SEBUS		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>90%</b>	<b>99%</b>	<b>104%</b>	<b>102%</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
Após a análise do comportamento do Índice de Produtividade nas Buscas em Documentos de Patentes Solicitadas ao longo do ano de 2011, verificamos que, embora o índice mensal aparente ser baixo por incluir as buscas remanescentes do mês anterior nas buscas solicitadas, a meta ao final do ano foi ultrapassada, por terem sido realizadas 310 buscas em 2011, em face das 312 solicitadas no ano e ainda uma busca remanescente do ano anterior, evidenciando um resultado final de 99% de buscas realizadas.			
Pudemos ainda observar que o mês de abril foi o que apresentou o pior resultado, e isto se deveu à entrada súbita de muitos pedidos de busca oriundos do Escritório Paraguaio de Propriedade Industrial, através de acordo específico para este fim.			
Com o objetivo de permitir que o cálculo leve em conta os pedidos de busca não atendidos no mês de sua solicitação, mas que forem atendidos no mês seguinte, providenciaremos o pedido de alteração do citado índice para que passe a ser calculado de forma anual em 2012, com o registro mensal do índice acumulado. Entendemos que desta forma o índice há de refletir de maneira mais satisfatória a real situação de trabalho dos fluxos processuais da Seção de Buscas, permitindo um maior controle e planejamento de nossas ações.			

Fonte: DICOD / CEDIN / CITEC / SEBUS.



*Tabela XV - Índice de Produtividade nas Buscas em Documentação não Patentárias solicitadas*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de Produtividade nas Buscas em Documentação não Patentárias solicitadas		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Indicador útil para examinar a eficácia das buscas mensais de Documentos não patentários		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DICOD / CEDIN / DIBIB		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	$(\text{Total de Buscas realizadas} / \text{Total de buscas solicitadas}) \times 100$		
<b>Fonte dos dados</b>	DIBIB		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>90%</b>	<b>98%</b>	<b>-</b>	<b>95%</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>No que se refere à Divisão de Serviços de Biblioteca (DIBIB), informamos que em 2011, das 447 buscas solicitadas foram realizadas 436, apresentando significativo índice de produtividade, perfazendo uma média anual de 98%. Essas buscas, orientadas para as atividades fim do INPI, basearam-se na localização de documentos em diversas fontes de informação, tais como: acervo da Biblioteca Economista Cláudio Treiguer (INPI); Portal de Periódicos CAPES; Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT / IBICT / MCT), bem como, através da colaboração de outras Bibliotecas.</p> <p>Dessa forma, constatamos que o índice de produtividade dessa Divisão atingiu nossas expectativas, uma vez que foi superior ao fator previamente estipulado (90%), o que demonstra que o fator de produtividade está adequado à realidade desta Divisão.</p> <p>Nesse sentido, entendemos ser pertinente a manutenção do índice de produtividade da DIBIB em 90%.</p>			

Fonte: DICOD / CEDIN / DIBIB.

*Tabela XVI - N° de Pessoas Capacitadas em Cursos de Curta Duração Presenciais*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	N° de Pessoas Capacitadas em Cursos de Curta Duração Presenciais		
<b>Objetivo do Indicador / Utilidade</b>	Mensurar Pessoas Capacitadas nas modalidades de cursos de curta duração presenciais ofertadas pelo INPI		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DICOD / ACAD		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total de pessoas nos cursos (cursos customizados, redação de patentes, patent draft, Sucessfull Technology Licensing, básico, intermediário e avançado)		
<b>Fonte dos dados</b>	DICOD / ACAD / CFEPI		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>800</b>	<b>1.611</b>	<b>1.033</b>	<b>856</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>Com a redução de alunos capacitados nos cursos básicos, intermediários e avançados, verificada entre 2009 e 2010, devido à opção dos parceiros do INPI por realizar cada vez mais treinamentos customizados, foi solicitado um ajuste nesse indicador para o ano de 2011 com a inclusão de outras modalidades de cursos presenciais de curta duração ofertados pela ACAD, tais como: cursos customizados, oficina de redação de patentes, patent drafting e Sucessfull Technology Licensing.</p> <p>Diante desse fato, somado à demanda reprimida em alguns estados do país, que se buscou atender em 2011, e ao aumento de interesse por capacitação em propriedade intelectual, houve a superação da meta relativa ao número de pessoas capacitadas em 2011 em 201,38%.</p>			

Fonte: DICOD / ACAD.

*Tabela XVII - N° de Pessoas Formadas em Cursos de Longa Duração*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	N° de Pessoas Formadas em Cursos de Longa Duração		
<b>Objetivo do Indicador / Utilidade</b>	Mensurar o número de mestres formados no Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DICOD / ACAD		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total de alunos com dissertações defendidas		
<b>Fonte dos dados</b>	DICOD / ACAD / COPGP		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>15</b>	<b>21</b>	<b>09</b>	<b>18</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>O indicador de pessoas formadas nos cursos de longa duração representa uma evolução na formação de Mestres em Propriedade Intelectual e Inovação no INPI: de 09 defesas de dissertação em 2009 para 21 defesas no ano de 2011. No ano de 2011, houve 40% da superação do previsto no número de defesas de dissertações.</p> <p>Cabe destacar que os alunos das duas primeiras turmas (2007 e 2008) já defenderam suas dissertações e que uma parte dos alunos das turmas de 2009 e de 2010 também já realizou a defesa de dissertação no ano de 2011.</p>			

Fonte: DICOD / ACAD.

*Tabela XVIII - N° de Pessoas Presentes em Seminários*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	N° de Pessoas Presentes em Seminários		
<b>Objetivo do Indicador / Utilidade</b>	Auferir o número de pessoas participantes nos eventos organizados pelo INPI		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DICOD / ACAD		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total de pessoas presentes nos eventos		
<b>Fonte dos dados</b>	DICOD / ACAD / CFEPI e DICOD / ACAD / COPGP		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>400</b>	<b>550</b>	<b>510</b>	<b>558</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>Verifica-se uma pequena redução no número de participantes nos seminários entre 2010 e 2011, mas destaca-se o interesse suscitado pelas temáticas discutidas nesses seminários e a superação da meta em 37,5%, em 2011.</p> <p>No caso do Encontro Acadêmico em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ENAPID), ressalta-se a abrangência nacional do evento, contando com a presença de palestrantes internacionais, de pesquisadores, professores e alunos de graduação e pós-graduação de universidades e institutos de pesquisa de todo o país, o que representou um aumento significativo do número de participantes e de artigos submetidos. Os eventos, ENAPID e PI em Questão, estão se tornando importantes referências para discussão da temática da Propriedade Intelectual e, por isso, vêm atraindo a atenção dos representantes de diferentes setores da sociedade, como da comunidade científica e tecnológica, do setor público e do setor empresarial. A meta será revista para o próximo ano.</p>			

Fonte: DICOD / ACAD.

Tabela XIX - N° de Publicações em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento

Dados Gerais do Indicador			
<b>Nome do Indicador</b>	N° de Publicações em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento		
<b>Objetivo do Indicador / Utilidade</b>	Mensurar o número de publicações em propriedade intelectual, inovação e desenvolvimento		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DICOD / ACAD		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total de publicações de artigos em revistas acadêmicas, livros, capítulos de livros, relatórios de pesquisas (estudos + projeto de pesquisas + dissertações e teses), papéis de posição ( <i>position papers</i> ) + anais de seminários, mesas redondas ou similares		
<b>Fonte dos dados</b>	DICOD/ACAD/COPGP		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2011		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2009	2010
35	36	18	30
Análise crítica do Resultado do indicador em 2011			
Devido ao crescimento do número de publicações observado de 2009 para 2010, a meta para 2011 foi ajustada para 35 publicações. O resultado observado deve-se ao engajamento do corpo docente do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI na publicação de artigos em congressos acadêmicos e em periódicos recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) do Ministério da Educação. Além disso, as parcerias do corpo docente do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI com professores e pesquisadores de universidades e institutos de pesquisas têm proporcionado publicações de artigos científicos, relatórios de pesquisa, <i>position papers</i> , capítulos de livros e livros.			

Fonte: DICOD / ACAD.

Tabela XX - N° de Pessoas Capacitadas em Cursos de Educação à Distância

Dados Gerais do Indicador			
<b>Nome do Indicador</b>	N° de Pessoas Capacitadas em Cursos de Educação à Distância		
<b>Objetivo do Indicador / Utilidade</b>	Mensurar o N° de Pessoas Capacitadas em Cursos de Educação à Distância		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DICOD / ACAD		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total de pessoas capacitadas em cursos de educação à distância (DL 101 P, DL 101 P-BR)		
<b>Fonte dos dados</b>	DICOD / ACAD / DITED		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2011		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2009	2010
200	185	-	-
Análise crítica do Resultado do indicador em 2011			
Esse indicador reflete uma ação nova da Academia da Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, que é o Ensino à Distância. Para tanto, foi criada a Divisão de Tecnologias Educacionais (DITED) para utilizar novas metodologias de educação para promover a capacitação na temática da propriedade intelectual. Assim, foi firmada uma parceria entre o INPI e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), para o desenvolvimento de ensino à distância baseado na adaptação do conteúdo do Curso Geral de Propriedade Intelectual (DL-101P) da OMPI à realidade brasileira, o DL BR 101P. Essa customização foi realizada por servidores do INPI treinados pela OMPI para atuarem como conteudistas, administradores e tutores. Além disso, foi aberta a inscrição desse curso para a realidade brasileira em dezembro de 2011 com início previsto do curso para março de 2012. Como parte do compromisso assumido pelo INPI junto à OMPI, o INPI torna-se responsável pela gestão do curso DL 101 P voltado para o público de língua portuguesa. Esse curso à distância é normalmente oferecido duas vezes por ano. No ano de 2011, devido à migração do curso DL 101P para uma nova Plataforma, o curso teve apenas uma edição, ocorrida no segundo semestre do referido ano. Como consequência, o número de alunos que concluíram o curso DL 101P ficou abaixo da estimativa, alcançando 92,5% da meta estipulada.			

Fonte: DICOD / ACAD.

## 2.5.5 Diretoria de Marcas - DIRMA

*Tabela XXI - Índice de Demanda Acumulada de Marca*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de Demanda Acumulada de Marca		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Útil para mensurar a relação entre o Backlog e a quantidade de pedidos depositados nos seis meses anteriores		
<b>Tipo</b>	Quanto menor, melhor		
<b>Área responsável</b>	DIRMA		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Backlog / quantidade de pedidos depositados nos 6 meses anteriores à data de apuração do indicador		
<b>Fonte dos dados</b>	SINPI e PAG		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>3,5</b>	<b>4,4</b>	<b>4,76</b>	<b>3,95</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
Todos os indicadores de gestão da DIRMA possuem relação com o backlog de Marcas. Um aumento da demanda em mais de 17% por anos consecutivos e diminuições contínuas do número de funcionários levaram ao aumento do Backlog e consequentemente ao aumento do índice de demanda acumulada.			

Fonte: DIRMA.

*Tabela XXII - Tempo Médio de Espera entre o Depósito e o Exame de Marca*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Tempo Médio de Espera entre o Depósito e o Exame de Marca		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Útil para mensurar a relação entre o backlog e a quantidade média de despachos mensais no ano de apuração do indicador		
<b>Tipo</b>	Quanto menor, melhor.		
<b>Área responsável</b>	DIRMA		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Backlog / quantidade média de despachos mensais no ano de apuração do indicador		
<b>Fonte dos dados</b>	SINPI e e-Marcas		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>18 meses</b>	<b>39 meses</b>	<b>21 meses</b>	<b>26 meses</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
Todos os indicadores de gestão da DIRMA possuem relação com o backlog de Marcas. Neste caso, o aumento constante da demanda por pedidos de registro de marca, em conjunto com a diminuição contínua do número de examinadores, provocou o aumento observado no indicador de tempo médio de espera entre o depósito e o exame de marca.			

Fonte: DIRMA.

*Tabela XXIII - Backlog de Marcas*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Backlog de Marcas		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Útil para mensurar o número de processos de marcas pendentes de exame		
<b>Tipo</b>	Quanto menor, melhor		
<b>Área responsável</b>	DIRMA		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total de pedidos pendentes de exame		
<b>Fonte dos dados</b>	SINPI e PAG		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>230.000</b>	<b>360.632</b>	<b>286.546</b>	<b>279.028</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
O consistente aumento da demanda por pedidos de registro de marcas, em conjunto com a diminuição contínua do número de examinadores de marcas, levou ao aumento do Backlog.			

Fonte: DIRMA.

*Tabela XXIV - Idade Média dos Pedidos em Espera pelo Exame de Marcas*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Idade Média dos Pedidos em Espera pelo Exame de Marcas		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Útil para mensurar a Idade Média dos pedidos em espera pelos pedidos de Marca		
<b>Tipo</b>	Quanto menor, melhor		
<b>Área responsável</b>	DIRMA		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	(data de apuração - data de depósito dos pedidos pendentes de exame)/ backlog		
<b>Fonte dos dados</b>	SINPI e PAG		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>15 meses</b>	<b>19 meses</b>	<b>21 meses</b>	<b>19 meses</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>Todos os indicadores de gestão da DIRMA possuem relação com o backlog de Marcas. O aumento constante da demanda por pedidos de registro de marcas, em conjunto com a diminuição contínua do número de examinadores, fez com que a idade média dos pedidos em espera pelo exame de marcas não diminuísse conforme o previsto. Entretanto, o fato de que tal número tenha permanecido o mesmo revela o esforço que a Diretoria de Marcas teve de examinar aqueles pedidos que estavam há mais tempo na fila de espera.</p>			

Fonte: DIRMA.

#### 2.5.6 Diretoria de Patentes - DIRPA

*Tabela XXV - N° de Primeiros Exames de Pedidos de Patentes*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	N° de Primeiros Exames de Pedidos de Patentes		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Útil para mensurar a execução de Primeiros Exames de Pedidos de Patentes		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DIRPA		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total trimestral de pedidos de primeiros exames examinados		
<b>Fonte dos dados</b>	SISCAP / SINPI		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>7.500</b>	<b>5.562</b>	<b>9.873</b>	<b>7.402</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>A diminuição no número total de primeiros exames realizados foi decorrente dos seguintes fatores: a digitalização dos pedidos de patente, o aumento de exames ISA / IPEA e a diminuição dos examinadores para 229 ao final de 2011 devido à reestruturação da DIRPA, com a retirada de examinadores de patentes treinados para cargos de gestão. Outro fator a ser considerado foi o deslocamento da produção para os exames de segunda instância (Recursos e Nulidades Administrativas), como pode ser visto no Indicador Reversão de Decisão Administrativa de Patente.</p>			

Fonte: DIRPA.

Tabela XXVI - Produtividade de Decisões de Patentes

Dados Gerais do Indicador			
Nome do Indicador	Produtividade de Decisões de Patentes		
Objetivo do Indicador /Utilidade	Útil para mensurar a produtividade das decisões de patentes		
Tipo	Quanto maior, melhor		
Área responsável	DIRPA		
Fórmula de cálculo e método de medição	Total mensal de deferimentos e indeferimentos em primeira instância / Total de examinadores		
Fonte dos dados	SINPI		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2011		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2009	2010
32	21,30	24,33	28,58
Análise crítica do Resultado do indicador em 2011			
A mudança da metodologia de trabalho no exame em virtude da digitalização dos pedidos de patentes, associada com a reestruturação da DIRPA, gerou um menor número de decisões. Os fatores que influenciaram o Indicador $\delta N^{\circ}$ de Primeiros Exames de Pedidos de Patentes também afetaram este indicador, tal como o deslocamento da produção para os exames de segunda instância (Recursos e Nulidades administrativas).			

Fonte: DIRPA.

Tabela XXVII - Produtividade na Expedição de Cartas Patentes

Dados Gerais do Indicador			
Nome do Indicador	Produtividade na Expedição de Cartas Patentes		
Objetivo do Indicador/ Utilidade	Útil para mensurar a produtividade mensal por técnico		
Tipo	Quanto maior, melhor		
Área responsável	DIRPA		
Fórmula de cálculo e método de medição	Cartas Patentes expedidas / Total de examinadores		
Fonte dos dados	SINPI		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2011		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2009	2010
1,18 por mês	1,35 por mês	0,96 por m ês	1,15 por mês
Análise crítica do Resultado do indicador em 2011			
O resultado obtido demonstra que as ações tomadas pela Diretoria de Patente no intuito de resolver os problemas no setor de Expedição de Cartas Patentes tiveram êxito. Adicionalmente, a implantação do e-Carta tem permitido a publicação da Carta Patente no sítio do INPI.			

Fonte: DIRPA.

Tabela XXVIII - Reversão de Decisão Administrativa de Patente

Dados Gerais do Indicador			
Nome do Indicador	Reversão de Decisão Administrativa de Patente		
Objetivo do Indicador/ Utilidade	Útil para mensurar a Reversão de Decisão Administrativa de Patente (atributo não desejável)		
Tipo	Quanto menor, melhor		
Área responsável	DIRPA		
Fórmula de cálculo e método de medição	(Total dos recursos providos + nulidades administrativas parciais ou totais / $N^{\circ}$ de decisões em primeira instância) x 100		
Fonte dos dados	SINPI		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2011		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2009	2010
1,0%	3,48%	1,35%	1,37%
Análise crítica do Resultado do indicador em 2011			
A Coordenação de Recurso foi reestruturada, com um acréscimo no número de examinadores e a informatização do trâmite administrativo. Dessa forma, houve um aumento no processamento dos recursos e nulidades que estavam acumuladas na Coordenação. Esse processamento recorde de recursos, associado à diminuição do número de decisões em primeira instância, gerou o aumento da meta realizada.			

Fonte: DIRPA.

2.5.7 Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros.

Tabela XXIX - Produtividade de Exame de Desenhos Industriais de Primeira Instância

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Produtividade de Exame de Desenhos Industriais de Primeira Instância		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Útil para mensurar a produtividade dos técnicos do setor responsável dos Desenhos Industriais de Primeira Instância		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DICIG /CGIR / DESIN		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	$\Sigma$ dos exames de pedidos de registro de desenho industrial concedidos, indeferidos, objeto de exigências e de exames de mérito / Total de técnicos		
<b>Fonte dos dados</b>	Produção dos servidores da DESIN		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>200</b>	<b>149,97</b>	<b>152,6</b>	<b>173,5</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>O indicador em questão foi proposto com o objetivo de acompanhar o total mensal de parte dos exames em 1ª instância de pedidos de registro de desenho industrial, incluindo as concessões, indeferimentos, exigências e exames de mérito, mas excluindo as ciências de parecer (despacho 34.1) e arquivamentos (despacho 35). Não estão também incluídos os exames de 2ª instância (nulidades e ações judiciais).</p> <p>Segundo os critérios deste indicador, isto é, considerando apenas concessões, indeferimentos e exigências (exames de mérito não estão incluídos, por serem de responsabilidade da CGREC desde o fim de 2010), a quantidade média de exames mensais de 1ª instância por examinador atingiu aproximadamente 150 exames, número que está abaixo da meta prevista de 200 exames.</p> <p>Registra-se que, nos atuais indicadores de produção da Divisão, não estão incluídas outras atividades cotidianas dos pesquisadores da DESIN, a saber: subsídios técnicos a nulidades administrativas instauradas pela CGREC, atendimento a ações judiciais, atendimento aos usuários (presencial, por telefone e e-mail), atividades de disseminação no Rio de Janeiro e em outros estados, participação em cursos e capacitações, entre outros. Teve também forte influência sobre os resultados finais de 2011 o trabalho de revisão da proposta de Ato Normativo e dos procedimentos de exame de pedidos de Registro de Desenho Industrial, que influenciaram diretamente a produção.</p> <p>Além disso, durante o ano, tivemos em alguns meses do ano redução no corpo técnico de examinadores por motivo de licença maternidade e também por licença médica.</p> <p>Para o exercício de 2012, sugerimos a revisão dos indicadores propostos, de modo que estes reflitam melhor os diversos tipos de atividades realizados por esta divisão, e para que assim não haja prejuízo em relação ao seu alcance, e por conseguinte para que se possa trabalhar mais e melhor em benefício dos usuários do sistema.</p> <p>Neste sentido, propomos que além dos exames incluídos atualmente no indicador, passem a ser considerados os arquivamentos e ciências de parecer (proposição e análise da manifestação). Além disso, considerando as demais atividades que impactam na produção, já descritas acima, sugerimos a redução da meta do indicador para 120 exames.</p>			

Fonte: DICIG /CGIR / DESIN.

*Tabela XXX - Produtividade de Exame de Programa de Computador*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Produtividade de Exame de Programa de Computador		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Indicador útil para avaliar a produtividade do setor que realiza exame de programa de computador		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DICIG / CGIR / DIPTO		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total mensal de decisões de pedidos deferidos, arquivados e com exigências / n° de técnicos		
<b>Fonte dos dados</b>	SINPI		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>50</b>	<b>61</b>	<b>26,8</b>	<b>92,2</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>O indicador em questão foi proposto com o objetivo de acompanhar o total mensal de decisões de pedidos de registro de programa de computador deferidos, arquivados e com exigências.</p> <p>Em 2011, a quantidade média de decisões mensais por examinador atingiu 61 decisões, ficando acima da meta prevista para o exercício, de 50 decisões por examinador. Entre os fatores que ao longo do ano contribuíram para a superação da meta podemos citar o aumento do número de depósitos de pedidos de registro e o empenho dos servidores da Divisão em orientar os usuários sobre a importância do registro e os procedimentos de depósito de pedidos. Além disso, melhorias no módulo de Registros de Programas de Computador do Sistema Integrado de Propriedade Industrial - SINPI, implementadas no segundo semestre, contribuíram para o aumento do índice de produtividade.</p> <p>Para o exercício de 2012, considerado o interesse da sociedade pela prestação na concessão do registro e levando em conta o bom desempenho do ano anterior, mas sem descuidar dos fatores que poderão ter impacto na produção, sugerimos o aumento da meta estabelecida para 60 decisões, o que constitui um aumento de apenas 20% à meta anterior, de modo que não haja prejuízo em relação ao seu alcance. À medida que as atividades sejam executadas, poderemos analisar se caberá, em momento oportuno, ajustar ainda mais a meta em benefício do usuário.</p>			

Fonte: DICIG / CGIR / DIPTO.

*Tabela XXXI - Produtividade de Exame de Indicações Geográficas*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Produtividade de Exame de Indicações Geográficas		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Verificar o atendimento das metas de exame		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DICIG / CGIR / COIND		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	total de exames realizados / n° de técnicos		
<b>Fonte dos dados</b>	RPI		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>5</b>	<b>2,62</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>O número de pedidos examinados mensalmente por examinador previsto na formulação das metas de 2011 foi feito com base na metodologia de trabalho anterior à entrada da nova administração da CGIR / COIND.</p> <p>Na metodologia atualmente implantada, o primeiro exame passou a ser executado de maneira mais minuciosa levando-se em consideração não apenas o exame formal preliminar, mas também o exame substancial da documentação apresentada visando à redução do tempo e os problemas detectados na ocasião do exame de mérito.</p> <p>Além da mudança de metodologia de exame, a orientação de atendimento de 100% das demandas de atendimento por informações e o aumento das solicitações de disseminação e fomento de indicações geográficas impactaram o número de pedidos examinados. Para o próximo período, será considerado, para efeito de indicador de gestão, o tempo gasto nas ações de disseminação e fomento e o impacto no tempo disponível para exame dos pedidos de registro.</p>			

Fonte: DICIG / CGIR / COIND.



*Tabela XXXII - Índice de Fomento de Indicações Geográficas*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de Fomento de Indicações Geográficas		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Verificar o atendimento da demanda por disseminação e fomento de informações sobre indicações geográficas		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	Coordenação de Fomento e Registros de IG - COIND		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	$(\text{total mensal de solicitações atendidas} / \text{total mensal de solicitações de atividades de fomento internas e externas}) \times 100$		
<b>Fonte dos dados</b>	Solicitações da DICIG, DICOD e Presidência		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>80%</b>	<b>100%</b>	-	-
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
Em 2011, a COIND contou com mais um servidor, o que possibilitou o cumprimento da demanda em 100%. Em 2012, caso a demanda continue aumentando, precisaremos de mais servidores para manter o mesmo índice.			

Fonte: DICIG / CGIR / COIND.

*Tabela XXXIII - Índice de Produtividade de Exame Formal Preliminar dos Pedidos de Registro de Desenho Industrial*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de Produtividade de Exame Formal Preliminar dos Pedidos de Registro de Desenho Industrial		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Analisar os pedidos de Desenho Industrial quanto aos aspectos formais e adequá-los às normas e legislação vigente, montando o processo e preparando o pedido para posterior análise técnica.		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor.		
<b>Área responsável</b>	DICIG / CGIR / SEACO / SERCO		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	$(\text{Total trimestral de Pedidos Analisados} / \text{Total trimestral de Pedidos de Registro de Desenho Industrial Depositados}) \times 100$		
<b>Fonte dos dados</b>	SINPI e PAG		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>80%</b>	<b>91,8%</b>	-	-
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>O indicador em questão foi proposto a partir do ano de 2011 com o objetivo de acompanhar e orientar as ações direcionadas à Etapa de Exame Formal Preliminar dos pedidos de Registro de desenho Industrial depositados.</p> <p>O objetivo inicial de alcance da meta em percentual de 80%, apesar de alto, não atende com a real expectativa do usuário final e nem reflete o processamento célere que a natureza da proteção por Desenho industrial propõe.</p> <p>A etapa de exame formal reflete em grande peso a celeridade e eficiência do processamento dos pedidos uma vez que é a primeira análise pela qual os pedidos são submetidos. Ainda que a meta tenha sido superada, o alcance de 91,8% estabelece um atraso de uma pouco mais de 1 mês entre depósito e exame formal.</p> <p>Durante o ano de 2011, em especial nos últimos dois trimestres, fatores como a ausência de pessoal e o crescente número de depósitos influenciaram diretamente a produção, ao passo que neste mesmo período foram providenciadas modificações em procedimentos que minimizaram o impacto negativo destes resultados.</p> <p>Para 2012, diante da perspectiva de mudança de edifícios e principalmente de mudança radical de fluxo processual que a partir de então será eletrônico, sugerimos manter a meta já estabelecida para que no decorrer do ano, à medida que as atividades sejam executadas e ajustadas, possamos analisar se caberá, em um próximo momento, ajustar a meta em benefício do usuário.</p>			

Fonte: DICIG / CGIR / SEACO / SERCO.

*Tabela XXXIV - Tempo Médio de Decisão dos Requerimentos de Averbação de Contratos de Tecnologia*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Tempo Médio de Decisão dos Requerimentos de Averbação de Contratos de Tecnologia		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Medir a agilidade da CGTEC em decidir os requerimentos de averbação / registros dos contratos de tecnologia		
<b>Tipo</b>	Quanto menor, melhor.		
<b>Área responsável</b>	DICIG / CGTEC		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	$\Sigma$ (data da decisão - data de entrada) / Total de registros no semestre		
<b>Fonte dos dados</b>	SINPI / SISCON		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>24 dias</b>	<b>18 dias</b>	<b>22,3 dias</b>	<b>21 dias</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
O resultado anual alcançado de 18 dias no indicador relativo ao tempo médio de decisão dos requerimentos de averbação de contratos de tecnologia é inferior à meta estipulada, e torna-se mais expressivo, uma vez que a meta estabelecida é inferior ao prazo legal de 30 dias para decisão dos pedidos de registro, conforme previsto no parágrafo único do artigo 211 da Lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial). Verifica-se que o setor vem desde 2009 reduzindo o prazo de análise dos contratos / faturas de tecnologia.			

Fonte: DICIG / CGTEC.

*Tabela XXXV - Índice de Não Conformidade de Certificados de Averbação*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de Não Conformidade de Certificados de Averbação		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Examinar a excelência do setor no sentido de evitar as inconformidades, por erro ou falta de padronização na análise, na emissão dos certificados de averbação / registro dos contratos de tecnologia.		
<b>Tipo</b>	Quanto menor, melhor.		
<b>Área responsável</b>	DICIG / CGTEC		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	(Total anual de pedidos de retificação do certificado de averbação, recursos e pedidos de reconsideração acatados / Total anual de decisões finais) x 100		
<b>Fonte dos dados</b>	SINPI / SISCON		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>7,0%</b>	<b>8,2%</b>	<b>7,7%</b>	<b>8,7%</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
Apesar de não ter alcançado a meta, em 2011 houve uma pequena redução no índice de não conformidade em comparação ao ano 2010, apesar do aumento de demanda dos requerimentos de averbação / registro dos contratos de tecnologia verificados no ano em questão. A CGTEC está desenvolvendo manuais de exame formal e técnico que deverão contribuir para diminuir as inconformidades verificadas na emissão dos certificados de averbação.			

Fonte: DICIG / CGTEC.

*Tabela XXXVI - Relação entre Decisões e Requerimentos de Averbação de Contratos de Tecnologia*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Relação entre Decisões e Requerimentos de Averbação de Contratos de Tecnologia		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Examinar o resultado alcançado pelo setor em decidir todos os requerimentos de averbação / registro dos contratos de tecnologia sem atraso.		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor.		
<b>Área responsável</b>	DICIG / CGTEC		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	(Total semestral de decisões / Total semestral de requerimentos de averbação) x 100		
<b>Fonte dos dados</b>	SINPI / SISCON		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>100%</b>	<b>100,7%</b>	<b>100,6%</b>	<b>100,9%</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>A meta estabelecida para o ano de 2011 foi decidir 100% dos requerimentos de averbação. Ao final do período, atingiu-se 100,7% do resultado pretendido. Tal resultado demonstra que os procedimentos de exame e averbação dos contratos/faturas de tecnologia atenderam aos parâmetros previamente definidos.</p> <p>A superação da meta estabelecida deveu-se ao procedimento de arquivamento dos processos que não cumpriram as exigências formuladas há mais de cinco anos, observando o estabelecido na Lei nº 9.279, de 14/05/1996, em especial nos artigos 221, 222 e 225. Verifica-se que, ao longo dos anos, o setor apresentou resultados semelhantes.</p>			

Fonte: DICIG / CGTEC.

#### 2.5.8 Diretoria de Administração - DIRAD

*Tabela XXXVII - Índice de Arrecadação de Receita*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de Arrecadação de Receita		
<b>Objetivo do Indicador /Utilidade</b>	Indicador útil para mensurar a execução da receita prevista do INPI		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DIRAD / COFIN		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	(Receita arrecadada/ Receita prevista) x 100		
<b>Fonte dos dados</b>	SIAFI		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>80%</b>	<b>108%</b>	<b>92,05%</b>	<b>103,39%</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>A execução da receita vem alcançando níveis satisfatórios, ultrapassando as estimativas previstas na LOA, principalmente no que se refere às receitas de serviços, tendo em vista que não houve aumento nos valores da tabela de retribuições desde junho / 2009.</p>			

Fonte: DIRAD / COFIN.

*Tabela XXXVIII - Índice de Execução da Despesa*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de Execução da Despesa		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Indicador útil para mensurar a execução da despesa do INPI		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DIRAD / COFIN		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	(Despesa Realizada/ Despesa fixada) x 100		
<b>Fonte dos dados</b>	SIAFI		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>100%</b>	<b>93,94%</b>	<b>87,18%</b>	<b>94,92%</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			

Fonte: DIRAD / COFIN.

*Tabela XXXIX - Horas de Treinamento Servidoras de Nível Superior do INPI*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Horas de Treinamento Servidores de Nível Superior do INPI		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Medir o total de horas de capacitação que estão sendo disponibilizadas aos servidores de nível superior do INPI e avaliar o nível de capacitação dos mesmos		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor.		
<b>Área responsável</b>	DIRAD/CGRH/CETEC		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total de horas de treinamento de servidores de nível superior / total servidores de nível superior		
<b>Fonte dos dados</b>	Relatórios do CETEC, SIAPE		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>20</b>	<b>57,49</b>	<b>-</b>	<b>94,86</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
Embora a dotação de capacitação tenha sido contingenciada em mais de 50% no ano de 2011, a CGRH conseguiu ultrapassar a meta em mais de 100% em função das atividades de capacitação realizadas através do Programa de Ambientação de Novos Servidores ó PROAMB. Estas atividades decorreram da autorização obtida pelo INPI, por meio da Portaria do Ministério do Planejamento n° 218, de 14 de julho de 2011, para nomeação de 18 Pesquisadores em Propriedade Industrial, oriundos do último concurso público, com uma carga horária de mais de 200 horas, elevando este índice. Além disto, encontra-se em andamento o Programa de Desenvolvimento de Gestores ó PDG, cuja carga horária totaliza 180 horas. Houve a realização de 04 turmas do Programa de Desenvolvimento de Equipes ó PDE que também possuem uma carga horária elevada.			

Fonte: DIRAD / CGRH / CETEC.

*Tabela XL - Índice de Rotatividade de Trabalho*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de Rotatividade de Trabalho		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Medir qual o índice de entradas e saídas de servidores no Instituto		
<b>Tipo</b>	Quanto menor, melhor		
<b>Área responsável</b>	DIRAD/CGRH/DIARH		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	(Total de servidores que se desligaram voluntariamente ou em licença sem vencimentos / total de servidores ativos) x 100		
<b>Fonte dos dados</b>	Relatórios do DIARH, SIAPE.		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>3,5%</b>	<b>2,97%</b>	<b>-</b>	<b>1,12%</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
O aumento do índice de 2011 em relação ao de 2010 decorre das solicitações de vacâncias / exonerações de servidores em virtude da aprovação destes em outros concursos públicos.			

Fonte: DIRAD / CGRH / DIARH.

*Tabela XLI - Tempo de Afastamento Médio do Servidor por Motivo de Saúde*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Tempo de Afastamento Médio do Servidor por Motivo de Saúde		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Medir o tempo total de afastamento do servidor por motivo de saúde e realizar inferências sobre a respectiva motivação		
<b>Tipo</b>	Quanto menor, melhor		
<b>Área responsável</b>	DIRAD/CGRH/DISAO		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total de dias de afastamento de todos os servidores / Total de servidores.		
<b>Fonte dos dados</b>	Relatórios da DISAO, SIAPE.		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>14 dias</b>	<b>13,32 dias</b>	<b>-</b>	<b>11,46 dias</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
Apesar de ter ficado abaixo da meta, o resultado de 2011 ficou maior em 16,23% em relação a 2010. Tal aumento deve ser proveniente do ingresso de servidores ocorrido na metade do ano de 2011, em virtude da autorização constante da Portaria MP / SRH nº 218/11 de 14/07/2011. Contribui também o aumento do número de concessões de licenças por motivo de transtornos mentais e comportamentais, que normalmente abrangem um período de tempo maior que o de outras categorias.			

Fonte: DIRAD / CGRH / DISAO.

*Tabela XLII - Horas de Treinamento dos Gestores do INPI*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>	Horas de Treinamento dos Gestores do INPI		
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>	Medir o total de horas de capacitação que estão sendo disponibilizadas aos gestores do INPI		
<b>Tipo</b>	Quanto maior, melhor		
<b>Área responsável</b>	DIRAD/CGRH/CETEC		
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>	Total de horas de treinamento de gestores / total de gestores		
<b>Fonte dos dados</b>	Relatórios do CETEC, SIAPE		
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>40 horas</b>	<b>40,93 horas</b>	<b>-</b>	<b>44,78 horas</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
Houve o alcance da meta por parte da Coordenação.			

Fonte: DIRAD / CGRH / CETEC.

*Tabela XLIII - Horas de Treinamento Servidoras de Nível Médio do INPI*

<b>Dados Gerais do Indicador</b>			
<b>Nome do Indicador</b>		Horas de Treinamento Servidores de Nível Médio do INPI	
<b>Objetivo do Indicador/ Utilidade</b>		Medir o total de horas de capacitação que estão sendo disponibilizadas aos servidores de nível médio do INPI e avaliar o nível de capacitação dos mesmos	
<b>Tipo</b>		Quanto maior, melhor	
<b>Área responsável</b>		DIRAD/CGRH/CETEC	
<b>Fórmula de cálculo e método de medição</b>		Total de horas de treinamento de servidores de nível médio / total servidores de nível médio	
<b>Fonte dos dados</b>		Relatórios do CETEC, SIAPE.	
<b>Evolução dos resultados do indicador</b>			
<b>Meta para o exercício de 2011</b>		<b>Resultado nos exercícios anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>20 horas</b>	<b>21,97 horas</b>	<b>-</b>	<b>36,76 horas</b>
<b>Análise crítica do Resultado do indicador em 2011</b>			
<p>Houve o alcance da meta por parte da Coordenação.</p> <p>A disparidade entre os quantitativos obtidos em 2010 e 2011 decorre do fato de que em 2010 houve a realização do PROAMB para os servidores que ingressaram em virtude da sua aprovação no último concurso do INPI. Além disto, em 2011 houve contingenciamento orçamentário da ordem de 50%, o que limitou a realização desta ação. Entretanto, tal corte neste caso não foi suficiente para comprometer o alcance da meta.</p>			

Fonte: DIRAD / CGRH / CETEC.

#### 4. Movimentação e Saldo de Restos a Pagar e Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

##### 4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

*Quadro XII - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores*

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.509.288,50	98,91	1.509.189,59	0,00
2009	1.051.505,18	5.414,95	1.046.090,23	0,00
2008	951.875,33	950.750,25	1.125,08	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	21.098.337,10	4.591.496,47	13.366.665,36	3.140.175,27
2009	19.031.069,70	4.047.639,46	9.055.135,35	5.928.294,89
2008	13.501.997,60	1.881.845,90	9.487.851,52	2.132.300,18
<b>Observações:</b> A justificativa para a inclusão dos valores de exercícios anteriores de Restos a Pagar não Processados, está fundamentada no Decreto número 6.708 de 23/12/2008, que prorroga o exercício financeiro de 2007 e pelo Decreto número 7.057 de 29/12/2009, que prorroga os inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008. No dia 31 de dezembro de 2010, foi publicado o Decreto número 7.418, que prorroga até o dia 30 de abril de 2011, os restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009. No dia 28 de abril de 2011 foi publicado o Decreto número 7.468 que mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 e Portaria STN 311 de 13/05/2011 que estabelece as datas e prazos para desbloqueios, bloqueios e cancelamentos dos empenhos de Restos a Pagar de que trata o decreto 7.468 de 28/04/2011;				
Fonte: SIAFI				

##### 4.2 Análise Crítica

Com a aproximação do término do exercício financeiro, a Coordenação de Finanças solicita aos gestores de cada área uma análise dos saldos das contas Empenhos à Liquidar e Restos a Pagar a Liquidar, a fim de que se justifique a real necessidade de permanência dos respectivos saldos nas referidas contas. Esta apuração tem a finalidade de evitar resultados incorretos e possíveis citações individualizadas em notas explicativas no balanço da Instituição.

## 5. Composição do quadro de servidores ativos

### 5.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

*Quadro XIII - Força de Trabalho da UJ ó Situação apurada em 31/12*

Tipologias dos Cargos	Lotação		Quantidade	
	Autorizada	Efetiva	Ingressos no exercício	Egressos no exercício
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>1156</b>	<b>939</b>	<b>12</b>	<b>16</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1156	939	12	16
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1126	909	12	14
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	23	20	0	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	6	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	<b>1156</b>	<b>939</b>	<b>12</b>	<b>16</b>

Fonte: SIAPE

*Quadro XIV - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ ó Situação em 31/12*

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>14</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	4
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	10
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>91</b>
4.1. Doença em pessoa da família	84
4.2. Capacitação	7
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>19</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	3
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	16
5.5. Mandato classista	0
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>124</b>

Fonte: SIAPE



Quadro XV - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ  
(Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>				
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	12	12	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	6	6	0	1
1.2.4. Sem vínculo	11	9	1	0
1.2.5. Aposentados	2	2	0	0
<b>2. Funções gratificadas</b>				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	184	183	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>220</b>	<b>217</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: SIAPE

Quadro XVI - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	75	327	207	249	73
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	25	8
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	5	16
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>75</b>	<b>327</b>	<b>207</b>	<b>279</b>	<b>97</b>

Fonte: SIAPE

Quadro XVII - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade  
Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	1	150	364	77	183	156
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	24	0	3	3
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	5	16	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>158</b>	<b>404</b>	<b>77</b>	<b>186</b>	<b>159</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 ó Mestrado; 9 ó Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

## 5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

*Quadro XVIII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro*

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>		
1.1 Voluntária	137	24
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	23	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>		
2.1 Voluntária	143	0
2.2 Compulsória	4	0
2.3 Invalidez Permanente	12	3
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>319</b>	<b>27</b>

Fonte: SIAPE

*Quadro XIX - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12*

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>		
1.1. Integral	34	8
1.2. Proporcional	57	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>94</b>	<b>9</b>

Fonte: SIAPE

## 5.3 Composição do Quadro de Estagiários

*Quadro XX - Composição do Quadro de Estagiários*

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>					
1.1 Área Fim	5	6	4	4	R\$ 26.680,22
1.2 Área Meio	15	17	15	16	R\$ 10.210,90
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1 Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
2.2 Área Meio	1	2	2	3	R\$ 83.787,46
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>21</b>	<b>25</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	<b>R\$ 120.678,58</b>

Fonte: SIAPE para bolsa-auxílio e auxílio transporte e processo nº 2074/2009 para os valores referentes ao pagamento a agente de integração ó CIEE ó Contrato 050/2009.

## 5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro XXI ó Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2011	81.869.610,14	0	5.888.234,51	2.189.751,68	4.473.723,50	1.283.976,76	191.588,63	42.631,79	68.129,11	96.007.646,12
	2010	77.739.223,48	0	6.685.439,81	2.259.349,46	0	1.208.436,82	272.202,78	0	0	85.905.302,89
	2009	69.112.208,42	0	6.219.528,40	2.134.175,52	0	1.048.787,10	229.775,27	0	0	78.744.474,71
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2011	1.360.244,86	0	121.228,36	21.817,36	0	79.724,96	0	0	0	1.583.015,54
	2010	1.456.710,63	0	167.357,41	22.510,80	0	75.034,52	0	0	0	1.721.613,36
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2011	2.914.810,43	889.897,94	259.775,05	96.606,67	0	56.646,01	0	0	0	4.217.736,10
	2010	8.936.838,82	2.167.311,65	822.055,88	277.670,32	0	312.595,53	0	0	0	12.516.472,20
	2009	7.949.797,20	2.170.601,57	765.144,08	262.286,48	0	271.561,77	0	0	0	11.419.391,10
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercícios	2011	17.974.664,14	3.246.147,74	1.601.946,14	595.741,22	0	349.317,05	0	0	0	23.767.816,29
	2010	3.187.501,72	195.376,57	267.124,76	89.445,51	0	75.017,80	0	0	0	3.814.463,16
	2009	2.835.453,65	196.934,43	248.489,65	84.489,93	0	65.170,37	0	0	0	3.430.538,03



## **5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada**

No que se refere a este item, informamos que não há cargos ocupados ou executados por mão de obra contratada ou terceirizada na UJ. Os terceirizados existentes no órgão encontram-se em consonância com o que preceitua o DECRETO No 2.271, DE 7 DE JULHO DE 1997. Também não houve mão de obra terceirizada substituída em decorrência de não ter havido concurso público autorizado para esta UJ. Deste modo não apresentamos os quadros *õCargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionadaö*, *õRelação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizadosö* e *õAutorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.ö*

Quadro XXII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional da Propriedade Industrial													
UG/Gestão: 183038/18801				CNPJ: 42.521.088/0001-37									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	10/2011	Servo Segurança e Vigilância Sociedade Simples 08.579.209/001-93	03/03/2011	03/03/2012	36	36	-	-	-	-	A
2009	L	O	19/2009	FW Brazil Empreendimentos e Serviços Gerais Ltda-07.581.273/0001-16	04/03/2009	04/03/2012	-	63	-	-	-	-	P
<p><b>Observações:</b> O contrato nº 10/2011, bem como o Termo de Referência que lhe deu origem, não estabelecem critérios de escolaridade para os vigilantes contratados. É prevista somente a necessidade de comprovar a formação em Curso de Formação de Vigilantes, conforme Cláusula Sétima, item 10 do Contrato. Contudo, a Lei nº 7102/83, em seu art. 16, III, exige, para o exercício da profissão de vigilante, que o profissional tenha instrução correspondente à quarta série do primeiro grau (ensino fundamental).</p>													
<p><b>LEGENDA</b>  <b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.  <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: CGRH

Quadro XXIII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante

Nome: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

UG/Gestão: 183038/18801

CNPJ: 42.521.088/0001-37

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	CGRH	0	51/2008	02.182.621/0001-69	18/12/2010	18/12/2011	-	-	181	181	63	63	P
2011	CGRH	0	51/2008	02.182.621/0001-69	18/12/2011	18/12/2012	-	-	181	181	63	63	P

Observações: Empresa Contratada: Locanty Com Serviços Ltda. Total de contratados: 244

**LEGENDA**

**Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo ó Menores Aprendizes
14. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:CGRH

**Unidade Contratante**

**Nome: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL ó INPI**

**UG/Gestão: 183038/18801**

**CNPJ: 42.521.088/0001-37**

**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	14	O	01/2007	05.703.030/0001-88	09/01/2007	09/01/2013	-	-	3	3	8	8	P
2007	1	O	24/2007	08.284.452/0001-54	20/06/2007	20/06/2012	-	2	-	-	-	-	P
2008	5	O	11/2008	03.311.116/0001-30	27/06/2008	27/06/2012	-	-	-	42	-	2	P
2008	14	O	20/2008	03.311.116/0001-30	19/08/2008	19/08/2012	-	-	-	2	-	-	P
2008	3	O	33/2008	02.677.568/0001-77	01/10/2008	01/10/2012	-	2	-	-	-	-	P
2008	5	O	49/2008	02.877.566/0001-21	04/12/2008	04/12/2012	-	-	8	8	7	7	P
2008	13	O	51/2008	02182621/0001-69	18/08/2008	18/12/2012	-	-	169	137	-	63	P
2009	3	O	06/2009	86.960.598/0001-86	12/02/2009	12/02/2013	-	-	4	4	-	-	P
2009	13	O	11/2009	00.277.106/0001-37	31/03/2009	31/03/2012	-	-	6	6	-	-	P
2009	1	O	18/2009	04.271.959/0001-12	09/03/2009	09/03/2013	1	1	-	-	-	-	P
2009	1	O	19/2009	07.581.273/0001-16	04/03/2009	04/03/2012	-	63	-	-	-	-	P
2009	13	O	24/2009	78.533.312/0001-58	11/02/2009	11/05/2012	-	-	6	6	-	-	P
2009	13	O	25/2009	78.533.312/0001-58	11/05/2009	11/05/2012	-	-	1	1	1	1	P
2009	13	O	27/2009	08.144.738/0001-34	14/05/2009	14/05/2012	-	-	07	-	-	-	P
2009	6	O	30/2009	02.182.621/0001-69	26/05/2009	26/05/2012	-	12	-	-	-	-	P
2009	5	O	34/2009	04.424.629/0001-10	09/07/2009	09/07/2012	-	-	7	7	16	16	P
2009	1	O	47/2009	10.805.446/0001-32	10/09/2009	11/09/2012	-	1	-	-	-	-	P
2009	11	O	49/2009	00.175.413/0001-07	08/09/2009	08/09/2012	-	8	13	21	-	-	P
2009	14	O	50/2009	33.661.745/0001-50	29/09/2009	29/09/2012	-	-	-	2	-	21	P
2009	3	O	53/2009	03.108.004/0001-86	10/11/2009	10/11/2012	-	02	-	02	-	-	P
2009	12	O	54/2009	02.566.106/0001-82	18/11/2009	18/11/2012	-	20	-	02	-	-	P
2009	14	O	67/2009	04.737.058/0001-73	25/01/2010	25/01/2011	09	09	-	-	-	-	P
2010	14	O	01/2010	09.244.539/0001-60	25/02/2010	25/02/2012	-	-	-	04	-	-	P
2010	14	O	03/2010	01.631.058.0001/04	15/03/2010	15/03/2012	-	-	02	02	03	03	P
2010	13	O	06/2010	07.855.231/0001-26	19/03/2010	19/03/2012	-	-	10	10	-	-	P
2010	13	O	08/2010	10.836.886/0001-61	01/06/2010	01/06/2012	-	-	02	02	-	-	P
2010	13	O	18/2010	10.565.981/0001-78	19/03/2010	19/03/2012	-	1	-	-	-	-	P
2010	13	O	21/2010	07.951.388/0001-55	28/10/2010	28/10/2012	-	-	08	08	-	-	P
2010	1	O	22/2010	07.951.388/0001-55	19/11/2010	19/11/2012	-	-	-	01	-	-	P
2010	1	O	23/2010	07.951.388/0001-55	16/12/2010	14/12/2012	-	01	-	-	-	-	P



2011	3	O	10/2011	08.579.209/0001-63	03/03/2011	03/03/2012	36	36	-	-	-	-	A
2011	4	O	22/2011	08.311.662/0001-94	31/08/2011	31/08/2012	-	-	-	07	-	-	A
2008	5	O	54/2008	02.877.566/0001-21	02/01/2009	01/01/2013	-	-	-	-	16	16	P
2011	14	O	44/2011	04.057.771/0001-76	09/01/2012	09/01/2013	-	08	-	-	-	-	A
2007	13	O	01/2007	42.509.950/0001-96	01/02/2007	01/02/2012	-	51	-	64	-	-	E

**Observações:**

1. Para os contratos que não apresentam a Quantidade de trabalhadores Prevista (P) no contrato, não houve previsão do quantitativo de pessoal a ser disponibilizado pela empresa, houve apenas a dimensionalização do serviço a ser contratado.
2. O Contrato 01/2007 se refere a serviços médicos ambulatoriais de urgência para atender aos servidores do INPI.
3. O Contrato 20/2008 se refere a serviços de guarda, armazenamento, conservação, arquivamento e gerenciamento do acervo documental do INPI.
4. O Contrato 50/2009 se refere a serviços de estagiários.
5. O Contrato 67/2009 se refere a serviços de movimentação e remoção de equipamentos, bens móveis e outros volumes, carga e descarga de viatura oficiais ou contratadas para atender as diversas áreas do INPI.
6. O Contrato 01/2010 se refere a serviços de telefonistas para atendimento de chamadas externas e internas.
7. O Contrato 03/2010 se refere a serviços de Saúde Ocupacional e de Qualidade de Vida, compreendendo a disponibilização de mão-de-obra especializada.
8. O Contrato 44/2011 se refere a serviços de ascensorista.
9. O contrato 49/2009 possui 42 postos de trabalho, sendo que o quantitativo de funcionários que não foi especificados na planilha (total de 13 pessoas) possui nível fundamental incompleto.
10. O contrato 01/2007 refere-se a um convênio firmado entre o INPI e a FUNDAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO RJ para a promoção de atividades de aprendizagem de função laborativa. O mesmo findou-se em 01º de fevereiro do presente ano, não sendo ainda celebrado novo convênio. Quanto ao nível de escolaridade, para este Convênio não foi previamente estipulado, portanto as informações preenchidas equivalem a quantidade de assistidos.
11. O Contrato 50/2009 refere-se à contratação de estagiários, por intermédio do CIEE, para aprendizagem de função laborativa dentro do INPI. Foram contratados 21 estagiários de nível superior e 2 de nível médio.

**LEGENDA**

**Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo ó Menores Aprendizizes
14. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CGAD / SEGEC

## 5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

*Quadro XXIV ó Quadro com os indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos*

INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS		
Eventos	Fórmulas	Resultado
<b>1 - Absenteísmo:</b>		
	( A ) Total de Servidores	909
	( B ) Total de Dias Trabalhados	250
	( C ) Total de Faltas não justificadas	97
	<b>( D ) ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO:</b>	<b>0,49%</b>
	$D = [ C / ( A \times B ) ] \times 100$	
	Meta:	<b>Menor que 2,7%</b>

**Fonte de dados:** sistema SIAPE.

**Metodologia:** Utilizou-se a seguinte fórmula de cálculo:

**Índice de Absenteísmo** =  $[(\text{Total de faltas ã justificadas}) / (\text{número de servidores} \times \text{nº dias trabalhados})] \times 100$ . Não se levou em consideração neste caso as faltas decorrentes de licenças médicas ou capacitação uma vez que as mesmas são consideradas pela legislação em vigor como de efetivo exercício.

**Estabelecimento da meta:** como não obtivemos sucesso em conhecer que índices de absenteísmo seriam aceitáveis na esfera pública federal, utilizamos como padrão a meta utilizada pelo mercado de trabalho em geral que é uma meta inferior à 2,7%

**Análise:** Considerando que o índice obtido representa somente 18% da meta estabelecida, conclui-se que o mesmo encontra-se em padrões aceitáveis nesta instituição.

<b>2 - Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais</b>		
	(A) - Nº Acidentes de Trabalho Registrados:	5
	(B) - Nº Dias Afastamento p/ Acidente Trabalho	84
	<b>(C) - ÍNDICE MÉDIO DIAS DE AFASTAMENTO:</b>	<b>16,8</b>
	$C = [ B / A ]$	
	META:	<b>Menor que 14</b>

**Fonte de Dados:** sistema SIAPE e controles da DISAO

**Metodologia:** Utilizou-se a seguinte fórmula de cálculo:

**Índice Acidentes de Trabalho** =  $(\text{Nº de dias de afastamento p/ acidente Trabalho}) / \text{Nº de acidentes de trabalho registrados}$ .

**Estabelecimento da meta:** foi estabelecida em função de um levantamento das ocorrências em anos anteriores para o estabelecimento deste indicador.

**Análise:** O índice apurado encontra-se 20% acima da meta estabelecida. Como este índice foi obtido somente no final de 2011, a CGRH irá investigar aonde vem se dando esta ocorrência e quais os fatos motivadores.

**OBS: NÃO HOUE REGISTROS DE AFASTAMENTOS POR MOTIVO DE DOENÇAS OCUPACIONAIS EM 2011**

<b>3 - Rotatividade (Turn Over):</b>		
	(A) ó Total de Servidores que se Desligaram Voluntariamente ou sem Licença sem Vencimentos	27
	(B) ó Total de Servidores Ativos:	909
	<b>(C) - ÍNDICE DE ROTATIVIDADE :</b>	<b>2,97%</b>
	$C = [ A / B ] \times 100$	
	META:	<b>Menor que 3,5%</b>

**Fonte de Dados:** sistema SIAPE

**Metodologia:** Utilizou-se a seguinte fórmula de cálculo:

**Índice de Rotatividade = [(Total de Servidores que se Desligaram Voluntariamente ou sem Licença sem Vencimentos) / N° Total de Servidores Ativos] x 100**

**Estabelecimento da meta:** como não obtivemos sucesso em conhecer que índices de absenteísmo seriam aceitáveis na esfera pública federal, utilizamos como padrão a meta utilizada pelo mercado de trabalho em geral que é uma meta inferior à 3,5%.

**Análise:** O índice apurado encontra-se dentro da meta estabelecida.

<b>4 - Aposentadoria X Reposição do Quadro :</b>		
	(A) Aposentadorias	27
	(B) ó Admissões (Nomeações)	12
	<b>(C) ó ÍNDICE APOSENT X REPOSIÇÃO QUADRO</b>	<b>2,25</b>
	$C = \text{RAZÃO } [ A / B ]$	
	META:	<b>Menor que 1</b>

**Fonte de Dados:** sistema SIAPE

**Metodologia:** Utilizou-se a seguinte fórmula de cálculo:

**Índice de Rotatividade = (Total de Servidores que se Aposentaram / N° Total de Admissões).**

**Estabelecimento da meta:** uma meta superior a 01 (um) significa que há mais aposentadorias que admissões.

**Análise:** O índice obtido extrapolou a meta prevista em função da elevada faixa etária da Instituição e do grande número de servidores que já possuem as pré-condições para aposentadoria, o que é agravado pelo fato de que as admissões só podem ser realizadas quando há autorização específica para tal. Apesar de a CGRH vir apoiando continuamente a Presidência do INPI nas suas tratativas para obter a criação de vagas e autorização para realização de concursos públicos junto aos órgãos competentes, ainda não houve a obtenção para este tipo de autorização.

<b>Educação Continuada:</b>		
<b>1 - Total de Horas de Treinamento p/ Servidores Nível Superior</b>		
	(A) ó Total hrs. Treinamento Servidores. Nível Superior	32.594
	(B) ó Total de Servidores Nível Superior	567
	<b>(C) - TOTAL HORAS DE TREINAMENTO P/ SERV. NS</b>	<b>57,49</b>
	C = [ A/ B ]	
	META:	20

**Fonte de Dados:** CETEC

**Metodologia:** Utilizou-se a seguinte fórmula de cálculo:

**Índice de Rotatividade = (Total de hrs. Treinamento Serv. NS / N° Total de Servidores NS).**

**Estabelecimento da meta:** histórico do total de horas das capacitações realizadas para esta categoria

**Análise:** Embora a dotação de capacitação tenha sido contingenciada em mais de 50% no ano de 2011, a CGRH conseguiu ultrapassar a meta estabelecida em mais de 100% em função das atividades de capacitação realizadas através do Programa de Ambientação de Novos Servidores ó PROAMB. Estas atividades decorreram da autorização obtida pelo INPI por meio da PORTARIA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO N° 218, DE 14 DE JULHO DE 2011, para nomeação de 18 Pesquisadores em Propriedade Industrial, oriundos do último concurso público, com uma carga horária de mais de duzentas horas, elevando este índice. Além disto, encontra-se em andamento o Programa de Desenvolvimento de Gestores ó PDG, cuja carga horária totaliza 180 hrs. Houve a realização de 04 turmas do Programa de Desenvolvimento de Equipes ó PDE que também possuem uma carga horária elevada, além das últimas turmas do curso de idiomas, cujo contrato se encerrou naquele ano.

<b>2 - Total de Horas de Treinamento Servidores Nível Médio</b>		
	(A) - Total hrs. Treinamento Servidores Nível Médio	7.514
	(B) ó Total de Servidores Nível Médio	342
	<b>(C) - TOTAL HORAS DE TREINAMENTO P/ SERV. NM</b>	<b>21,97</b>
	C = [ A/ B ]	
	META:	20

**Fonte de Dados:** CETEC

**Metodologia:** Utilizou-se a seguinte fórmula de cálculo:

**Índice de Rotatividade = (Total de hrs. Treinamento Serv. NM / N° Total de Servidores NM).**

**Estabelecimento da meta:** histórico do total de horas das capacitações realizadas para esta categoria

**Análise:** -Considerando que a variação de 9,85% foi inferior à 10%, entendemos que a mesma encontra-se dentro de uma margem de tolerância aceitável, não havendo qualquer necessidade de revisão da mesma. Assim, houve o alcance da meta por parte da Coordenação. A disparidade entre os quantitativos obtidos em 2010 e 2011 decorre do fato de que em 2010 houve a realização do PROAMB para os servidores que ingressaram em virtude da sua aprovação no último concurso do INPI. Além disto, em 2011 houve contingenciamento orçamentário da ordem de 50%, o que limitou a realização desta ação. Entretanto, tal corte neste caso não foi suficiente para comprometer o alcance da meta.

<b>3 - Total de Horas de Treinamento dos Gestores do INPI</b>		
	(A) - Total hrs. Treinamento Servidores Gestores	8.146
	(B) ó Total de Servidores Gestores	199
	<b>(C) - TOTAL HORAS TREINAMENTO P/ GESTORES</b>	<b>40,93</b>
	C = [ A / B ]	
	META:	40

**Fonte de Dados:** CETEC

**Metodologia:** Utilizou-se a seguinte fórmula de cálculo:

**Índice de Rotatividade = (Total de hrs. Treinamento Serv. Gestores / N° Total de Servidores Gestores).**

**Estabelecimento da meta:** histórico do total de horas das capacitações realizadas para esta categoria

**Análise:** - Considerando que a variação de 2,33% foi inferior à 10%, entendemos que tal variação encontra-se dentro de uma margem de tolerância aceitável, não havendo qualquer necessidade de revisão da mesma. Assim, houve o alcance da meta por parte da Coordenação.

<b>4 - Disciplina:</b>		
	(A) - Total Apenações Aplicadas	0
	(B) ó Total de Servidores	909
	<b>(C) ó ÍNDICE DE DISCIPLINA</b>	<b>0</b>
	C = [ A / B ]	<b>0</b>
	META:	0

**Fonte de Dados:** COGER

**Metodologia:** Utilizou-se a seguinte fórmula de cálculo:

**Índice de Rotatividade = (Total de Apenações Aplicadas/ N° Total de Servidores).**

**Estabelecimento da meta:** a não existência de apenações é o ideal.

**Análise:** O índice encontra-se dentro do ideal.

## 6. Instrumentos de transferências vigentes no exercício

*Quadro XXV - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência*

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL									
CNPJ: 42.521.088/0001-37					UG/GESTÃO: 183038 / 18801				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	01/2007	42.509.950/0001-96	R\$ 3.270,00	-0-	R\$ 644,80	R\$ 3.270,00	01/02/2007	01/02/2012	1
3	001/2009	00.662.270/0003-20	R\$15.411.327,21	Não quantificado	-	R\$1.300.000,00	28/12/2009	27/12/2014	1
3	-	00.889.834/0001-08	R\$839.623,18	-	R\$839.326,18	-	1/1/2011	31/12/2011	4
5	-	EX1830387	R\$6.462.009,00	-	R\$710.000,00	-	28/9/2011	28/9/2015	1

<b>LEGENDA</b>	
<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
5 - Acordo de Cooperação Técnica	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI / DICOD

*Quadro XXVI - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios*

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	<b>INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL</b>					
<b>CNPJ:</b>	42.521.088/0001-37					
<b>UG/GESTÃO:</b>	<b>183038 / 18801</b>					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
<b>Convênio</b>	1	1	1	R\$ 644,80	R\$ 660,40	R\$ 665,60
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Termo de Cooperação</b>	1	1	2	R\$ 839.326,18	R\$ 2.416.966,09	R\$ 1.048.989,50
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Acordo de Cooperação Técnica</b>	1	0	1	R\$ 710.000,00	-	R\$ 1.571.697,01
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>R\$ 1.549970,98</b>	<b>R\$ 2.417.626,49</b>	<b>R\$ 2.621.352,11</b>

Fonte: SIAFI / DICOD

*Quadro XXVII - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes*

Unidade Concedente ou Contratante					
<b>Nome: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL</b>					
<b>CNPJ: 42.521.088/0001-37</b>			<b>UG/GESTÃO: 183038 / 18801</b>		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
<b>Convênio</b>	1	0	R\$ 3.270,00	0	100%
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	0	0
<b>Termo de Cooperação</b>	2	R\$ 16.369.471,80	R\$ 1.300.000,00	R\$ 2.958.144,59	8%
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	0	0
<b>Acordo de Cooperação Técnica</b>	1	R\$ 6.462.009,00	R\$ 710.000,00	R\$ 1.441.050,00	11%
<b>Totais</b>	<b>4</b>	<b>R\$ 22.831.480,80</b>	<b>R\$ 2.013.270,00</b>	<b>R\$ 4.399.194,59</b>	<b>9 %</b>

Fonte: SIAFI / DICOD

Quadro XXVIII - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente						
Nome: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL						
CNPJ: 42.521.088/0001-37			UG/GESTÃO: 183038 / 18801			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	Acordo de Cooperação Técnica
2011	Contas prestadas	Quantidade	0	1	0	0
		Montante Repassado	0	R\$ 839.326,18	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	0	0	1
		Montante Repassado	R\$ 3.270,00	0	0	710.000,00
2010	Contas prestadas	Quantidade	0	1	0	0
		Montante Repassado	0	R\$ 1.116.966,09	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	1 <sup>(*)</sup>	0	0
		Montante Repassado	0	1.300.000,00 <sup>(*)</sup>	0	0
2009	Contas prestadas	Quantidade	0	1	0	1
		Montante Repassado	0	R\$ 1.048.989,50	0	1.571.697,01
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0	0
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0	0

Fonte: SIAFI / DICOD - Obs: O Convênio encontra-se em fase de apresentação de prestação de contas, ainda dentro do prazo para a sua exibição. Com relação ao Acordo de Cooperação Técnica sob gerência da DICOD, em 2011 houve 1 conta não prestada e o montante repassado foi de R\$ 710.000,00 e em 2009 houve 1 conta prestada, com montante repassado de R\$ 1.571.697,01. (\*) Conforme entendimento relativo ao termo de cooperação (minuta às fls 622 a 625 do processo), o Inmetro não deverá apresentar prestação de contas ao INPI, fazendo-o diretamente no SIAFI.



*Quadro XXIX - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse*

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL						
CNPJ: 42.521.088/0001-37			UG/GESTÃO: 183038 / 18801			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	Acordo de Cooperação Técnica
2011	Quantidade de contas prestadas			0	0	4
	Com prazo de análise ainda <b>não vencido</b>	Quantidade	Contas analisadas	0	0	0
			Contas Não analisadas	0	0	0
		Montante repassado (R\$)		0	0	0
	Com prazo de análise <b>vencido</b>	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	0	4 (R\$6.052.190,77)
			Quantidade Reprovada	0	0	0
			Quantidade de TCE	0	0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	1	0	0
Montante repassado (R\$)		R\$ 3.270,00	0	0		
2010	Quantidade de contas prestadas			0	0	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	0	0
		Quantidade Reprovada		0	0	0
		Quantidade de TCE		0	0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0	0
Montante repassado (R\$)		0	0	0		
2009	Quantidade de contas prestadas			0	0	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	0	0
		Quantidade Reprovada		0	0	0
		Quantidade de TCE		0	0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0	0
Montante repassado		0	0	0		
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0	0
		Montante repassado		0	0	0

Fonte: SIAFI / DICOD - Obs: O Convênio encontra-se em fase de apresentação de prestação de contas, ainda dentro do prazo para a sua exibição.

## 6.1 Análise Crítica

O Convênio firmado entre o INPI e a Fundação para a Infância e Adolescência - FIA tem por objeto a conjugação de esforços entre as duas entidades para a colocação de adolescentes em aprendizagem laborativa na forma preconizada pela lei 8.069/90 ó Estatuto da Criança e Adolescente.

No que diz respeito à respectiva prestação de contas, este convênio encontra-se em fase de apresentação da mesma, ainda dentro do prazo para a sua exibição.

No que diz respeito às estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, estas vem sendo realizadas dentro daquilo que se encontra pactuado no termo de convênio. Quanto a execução do plano de trabalho e a capacidade de fiscalização in loco da respectiva execução, as atividades previstas naquele plano são supervisionadas pelo fiscal do convênio e por uma assistente social, onde os menores são avaliados quanto à frequência e ao desempenho, inclusive escolar, participando os bolsistas de seminários e eventos visando à sua formação sócio-cultural. O convênio demonstra o compromisso do INPI com a sua Responsabilidade Social Corporativa e está em consonância com as mais recentes políticas de inclusão social do Governo Federal. As transferências são efetuadas com vistas à manutenção do seguro coletivo de acidentes pessoais dos menores assistidos pelo convênio. Ao término do convênio, a conveniente é formalmente notificada para a apresentação da prestação de contas no prazo de 60 (sessenta) dias conforme cláusula do pactuadas no convênio.

Foi realizado apenas um repasse, no valor de R\$1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais), referentes à primeira etapa da construção do prédio do Centro Brasileiro de Material Biológico, no exercício de 2010. Não foi realizado qualquer outro repasse relativo a esse processo, uma vez que houve paralisação das obras em função da necessidade de ajustes entre o Inmetro e a empresa contratada para a sua execução.

Os repasses posteriores serão realizados mediante a apresentação, pelo Inmetro, da comprovação da conclusão das etapas previstas para serem executadas com os recursos do primeiro repasse. A análise dos relatórios e acompanhamento in loco da obra, para fins liberação de novos repasses será realizada pela coordenação do termo de cooperação, com o apoio técnico de áreas específicas do INPI, principalmente o setor de engenharia.

Em função da resposta da consulta realizada ao SEFIN (fls. 359 a 361 do processo INPI 3973/09), entendeu-se que a prestação de contas deste termo de cooperação, pelo Inmetro, não será feita ao INPI, mas sim diretamente através de lançamento no SIAFI (conforme minuta às fls. 622 a 625). Desta forma, o INPI poderá solicitar ao Inmetro apenas relatórios de prestação de contas de execução física.

Nos últimos três exercícios, o INPI, por intermédio da DICOD, realizou as seguintes transferências, conforme quadro abaixo:

*Tabela XLIV ó Transferências DICOD ó 2009/2011*

<b>Instituição Receptora</b>	<b>Instrumento</b>	<b>Objetivo</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ó CAPES	Termo de Cooperação	acesso à base de dados científicas disponível no Portal de Periódicos da CAPES por parte dos pesquisadores do INPI	R\$1.048.989,50	R\$1.116.966,09	R\$839.326,18
Organização Mundial da Propriedade Intelectual ó OMPI	Acordo de Cooperação Técnica Internacional	Treinamento do corpo técnico do INPI	R\$1.571.697,01	-	R\$710.000,00

As transferências à CAPES referem-se ao Termo de Cooperação celebrado entre as instituições, desde 2008, para acesso dos pesquisadores do INPI à base de periódicos nacionais e internacionais presentes no Portal de Periódicos da CAPES. Quanto à OMPI, em 2009, ocorreu a última transferência prevista no Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2006 e expirado em 2010 e que visou o treinamento do corpo técnico do INPI; em 2010, compreendeu o período para elaboração de um novo acordo e, em setembro/2011, foi celebrado um novo acordo com a primeira transferência ocorrendo em dezembro/2011, no valor de R\$710.000,00.

Para o exercício 2012, a expectativa é de que haja nova transferência de recursos para OMPI, com o mesmo objetivo acima, no valor de R\$1.441.050,00

Em 2011, a DICOD, concluiu os convênios SIAFI nº515259 e 570168 celebrados, respectivamente, nos exercícios de 2004 e 2006. Cabe ressaltar aqui, o apoio da Auditoria Interna para conclusão dos referidos instrumentos, em especial ao Convênio 515259, dada a intempestiva apresentação da prestação de contas por parte do conveniente e a conseqüente devolução de valores ao INPI.

Nos exercícios 2009 e 2010, esta DICOD deparava-se com um problema crônico de insuficiência de recursos humanos, agravada com a falta de conhecimento técnico para a realização da análise de prestação de contas, dada não somente pela falta de pessoal como também de treinamento aos poucos servidores da Diretoria. A partir de 2011, mesmo com uma demanda de trabalho crescente e a clarividente falta de recursos humanos, agravada com a saída de alguns servidores do Instituto, houve uma considerável melhora na fiscalização e na análise da prestação de contas, ajudada pela chegada de dois servidores oriundos da Diretoria de Administração e com delegação de competência para apoio à fiscalização e à análise de prestação de contas e também aos treinamentos realizados pelos servidores. Entretanto, destaca-se a necessidade de outros treinamentos na área de Gestão de Convênios, visando aos futuros instrumentos que o Instituto possa a vir celebrar.

Com relação ao Centro Brasileiro de Material Biológico, foi realizado apenas um repasse, no valor de R\$1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais), referentes à primeira etapa da construção do prédio, no exercício de 2010. Não foi realizado qualquer outro repasse relativo a esse processo, uma vez que houve paralisação das obras em função da necessidade de ajustes entre o Inmetro e a empresa contratada para a sua execução.

Os repasses posteriores serão realizados mediante a apresentação, pelo Inmetro, da comprovação da conclusão das etapas previstas para serem executadas com os recursos do primeiro repasse. A análise dos relatórios e acompanhamento in loco da obra, para fins liberação de novos repasses será realizada pela coordenação do termo de cooperação, com o apoio técnico de áreas específicas do INPI, principalmente o setor de engenharia.

Em função da resposta da consulta realizada ao SEFIN (fls. 359 a 361 do processo INPI 3973/09), entendeu-se que a prestação de contas deste termo de cooperação, pelo Inmetro, não será feita ao INPI, mas sim diretamente através de lançamento no SIAFI (conforme minuta às fls. 622 a 625). Desta forma, o INPI poderá solicitar ao Inmetro apenas relatórios de prestação de contas de execução física.

## 7. Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

### *Quadro XXX - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV*

#### **DECLARAÇÃO**

Eu, **Leonardo de Paula Luiz**, CPF n.º **001.758.137-01**, **Diretor de Administração**, exercido no Instituto Nacional da Propriedade Industrial declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais ó SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei n° 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2012.

**Leonardo de Paula Luiz**  
**CPF n.º 001.758.137-01**  
**Diretor de Administração**  
**Instituto Nacional da Propriedade Industrial**

#### **DECLARAÇÃO**

Eu, **Raul Suster**, CPF n° **594.176.507-00**, **Diretor Substituto da Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento - DICOD**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que esta unidade não possui sob sua gerência, até o exercício de referência, nenhum convênio ou instrumento congênere apto a registro no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei n.º 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2012.

**Raul Suster**  
**CPF n° 594.176.507-00**  
**Diretor Substituto da Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento**  
**Instituto Nacional da Propriedade Industrial**

## 8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

*Quadro XXXI - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR*

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	22	319
	Entregaram a DBR	-	22	319
	Não cumpriram a obrigação	-	0	0

Fonte: SIAPE

### 8.1 Análise Crítica

Utilizou-se no preenchimento do QUADRO A.8.1., o contido na IN do TCU nº 67/2011, bem como as informações obtidas do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos ó SIAPE. Assim sendo, no final do exercício financeiro de 2011, foram contabilizados 319 (trezentos e dezenove) servidores exercendo função comissionada e 22 (vinte e dois) servidores que, durante o exercício de 2011, deixaram de exercer função comissionada.

Foram considerados nestes quantitativos tanto os titulares dos cargos quanto os substitutos. Insta salientar que não foi necessária a adoção de qualquer providência, pois houve a respectiva entrega da documentação à unidade interna incumbida de gerenciar a recepção das DBR (INPI/DIRAD/CGRH/DIARH)

Além disso, deve-se mencionar que, atualmente, não existe sistema informatizado para tal gerenciamento, sendo certo que a forma de recepção das DBR é em papel e estas são mantidas em arquivo próprio na Coordenação ó Geral de Recursos Humanos.

Por fim, é importante destacar que não há qualquer tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida., uma vez que os servidores se responsabilizam pelas informações prestadas tendo em vista a legislação que trata da matéria.

## 9. Estrutura de controles internos da UJ

Quadro XXXII - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>					
	1	2	3	4	5

28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				<b>X</b>	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				<b>X</b>	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				<b>X</b>	
<p><b>Considerações gerais:</b>  Embora o procedimento de monitoramento seja atividade inerente aos gestores, o setor de Auditoria Interna está realizando essa atividade.  O quadro foi elaborado por meio da consolidação das análises realizadas pelos gestores das Diretorias. A consolidação foi finalizada com uma reunião entre a presidência, vice-presidência e os diretores e com a mediação do Auditor-Chefe.</p>					
<p><b><u>LEGENDA</u></b>  <b>Níveis de Avaliação:</b>  <b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.  <b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.  <b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.  <b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.  <b>(5) Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					



## 10. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

### Quadro XXXIII ó Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p>Este órgão, quando da elaboração dos Termos de Referência e dos Editais de Licitação, correntemente vem estabelecendo critérios objetivos de sustentabilidade ambiental para fins de avaliação e classificação das propostas, em observância aos ditames da IN SLTI/MPOG nº 01/2010, bem como em atendimento ao artigo 225 da Carta Magna.</p> <p>Como exemplo, podemos citar os seguintes critérios estabelecidos em edital para participação da licitação para aquisição de mobiliário (SB1):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Declaração de isenção de licença ambiental ou autorização ambiental de funcionamento do empreendimento, expedida pelo órgão competente da sede da licitante; ou,</li> <li>- Licença ambiental ou autorização ambiental de funcionamento do empreendimento expedida pelo órgão competente da sede da licitante, considerando-se que a licença deve ter o seu prazo de validade vigente, conforme o fabricante constante no catálogo técnico apresentado; ou,</li> <li>- Protocolo de renovação de isenção de licença ambiental ou autorização ambiental, expedido há mais de 120 dias, acompanhado da licença ambiental ou autorização ambiental de funcionamento do empreendimento expedido pelo órgão competente da sede da licitante, de acordo com as leis do Estado de Origem; e,</li> <li>- Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ó IBAMA - em nome do fabricante dos produtos ofertados, conforme constante no catálogo técnico apresentado.</li> </ul> <p>Outrossim, destacamos como exemplo a previsão de critérios de sustentabilidade no Termo de Referência para aquisição de microcomputadores (cuja licitação ainda não foi realizada), quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Exigência de índice de eficiência energética estabelecido pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica;</li> <li>- Exigência de monitores de vídeo compatíveis com padrões internacionais de conservação de energia elétrica EPEAT;</li> <li>- Necessidade de a empresa licitante firmar compromisso de que não emprega, na distribuição dos equipamentos ofertados à administração, em razão deste certame, substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (<i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i>), considerando-se tal atestado critério de habilitação no certame;</li> <li>- Exigência de utilização de fonte de energia dos gabinetes tipo ATX ou BTX para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz, com ajuste automático, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa principal, interfaces, discos rígidos, memória RAM e demais periféricos) e que implemente PFC (Power Factor Correction) ativo com eficiência superior a 80% (PFC 80+), com vistas ao melhor aproveitamento de energia.</li> </ul> <p>Por derradeiro, podemos ainda citar a adoção de tais critérios de sustentabilidade nas licitações referentes às máquinas de café expresso e aos purificadores de água, nas quais foi exigida apresentação de selo de sustentabilidade dos insumos fornecidos e certificação conforme as normas do INMETRO.</p> <p>Importante ressaltar, ainda, que o INPI aderiu à Agenda Ambiental na Administração Pública ó A3P.</p> <p>Dessa forma, conclui-se que esta Divisão de Contratos e Licitações (DICOL), sempre que viável diante das circunstâncias concretas, vem pautando sua atuação em estrita observância às regras e princípios constitucionais inerentes à sustentabilidade ambiental, o que ocorre, frise-se, mesmo em procedimentos licitatórios cujo critério de julgamento for do tipo õmenor preçoõ.</p>				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos				X	

<p>pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável</p> <p>Resposta positiva. Conforme salientado acima, tem este setor empreendido esforços no sentido de adotar, sempre que possível e aplicável à hipótese fática, critérios que vão ao encontro das necessidades de tutela ambiental.</p> <p>Assim, podemos enfatizar, exemplificadamente, a licitação para aquisição de papel para uso dos diversos setores do Instituto, em que se prioriza, sempre, a contratação de fornecimento de papel reciclável.</p> <p>Ademais, os <i>toners</i> de impressoras adquiridos pelo setor, também para uso dos demais setores do órgão, são de material reciclável (remanufaturado) .</p>					
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). A aquisição é feita pelo menor preço.</p> <p>Resposta positiva. Não obstante as licitações sejam realizadas pelo tipo o menor preço, buscamos empregar, nos Termos de Referência, exigência de apresentação de certificação ambiental.</p>					X
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p> <p>Resposta positiva. Vide resposta ao item nº 1.</p>				X	
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p> <p>Foram realizadas diversas ações visando à redução do consumo de água e energia elétrica, tais como: revisão de todas as instalações elétricas e hidráulicas nos prédios da Praça Mauá e Mayrink Veiga, com troca de torneiras; utilização de lâmpadas fluorescentes em todos os setores do Instituto (em vez daquelas incandescentes); instalação de sensores de presença; desligamento da refrigeração a partir de 18h e das lâmpadas às 20h. Além disso, o prédio da Rua São Bento nº 1 tem medidor de energia em cada andar; as descargas são inteligentes e a água da chuva é utilizada para limpeza. Quanto ao consumo de água, podemos frisar a instalação, em todos os banheiros, de torneiras com acionamento temporário, o que evita o dispêndio de água por eventual esquecimento de seu fechamento, além da instalação de hidrômetros em todos os andares do edifício-sede do Instituto, medida esta que permite uma melhor gestão do consumo de água.</p>					X
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p> <p>Há preferência, sempre que possível, por produtos recicláveis. Dentre os produtos adquiridos com esta característica pode-se citar: papel reciclado, etiquetas adesivas e <i>toners</i> de impressoras.</p>					X
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p> <p>No instrumento convocatório para locação de veículos oficiais, exigiu-se o seguinte: Os veículos a serem disponibilizados pela licitante vencedora para a execução dos serviços contratados, à exceção dos movidos a óleo diesel, <u>deverão ser movidos por combustíveis renováveis</u>, conforme prevê a Lei nº 9.660, de 16/06/98.</p>					X
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p> <p>Vide resposta ao item nº 6. Esta preferência tem sido manifestada quando da elaboração dos Termos de Referência e dos Editais de Licitação, sempre que possível.</p>					X
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e</p>					X

qualidade de tais bens/produtos.					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Resposta positiva. Houve realização de palestras para os servidores do INPI, com treinamento de um representante de cada Diretoria.				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Resposta positiva (vide resposta ao item nº 12).				X	
Considerações Gerais: Os quesitos referidos neste quadro foram objeto de análise e resposta pelo gestor da área que tem por competência institucional a realização dos procedimentos afetos às licitações e contratações da unidade jurisdicionada.					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					
Fonte: CGAD / SEGEA					

## 11. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro XXXIV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
<b>BRASIL</b>	<b>UF 1 DF</b>	22	22
	<b>UF 2 RJ</b>	02	02
	<b>UF 3 SP</b>	01	01
	<b>UF 4 CE</b>	01	01
	<b>UF 5 ES</b>	01	01
	Município 1 - Brasília	-	-
	Município 2 ó Rio de Janeiro	-	-
	Município 3 ó São Paulo	-	-
	Município 4 ó Fortaleza		
	Município 5 ó Vitória		
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>27</b>	<b>27</b>
<b>EXTERIOR</b>		-	-
		-	-
		-	-
		-	-
		-	-
		-	-
		-	-
		-	-
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>27</b>	<b>27</b>

Fonte:CGAD / DIMPS

Quadro XXXV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
<b>BRASIL</b>	<b>UF 1 ó RJ</b>	02	01
	Município - Rio de Janeiro	01	01
	<b>UF 2 ó MG</b>	01	01
	Município ó Belo Horizonte	01	01
	<b>UF 3 ó BA</b>	01	01
	Município ó Salvador	01	01
	<b>UF 4 ó PR</b>		
	Município ó Curitiba		
	<b>UF 5 ó SC</b>		
	Município ó Florianópolis		
<b>UF 6 ó ES</b>			
Município ó Vitória			
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>07</b>	<b>06</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	-	-
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>07</b>	<b>06</b>

Fonte: CGAD / DIMPS

Quadro XXXVI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico em R\$	Data da Avaliação	Valor Reavaliado em R\$	Imóvel	Instalações
DF	970101442000	4	-	174.574,68	17/03/2004	174.574,68	-	-
DF	9701014415005	4	-	154747,65	17/03/2004	157.747,65	-	-
DF	9701014375003	4	-	123.303,99	17/03/2004	123.305,99	-	-
DF	9701014445001	4	BOM	159.208,67	17/03/2004	159.208,67	-	-
DF	9701014345007	8	-	122.458,08	17/03/2004	122.458,08	-	-
DF	9701014385009	4	BOM	123.303,99	17/03/2004	123.305,99	-	-
DF	9701014355002	4	-	122.460,60	17/03/2004	122.460,60	-	-
DF	9701014405000	4	BOM	123.305,99	17/03/2004	123.305,99	-	-
DF	9701014365008	4	-	123.305,99	17/03/2004	123.305,99	-	-
DF	9701014435006	4	-	159.208,67	17/03/2004	159.208,67	-	-
DF	9701014555000	4	-	156.546,11	17/03/2004	156.546,11	-	-
DF	9701014485003	8	BOM	152.675,38	01/01/2000	152.675,38	-	-
DF	9701014475008	8	BOM	152.676,24	17/03/2004	152.676,24	-	-
DF	9701014505004	4	-	156.546,11	17/03/2004	156.546,11	-	-
DF	9701014465002	4	-	152.675,38	17/03/2004	152.675,38	-	-
DF	9701014525005	4	-	193.246,51	17/03/2004	193.246,51	-	-
DF	9701003235000	13	-	574.340,70	17/03/2004	574.340,70	-	-
DF	9701003165002	13	-	2.908.372,12	17/03/2004	2.908.372,12	-	-
DF	9701004665009	21	-	558.209,18	17/03/2004	558.209,18	-	-
DF	9701003215000	4	-	293.180,94	17/03/2004	293.180,94	-	-
DF	9701003195009	4	-	302.619,64	17/03/2004	302.619,64	-	-
DF	9701004655003	4	-	135.024,00	01/01/2000	135.024,00	-	-
RJ	600001705009	13	-	13.281.392,77	17/03/2004	13.281.392,77	-	-
SP	7107003275002	21	-	1.478.372,75	17/03/2004	1.478.372,75	-	-
CE	13890002500005	5	-	151.746,40	20/08/2001	151.746,40	-	-
RJ	60010228895003	13	-	23.244.764,55	23/07/2009	23.244.764,55	1.200.000,00	-

<b>Total</b>	<b>1.200.000,00</b>	-
--------------	---------------------	---

Fonte: SPIUNET / CGAD / DIMPS

Obs.: **1-** No Quadro XXXIX foram registrados (2) dois imóveis alugados pelo INPI: Mayrink Veiga,09 e Rua São Bento, 01. **2 ó** No Quadro XL os imóveis do INPI sofreram avaliações em 17/03/2004, com exceção das unidades do RIP 9701014485003 e 9701004655003, que ocorreram em 01/01/2000. Após esse período não houve outras avaliações e reavaliações até a presente data. Quanto ao estado de conservação, as informações que possuímos são resultantes do trabalho de diligência ocorrida em 14/05/2009, por servidora especialmente designada; as colunas em branco carecem de tal atividade, tendo em vista os recursos escassos frente à contenção de despesas estipulada pelo Governo Federal. No mesmo quadro, não temos informações no que tange à 'Despesas com manutenção do exercício'.

### 11.1 Análise crítica

Os imóveis acima mencionados são somente os de propriedade do INPI, incluindo os cedidos ao INMETRO, na Praça da Bandeira. O INPI não possui imóvel em território estrangeiro, restringindo nossas atividades no Brasil.

Os imóveis fora do patrimônio da União são aqueles onde funcionam as demais unidades descentralizadas (Divisões Regionais e Representações do INPI). Relativamente a estas últimas, não possuímos registros de utilização face aos mesmos pertencerem a terceiros.

Ressaltamos que, com relação aos imóveis localizados no DF, a DIRAD tem, desde o ano de 2011, realizado todos os esforços para dar continuidade ao processo existente para regularização dos mesmos.

Os imóveis sob a gestão desta Divisão são os de propriedade da União; um imóvel pertencente ao Instituto no RJ está cedido ao INMETRO. O imóvel pertencente ao INPI em São Paulo está sendo ocupado pela Divisão Regional do INPI ó DIREG/SP.

Não temos imóvel em território estrangeiro, restringindo nossas atividades em nosso País, Brasil.

Os imóveis fora do patrimônio da União são aqueles onde funcionam as demais unidades descentralizadas (Divisões Regionais e Representações do INPI). Relativamente a estas últimas, não possuímos registros de utilização face aos mesmos pertencerem a terceiros.

Ressalto que os imóveis localizados no DF encontram-se desatualizados, mas a DIRAD tem, desde o ano de 2011, ensejado todos os esforços para dar continuidade ao processo existente para regularização dos mesmos.

Relativamente a Representação do ES, consta como Imóvel de propriedade da União em 2010 e 2011 porque a formalidade de Cessão se deu em 2010, entretanto a ocupação física foi efetivada somente no segundo semestre de 2011, por razões de adequações no imóvel.

## 12. Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quadro XXXVII - Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento da área</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
<b>Perfil dos Recursos Humanos envolvidos</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	69				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	50%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Item 3: Foi atribuído nível de avaliação 4 pois o comitê não se reúne com a frequência necessária para a área;</p> <p>Item 4: A força de trabalho da CGTI é atualmente composta por 19 servidores e 50 funcionários terceirizados;</p> <p>Item 8: Foi atribuído nível de avaliação 5 pois a área busca aderência ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Instituição;</p> <p>Item 9: A Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas do INPI, encontra-se pronta para ser aplicada, restando contudo a finalização do procedimento licitatório para nova contratação dos serviços de desenvolvimento e manutenção de software, sem o qual a operacionalização da sobredita metodologia tornar-se-ia inviável.</p> <p>Item 10: Os Acordos de Nível de Serviço (ANS) existem porém não são formalizados com a assinatura das partes envolvidas;</p> <p>Item 11: O ANS para o desenvolvimento/manutenção não se aplica pois o mesmo é feito por posto de trabalho. O que não ocorrerá na nova contratação.</p> <p>Item 14: A responsabilidade da Gestão de Contratos pertence a outra unidade, porém a área conta com uma Divisão que tem a atribuição de dar suporte à Gestão de contratos.</p> <p>O questionário foi respondido pelo grupo de gerentes que compõem a área a saber: área responsável pela segurança da informação, área responsável pelo desenvolvimento de sistemas e a área responsável pela gestão de TI, além do Coordenador-Geral.</p>					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua					

maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Fonte: CGTI

### 13. Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

*Quadro XXXVIII - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador*

*Valores em R\$ 1,00*

Código da UG 1	183044	Limite de Utilização da UG	183044		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Ronaldo Alves	668.590.937-49	3.000,00	-	1.795,19	1.795,19
<b>Total utilizado pela UG</b>			-	1.795,19	1.795,19
<b>Total utilizado pela UJ</b>			-	1.795,19	1.795,19

Fonte: SIAFI

*Quadro XXXIX - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)*

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
<b>2011</b>	-	-	4	1.795,19	1.795,19
<b>2010</b>	-	-	4	1.759,44	1.759,44
<b>2009</b>	-	-	4	2.131,60	2.131,60

Fonte: SIAFI



## 14. Deliberações do TCU atendidas no exercício

*Quadro XL - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício*

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	030.595/2011-8	9415/2011-1	1.7	DE	Ofício nº 42562-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para encaminharem, no prazo de 60 (sessenta) dias, novos atos de admissão, via sistema Sisac, com a correção das falhas e omissões nas informações prestadas e cadastradas nos formulários de admissão dos referidos servidores.;					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração/Coordenação Geral de Recursos Humanos					112881
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Foi efetivada a remessa de novos atos de admissão para os servidores relacionados no Acórdão acima mencionado, devidamente corrigidos para: vaga criada por Lei.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Emissão de novos atos livre de falhas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
002	007.114/2011-7	8005/2011-1	1.6	DE	Ofício nº 448/2011-TCU/SECEX-9
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Descrição da Deliberação:					
Determinar ao INPI que faça constar, quando da apresentação do próximo Relatório de Gestão, informação específica acerca do impacto do contingenciamento orçamentário sobre as aquisições de bens e serviços necessárias ao cumprimento dos objetivos fixados no Planejamento Estratégico da entidade, de forma a possibilitar exame da questão quando do julgamento das referidas contas;					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento					112881
Síntese da providência adotada:					
O Instituto está ciente e fará constar do próximo Relatório de Gestão informação específica acerca do impacto do contingenciamento sobre as aquisições de bens e serviços necessárias ao cumprimento dos objetivos fixados no planejamento Estratégico da entidade, de forma a possibilitar exame da questão quando do julgamento das referidas contas.					
Síntese dos resultados obtidos					
Ciência da determinação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
003	020.553/2010-2	838/2011-2	1.6.1	DE	Ofício nº 82/2011-TCU/SECEX-9
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Descrição da Deliberação:					
Adote medidas, no prazo de 30 (trinta) dias, para que faça constar dos processos referentes aos convênios firmados pelo Instituto, em especial os convênios Siafi 515259 e 570168, as análises das respectivas prestações de contas apresentadas, indicando a data da verificação, servidor responsável, itens verificados e manifestação conclusiva quanto à regular aplicação de recursos pela entidade patrocinada e a efetivação da contrapartida, nos termos avençados, observando-se as providências previstas na Instrução Normativa STN nº 01/97 e o disposto no Decreto nº 6.170/2007, de modo a sanear a falha consignada no subitem 7.3.2 da instrução;					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento					112881
Síntese da providência adotada:					
As prestações de contas dos convênios nº 570168 (IEL/SENAI) e 515259 (UFRJ/FUJB) foram aprovadas, tendo sido atualizado o status no cadastro de transferências do sistema SIAFI, bem como atestado, nos devidos processos administrativos, que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação, conforme determina o art. 31 § 3.º da IN STN n.º 001/2007. Relativamente ao convênio n.º 515259 houve devolução, em 03 de junho de 2011, do valor de R\$ 57.126,14, que atualizado somou R\$ 75.216,76					
Síntese dos resultados obtidos					
As prestações de contas dos convênios foram analisadas e as pendências sanadas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
004	020.553/2010-2	838/2011-2	1.6.2	DE	Ofício nº 82/2011-TCU/SECEX-9
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Descrição da Deliberação:					
Somente formalize convênios na medida em que disponha de condições técnico-operacionais de avaliar adequadamente os Planos de Trabalho, acompanhar e orientar a concretização dos objetivos previstos nas avenças, bem como de analisar, em prazo oportuno, todas as respectivas prestações de contas, de acordo com os normativos que disciplinam a matéria, especialmente a IN/STN nº 01/97, a Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127, de 29/05/2008, e o Decreto nº 6.170/2007, respectivamente;					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento					112881
Síntese da providência adotada:					
O Órgão está ciente desta determinação.					
Síntese dos resultados obtidos					
A autarquia cumprirá a determinação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
005	020.553/2010-2	838/2011-2	1.7	RE	Ofício nº 82/2011-TCU/SECEX-9
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Descrição da Deliberação:					
Alertar o INPI para que se abstenha de realizar ações de patrocínio sem a prévia formalização contratual e o correspondente empenho, ante as seguintes constatações: ausência de controles internos adequados relativos à aplicação de recursos no patrocínio de eventos, que resultaram em despesas sem suporte contratual ou prévio empenho; e ausência de evidências processos quanto ao cumprimento de cláusulas contratuais avençadas, no tocante a aplicações de recursos que somaram R\$ 470.000,00, impropriedade resultante do descumprimento dos arts. 60 a 62, da Lei nº 8.666/93 e art. 60 da Lei nº 4.320/64, conforme consignado no item 1.3.3.1. do Relatório de Auditoria Anual de Contas da Controladoria-Geral da União - CGU nº 244776 - 2ª parte, às fls. 216/225.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento					112881
Síntese da providência adotada:					
O Órgão está ciente deste alerta.					
Síntese dos resultados obtidos					
A autarquia cumprirá a recomendação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
006	002.354/2010-1	2052/2010-P	9.2.1	DE	Ofício nº 399/2010-TCU/SECEX-9
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Descrição da Deliberação:					
Garanta o fiel cumprimento da determinação da Vice-Presidência dessa Entidade, proferida nos autos do Processo Administrativo Disciplinar - PAD - n.º 52400.001026/05, em 7/7/2009, que ordenou a instauração de novas apurações internas para verificar a ocorrência de dano ao erário em virtude dos fatos descritos no PAD n.º 52400.001026/05, sem prejuízo de constituir a competente tomada de contas especial, caso confirme a existência de dano aos cofres da Autarquia, observadas as disposições do art. 8º da Lei 8.443/92 e da Instrução Normativa TCU nº 56/2007, especialmente o seu artigo 5º;					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Corregedoria					112881
Síntese da providência adotada:					
Julgamento da Presidência em 06/01/2012, Processo INPI nº 52400.003667/2010, que manifestou a procedência das recomendações da Procuradoria quanto ao encaminhamento dos dados referentes ao dano ao erário e demais informações ao controle externo, visto que o prazo para o exercício interno do ato verificador e investigatório já estaria, de há muito, ultrapassado para ser praticado no âmbito interno.					
Síntese dos resultados obtidos					
Cumprida a determinação da Vice-Presidência do INPI.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
007	000.195/2009-3	1256/2009-2	1.6	DE	Ofício nº xx/2011-TCU/SECEX-9
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Descrição da Deliberação:					
Determinar ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial ç INPI, o prazo de 60 (sessenta) dias para que conclua e remeta a este Tribunal de Contas da União a tomada de contas especial instaurada em decorrência da sindicância realizada no processo INPI 52400.001863/04, em acordo com art. 8, § 1º, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 197, § 2º, do Regimento Interno do TCU.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Corregedoria					112881
Síntese da providência adotada:					
Foram encaminhados, pelo Ofício PR nº 280/2011, os quatro volumes dos autos originais do processo n.º 52400.004198/2009, com 765 folhas, que trata da Tomada de Contas Especial, constituída pela Portaria INPI n.º 635/2010, para apurar a alteração onerosa levada a cabo no contrato n.º 30/2000, com a empresa Xerox Comércio e Indústria Ltda.					
Síntese dos resultados obtidos					
Tomada de contas especial concluída e encaminhada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
008	015.490/2006-5	3344/2009-1	1.5.1	DE	Ofício nº 1180/2009-TCU/SECEX-5
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Descrição da Deliberação:					
Ao INPI que proceda ao devido andamento aos processos administrativos disciplinares e às sindicâncias instauradas na unidade e atente para o cumprimento das solicitações do Controle Interno, conforme referido no subitem 7.3 do Relatório de Auditoria de Gestão n. 175.769.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Corregedoria					112881
Síntese da providência adotada:					
Os processos administrativos disciplinares e sindicâncias vem sendo analisados no âmbito do órgão. Contudo, as atividades de correição terão a celeridade adequada quando a unidade da corregedoria estiver apropriadamente estruturada.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os processos disciplinares estão em andamento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A Unidade da Corregedoria ainda está em fase de estruturação.					



Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
009	013.166/2005-6	2901/2007-1	1.3.1	DE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Ao proceder ao controle das concessões de auxílio-transporte, atente em particular para o pagamento aos servidores que não apresentaram passagens/bilhetes e comprovantes de endereço em seus nomes.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração/Coordenação Geral de Recursos Humanos					2185/3053
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
A Coordenação Geral de Recursos Humanos vem aprimorando seus controles internos para minimizar as inconsistências entre pagamentos e bilhetes de passagens não apresentados, em conformidade à determinação do TCU.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Os controles internos sobre a concessão de auxílio transporte foram aprimorados.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Carência de pessoal na Unidade de Recursos Humanos.					

## 14.1 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

*Quadro XLI - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício*

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	023.410/2010-8	7491/2010-2	9.3	DE	Ofício nº 26643/2010-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI					00382
Descrição da Deliberação:					
<p>9.3. determinar ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - Mdic que:</p> <p>9.3.1. faça cessar, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes;</p> <p>9.3.2. comunique aos interessados acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não-provimento;</p> <p>9.3.3. emita novos atos, livre da irregularidade apontada, e submeta-os à apreciação deste Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da presente deliberação.</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração/Coordenação Geral de Recursos Humanos					2185/3038
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Os servidores aposentados foram cientificados do conteúdo do referido Acórdão.</p> <p>A decisão contida no Acórdão foi tomada com base nos primeiros atos de aposentadoria lançados no Sisac. Contudo, os atos foram alterados posteriormente (segundos atos), os quais se encontram pendentes de análise do TCU.</p> <p>Nesse contexto, as pretensões dos servidores inativos/recorrentes serão analisadas em sede de concessão inicial, a partir da autuação dos segundos atos atualmente disponíveis no Sisac. Portanto, nada deve ser alterado no Sistema, até a decisão sobre esses segundos atos.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-					

## 14.2 Recomendações do OCI atendidas no exercício

### Quadro XLII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>CÓDIGO SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	244.776	1.3.4.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
002 - Regularizar a situação do convênio Siafi 515259 (UFRJ/FUJB), considerando a permanência de saldo após o término da vigência do convênio, atentando para a necessidade de verificação do cumprimento das cláusulas avençadas.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento			78366
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
A prestação de contas do convênio nº 515259 (UFRJ/FUJB) foi aprovada, tendo sido atualizado o status no cadastro de transferências do sistema SIAFI, bem como atestado, no devido processo administrativo, que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação, conforme determina o art. 31 § 3.º da IN STN n.º 001/2007. Cabe ressaltar ainda que houve devolução, em 03 de junho de 2011, do valor de R\$ 57.126,14, que atualizado somou R\$ 75.216,76.			
<b>Síntese dos resultados obtidos:</b>			
Convênio regularizado e prestação de conta aprovada.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
-			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	244.776	1.3.4.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
003 - Acompanhar a execução do convênio Siafi 570168 (CNI/IEL) durante sua vigência, procedendo às ações previstas no termo de convênio quanto ao acompanhamento da execução e, ao término da vigência, observar os procedimentos para a conclusão das análises, com o tempestivo registro no Siafi.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento			78366
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
A prestação de contas do convênio nº 570168 (CNI/IEL) foi aprovada, tendo sido atualizado o status no cadastro de transferências do sistema SIAFI, bem como atestado, no devido processo administrativo, que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação, conforme determina o art. 31 § 3.º da IN STN n.º 001/2007.			
<b>Síntese dos resultados obtidos:</b>			
Prestação de contas aprovada e devido registro no Siafi.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
-			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
003	208.047	1.2.5.4	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 - Apurar a responsabilidade pela falta de informação que resultou na contratação desnecessária de serviços para uma área de 4.253,87m², ocasionando um gasto também desnecessário de R\$ 49,0 mil, o qual deve ser ressarcido ao erário (Processo n.º 52400.001206/2007);			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Corregedoria			78366
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Instituída Comissão de Sindicância, Portaria PR/INPI n° 476/09 (Processo INPI n° 52400.004535/09), para apurar os fatos descritos no Processo INPI n° 52400.001206/2007, cujo relatório final foi acolhido pela autoridade superior, determinando o arquivamento dos autos haja vista que a Comissão conclui que os fatos ocorridos não levaram a um gasto desnecessário ao erário publico, e que foram decorrentes de necessidades prementes e indispensáveis ao bom funcionamento da autarquia.			
<b>Síntese dos resultados obtidos:</b>			
Relatório final da Comissão de Sindicância julgado pela autoridade superior, determinando o arquivamento dos autos.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
-			

### 14.3 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

*Quadro XLIII - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício*

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	208.047	1.2.4.2	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Creditar aos fornecedores, para os quais não fique comprovada a responsabilidade pelo atraso no recolhimento do tributo, os valores de multa e/ou juros subtraídos dos seus pagamentos; apurando a responsabilidade de quem deu causa às despesas.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração/Coordenação Geral de Administração			2185/3053
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
A CGAD fez o levantamento dos créditos aos fornecedores por meio do processo 3116/09 e aguarda autorização da Diretoria de Administração para efetuar os créditos.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Carência de controles internos que estabeleçam rotinas de verificação dos direitos de créditos.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	208.047	1.2.5.4	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
002 - Apurar os fatos noticiados pelo chefe do SERAP, em sua manifestação, tendo em vista que o contrato emergencial não visava os serviços de limpeza para todos os andares do imóvel da Praça Mauá e, muito menos, envolvia o da Praça Pio X (MEMO/INPI/DAS/CGA/SERAP/N.º 040/2008).			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Corregedoria			2185/3053
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
Foi sobrestado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, Processo INPI n° 52400.004534/09, constituída pela Portaria INPI/PR n° 161/11, por estar o servidor acusado de licença médica a quase 1 ano.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
-			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
003	208.047	4.1.1.2	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 - Apurar a responsabilidade pela aprovação de prestação de contas sem os elementos suficientes à comprovação da correta aplicação dos recursos no objeto pactuado (Convênio INPI x INMETRO ó 1998); 002 - Apurar a responsabilidade pela morosidade na adoção de medidas destinadas a estabelecer a verificação dos fatos pelos processos administrativos adequados.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Corregedoria			2185/3053
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
Não foram encaminhados à Corregedoria processos com solicitações de apuração de responsabilidade para as situações identificadas.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
-			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
004	208.047	4.2.1.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Providenciar para que os servidores responsáveis pela inclusão e atualização de dados referentes aos contratos no SIASG recebam formalmente a ciência dessas atribuições.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração/Coordenação Geral de Administração			2185/3053
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
A equipe da DICOL está ciente de sua atribuição de inserir no SIASG os dados referentes aos contratos, porém nenhum de seus integrantes possui conhecimento a respeito da utilização do sistema. Em 2011 foi solicitada capacitação operacional no SIASG por meio do processo 7672/2011, porém não foi possível participar do curso.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Ausência de capacitação específica na área, apesar de solicitações formais terem sido feitas a Unidade de Recursos Humanos.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
005	244.776	1.2.7.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
004 - Adotar ações para definição dos critérios de rateio condominial relativo às despesas do edifício-sede e implementar a divisão dos custos, de modo a sanar o ônus excessivo do INPI, por arcar com o pagamento integral de valores sujeitos a rateio.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração			2185
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
Foram ratificados, com as entidades EBC e ECT, os percentuais de rateio constantes do Termo de Acordo celebrado em 16/12/1998 entre INPI e RADIOBRAS/EBC. O procedimento de ressarcimento dos valores correspondentes às despesas condominiais dos exercícios de 2010 e 2011 será definido até meados de janeiro de 2012.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
-			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
006	244.776	1.3.4.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
004 - Apurar a responsabilidade pela ausência de condução do processo 52400.003747/04, referente ao convênio Siafi 515259, celebrado entre INPI, UFRJ e FUJB.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Corregedoria			112881
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
Não foi encaminhado à Corregedoria processo com solicitação de apuração de responsabilidade para a situação identificada..			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
-			



Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
007	224.345	1.3.3.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI			00382
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
006 - Apurar a responsabilidade, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93, pela realização de despesas sem cobertura contratual.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Corregedoria			112881
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
Foi instaurado o processo INPI nº 52400.004630/09 para apuração de responsabilidade pela realização de despesas sem cobertura contratual no processo INPI nº 52400.002344/08. Não houve, até o momento, decisão da autoridade competente sobre as conclusões emitidas pela Comissão de Sindicância em seu relatório final.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
-			

## 15. Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

*Quadro XLIV - Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício*

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	02/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/09/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	CGCOM
<b>Descrição da Recomendação</b>	Indicador Imagem Institucional: informar a metodologia utilizada, conceituando os tipos de avaliação elaborados pelo Serviço de Comunicação Social, excluir do cálculo as matérias que não avaliam qualitativamente os serviços prestados pelo Instituto (neutras) e, se possível, comparar o resultado obtido com os de outros Órgãos governamentais (benchmarking).
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
CGCOM	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Pela análise do resultado alcançado por esse indicador exposto no Relatório de Gestão de 2010, verificou-se que o mesmo está adequado à recomendação.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	02/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/09/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DICOD
<b>Descrição da Recomendação</b>	<p>Número de pessoas presentes em ciclos de estudo e seminários no ano de 2009: a unidade deve reavaliar a meta prevista para 2010 e 2011, tendo como base o resultado expressivo alcançado em 2009 e disponibilizar as seguintes informações para entendimento do público leitor:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- s eventos são organizados na própria Autarquia?</li> <li>- uais públicos são considerados nesse indicador, internos e/ou externos?</li> </ul> <p>- A diferença alcançada é fruto da realização de maior número de eventos em relação ao previsto ou do aumento da procura por informações de PI?</p>
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DICOD	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Pela análise do resultado alcançado por esse indicador exposto no Relatório de Gestão de 2010, verificou-se que o mesmo está adequado à recomendação.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	02/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/09/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRPA
<b>Descrição da Recomendação</b>	Número de Primeiros Exames de Pedidos de Patentes: avaliar eventuais discrepâncias (superiores a 10%) entre o previsto e o alcançado, com apresentação das razões que influenciaram o resultado. A unidade deve rever a meta prevista para 2010 e 2011, tendo como base o resultado alcançado em 2009.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRPA	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Pela análise do resultado alcançado por esse indicador exposto no Relatório de Gestão de 2010, verificou-se que o mesmo está adequado à recomendação.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	02/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/09/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRMA
<b>Descrição da Recomendação</b>	Indicador de <i>backlog</i> de marcas, que significa o número de pedidos de marcas pendentes de exame: avaliar eventuais discrepâncias (superiores a 10%) entre o previsto e o alcançado, com apresentação das razões que influenciaram o resultado.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRMA	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Pela análise do resultado alcançado por esse indicador exposto no Relatório de Gestão de 2010, verificou-se que o mesmo está adequado à recomendação.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	02/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/09/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DICIG
<b>Descrição da Recomendação</b>	Índice de Produtividade de Exame de Programa de Computador: o resultado deve demonstrar a média anual do número de exames mensais por técnico, comparando-a com a meta prevista para o exercício, ou seja, o somatório dos 12 meses.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DICIG	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Pela análise do resultado alcançado por esse indicador exposto no Relatório de Gestão de 2010, verificou-se que o mesmo está adequado à recomendação.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	02/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/09/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DICIG
<b>Descrição da Recomendação</b>	Índice de não conformidade dos pedidos de registro de indicação geográfica nacionais: que a Diretoria avalie a utilidade e validade do indicador, propondo alterações caso julgue pertinente, considerando a realidade que se deseja efetivamente medir.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DICIG	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
A Diretoria optou por manter o indicador no rol de indicadores de desempenho institucional colacionados no relatório de gestão de 2010.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	02/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/06/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Medem as horas de treinamento por gestor, servidor de nível superior e de nível médio, respectivamente: avaliar a pertinência de remover as tabelas citadas do rol de indicadores de desempenho institucional disponibilizados no Relatório de Gestão, colacionando-os no item de indicadores gerenciais sobre recursos humanos.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
CGRH	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Pela análise do Relatório de Gestão de 2010, verificou-se que os indicadores foram retirados do rol de indicadores de desempenho institucional.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	05/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	17/09/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Considerando as possíveis falhas administrativas acima elencadas e o resultado do Procedimento Ético relativo à conduta do servidor, somos de opinião que a Administração deverá adotar as medidas necessárias de forma a atender ao que foi recomendado no item 3.20, sub-itens a, b, c, d, e, f, i e j deste Relatório, bem como a CGRH deverá realizar o acompanhamento médico do servidor, garantindo a manutenção de seu tratamento e medicação.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Os pontos levantados pela Auditoria foram abordados e justificados pela Diretoria de Administração (Coordenação Geral de Administração e Coordenação Geral de Recursos Humanos).	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	06/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/09/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DICOD
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomendamos que o processo retorne para a DART, para a adoção de todas as medidas cabíveis de forma a regularizar o Convênio, providenciando os esclarecimentos acerca dos pontos aqui apontados e promovendo a análise da prestação de contas final, com o conseqüente retorno dos saldos financeiros remanescentes. Deverá a DART melhorar ainda mais os Controles Internos na gestão de Convênios, de forma a evitar deficiências no planejamento, formalização, execução e prestação de contas dos mesmos.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DICOD	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
A prestação de contas do convênio nº 570168 (CNI/IEL) foi aprovada, tendo sido atualizado o status no cadastro de transferências do sistema SIAFI, bem como atestado, no devido processo administrativo, que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação, conforme determina o art. 31 § 3.º da IN STN n.º 001/2007.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Convênio regularizado.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	07/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	31/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DICOD
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomendamos a Administração que solicite urgentemente para análise a FUJB, a Prestação de Contas Final do total dos recursos recebidos, constituída de toda a documentação constante do art. 28 da IN STN n.º 01/97.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DICOD	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
A prestação de contas do convênio n.º 515259 (UFRJ/FUJB) foi aprovada, tendo sido atualizado o status no cadastro de transferências do sistema SIAFI, bem como atestado, no devido processo administrativo, que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação, conforme determina o art. 31 § 3.º da IN STN n.º 001/2007.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Convênio regularizado.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	07/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	31/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DICOD
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomendamos que sejam solicitadas e analisadas todas as cópias de despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas e justificativas para dispensa e inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, bem como sejam solicitados e analisados todas as notas fiscais e os recibos de despesas citados na Relação de Pagamentos do Convênio.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DICOD	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
A prestação de contas do convênio n.º 515259 (UFRJ/FUJB) foi aprovada, tendo sido atualizado o status no cadastro de transferências do sistema SIAFI, bem como atestado, no devido processo administrativo, que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação, conforme determina o art. 31 § 3.º da IN STN n.º 001/2007.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	



<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	07/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	31/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DICOD
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomendamos ainda que seja solicitada a FUJB a devolução dos valores pagos das despesas que não estavam previstas no Plano de Trabalho do Convênio.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DICOD	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Houve devolução, em 03 de junho de 2011, do valor de R\$ 57.126,14, que atualizado somou R\$ 75.216,76.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Ressarcimento aos cofres do INPI.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	07/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	31/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DICOD
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomendamos que os servidores responsáveis pela gestão de Convênios no INPI sejam submetidos à capacitação, de forma a melhor acompanhar as etapas do acordo.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DICOD	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Houve capacitação de servidores da Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento (DICOD) na área de gestão de convênios. Segundo a diretora da DICOD, por restrições orçamentárias em 2011, algumas solicitações de capacitação não puderam ser realizadas, o que impossibilitou a continuidade de capacitação na matéria. Ainda há, portanto, necessidade de treinamento no tema, com relato da DICOD de que os servidores não se consideram aptos para gerenciar novos convênios.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	07/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	31/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DICOD
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomendamos a DICOD que informe se as metas constantes do Plano de Trabalho foram atingidas, apresentando o Relatório Final, especificado na Meta 3.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DICOD	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
A prestação de contas foi aprovada, tendo sido atualizado o status no cadastro de transferências do sistema SIAFI, bem como atestado, no devido processo administrativo, que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Pendências do Convênio atendidas.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	08/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	09/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRPA
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomendamos a DIRPA que promova ações junto a CGTI, no sentido de solicitar o aperfeiçoamento dos Sistemas disponibilizados à Diretoria; promova estudos no sentido de editar normas que versem sobre as questões abordadas nesse Relatório; promova gestões junto a CGRH, com intuito de prover a DIRPA de um corpo técnico qualificado e num quantitativo que atenda as necessidades de apoio e ao exame de patentes.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRPA	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
<p>A DIRPA informou que encaminhará memorando à CGTI até o dia 15/02/2012, solicitando que o trabalho de colaboração que vem sendo desenvolvido seja mantido e aperfeiçoado. Foram citadas ações que vêm sendo realizadas junto a CGTI, que inclui a automatização de procedimentos administrativos e a execução do projeto de renumeração dos pedidos de patentes.</p> <p>A DIRPA estabelecerá estudos conjuntos com as áreas envolvidas nas questões abordadas no relatório para estabelecer procedimentos e padrões formais de atuação. A Diretoria enviará memorando à Coordenação Geral de Recursos Humanos- CGRH reafirmando a necessidade de contratação de novos examinadores.</p>	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	09/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	06/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIREG-MG
<b>Descrição da Recomendação</b>	É recomendável que se faça nova auditoria nessa DIREG <sup>os</sup> , para que se possa ratificar ou não os pontos apontados e/ou verificar a sua regularização.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIREG-MG	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Foi elaborada matriz de risco para as Divisões Regionais. A partir da matriz e do tempo disponível, foi realizada auditoria na DIREG de Minas Gerais, que resultou no Relatório nº 07/2011.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	10/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	15/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/COFIN
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomenda-se a criação de marcação no sistema PAG, para as GRU <sup>os</sup> devolvidas devido a pagamentos em duplicidades.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/COFIN	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
A Coordenação de Finanças expõe que no instante em que é realizado o pagamento em duplicidade, o sistema PAG gera outro número para a segunda via paga, que corresponde aos dígitos da guia emitida precedida do número 1. O Serviço de Arrecadação, após fazer a restituição do valor pago indevidamente, dá baixa no sistema na tela referente à segunda guia paga.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	10/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	15/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/COFIN
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomenda-se ao fim do processo de devolução, encaminhar documento informando a ocorrência da restituição para arquivamento no processo correspondente.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/COFIN	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
A Coordenação de Finanças seguirá a recomendação, enviando aos usuários, após o devido pagamento, comunicado de que a restituição foi realizada.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	10/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	15/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/COFIN
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomenda-se ainda, caso ainda esteja em vigor, a atualização da Ordem de Serviço INPL/DAS n.º 01/2004.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/COFIN	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
O Serviço de Arrecadação elaborou o Relatório sobre o atual processo de restituição de retribuição paga indevidamente, no qual a falta de uma norma atualizada é um dos problemas abordados.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	12/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	24/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGAD
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomendamos, <i>em casos futuros</i> , que o objeto seja recebido pelo Fiscal do Contrato, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos Termos Contratuais, conforme nos orienta o art. 73, da Lei nº 8666/93, com vistas à liquidação e pagamento.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGAD	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
O objeto passará a ser recebido por Termo Circunstanciado padrão definido especificamente para os serviços de vigilância.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	12/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	24/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGAD
<b>Descrição da Recomendação</b>	Adotar providências para que no novo contrato, a fiscalização efetuada em sua execução seja efetuada de forma eficiente e eficaz e diligente, inclusive com a substituição dos fiscais.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGAD	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
O Sr. Coordenador Geral de Administração se manifesta quanto aos esforços para desenvolver procedimentos mais eficientes, efetivos e eficazes, no que se refere à fiscalização dos Contratos celebrados pelo INPI, dentre os quais, a criação da SEGEC, vinculada a DIRAD/CGAD, para instruir e controlar a atuação dos Fiscais de Contrato.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	13/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Observar o prazo de 48 horas para pagamento do auxílio funeral a pessoa da família que houver custeado o funeral.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Informamos que para sanar a questão esta CGRH confeccionou um Formulário de Autorização de Pagamento de Auxílio Funeral.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	13/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Efetuar o desconto relativo ao período de 09 a 16/03 de 2010, no qual o servidor de matrícula 1474000 estava licenciado por motivo de falecimento de pessoa da família.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Providenciado o desconto na folha de pagamento do mês de março/2011.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	13/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Realizar o desconto referente ao período de 08 a 15/02 de 2010, no qual o servidor de matrícula 1569478 estava licenciado por motivo de falecimento de pessoa da família.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Providenciado o desconto na folha de pagamento do mês de janeiro/2011.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	13/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Solicitar ao servidor de matrícula 1569478 que opte por um dos endereços residenciais apresentados no processo nº 52400.004833/07, e caso decida pela residência situada em Volta Redonda, atentar para a comprovação dos bilhetes de passagens, procedendo aos descontos necessários.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Pelos autos do processo de concessão do benefício nº 52400.004833/07, o servidor optou por um endereço residencial, e passou a perceber o auxílio transporte somente por este endereço, não cabendo mais a apresentação de bilhetes de passagem.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	



<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	13/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Considerar válidos apenas os bilhetes de passagens utilizados nos dias úteis de efetivo exercício, e efetuar os descontos nos casos de bilhetes aproveitados em finais de semana e feriados.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Desde janeiro/2011 está sendo observada esta recomendação. Quanto aos descontos, a questão foi submetida pela CGRH às considerações do Sr. Diretor da DIRAD.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	13/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Aceitar apenas os bilhetes de passagens manuais preenchidos adequadamente, devendo constar no mínimo a data, horário, trajeto e valor, preenchidos à caneta.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
A CGRH informou que esta recomendação está sendo aplicada desde julho/2010.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	13/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Apresentar justificativa formal, com base em informações encaminhadas pelos servidores envolvidos, para os bilhetes de passagens com números de identificação únicos, emitidos pela empresa Transportes Única Petrópolis Ltda. e Única Transportes e Turismo Ltda., com traslado entre Petrópolis x Rio de Janeiro x Petrópolis.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Os servidores justificaram formalmente a situação pelo fato de que os bilhetes utilizados durante o mês são adquiridos antecipadamente, e assim as empresas de transporte fornecem os comprovantes relativos às passagens adquiridas para todo o mês.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Justificativa apresentada e aceita.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	13/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Anexar as folhas de requisição de julho e agosto de 2010 ao Processo nº 52400.002057/08, e sem mais a acrescentar ao processo nº 52400.004091/08 que versa sobre o mesmo objeto daquele, providenciar seu encerramento.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Encerrado o processo nº 52400.002057/08 e atualizado o processo nº 52400.004091/08, que trata da cessão do servidor, com as folhas de requisição mensais.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	13/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Estabelecer e efetuar controle adequado sobre os prazos de encerramento das cessões, por meio de requisição formal aos órgãos cessionários sobre o interesse em prorrogar o exercício dos servidores cedidos, e que seja encaminhada com tempo suficiente para que todos os órgãos envolvidos possam se manifestar.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
A unidade informou que adotará esta prática, e sempre com a antecedência de três meses providenciará comunicação aos respectivos Órgãos Cessionários, da necessidade de agilizar a publicação de um novo prazo, caso seja do interesse dos respectivos Órgãos.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	13/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Apresentar/regularizar os atos e suas publicações que retificam o ônus da cessão de cessionário para cedente, em relação aos servidores com matrículas 0449164; 0449388 e 0449646, a partir de dezembro de 2005.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
A partir da MP nº 269, de 15/12/2005, convertida na Lei nº 11.292, de 26/04/2006, com disposições sobre as Agências Reguladoras, houve entendimento de que o ônus da cessão cabe ao cedente, por se tratar de órgãos do Poder Executivo, corroborado pela SRH, por meio do Ofício nº 194/SRH. Orientamos para que nos casos futuros haja publicação das alterações nos atos motivados por novos normativos legais.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Justificativa aceita.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	13/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Apresentar/regularizar cópia da publicação do ato que estabeleceu o retorno ao INPI do servidor de matrícula 0449509, cedido ao Ministério dos Transportes.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Apresentado documento extraído do SIAPE indicando a data de início e término da cessão junto ao Ministério dos Transportes, visto que não foi localizada Portaria de exoneração do cargo.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	13/2010
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	30/12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Após não restar mais a acrescentar ao Processo nº 52400.001632/05, providenciar seu encerramento.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Anexado o documento de término da cessão ao Ministério dos Transportes e encerramos o citado processo.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	02/2011
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	07/07/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DICOD
<b>Descrição da Recomendação</b>	Sugiro o encaminhamento do presente relatório para a Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento ó DICOD para que seja tomada ciência do resultado da presente análise e para que a diretoria adote as providências pertinentes quanto ao registro do novo õstatusõ do Convênio no sistema SIAFI.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DICOD	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Foi atualizado o status do convênio no cadastro de transferências do sistema SIAFI.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	04/2011
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	03/06/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	CORREGEDORIA
<b>Descrição da Recomendação</b>	Constatamos ser necessária a emissão de nova portaria de designação da Comissão de Tomada de Contas Especial, com prazo de 30 dias, com vistas a efetuar a notificação de cobrança aos responsáveis indicados no Relatório da Comissão de Tomada de Contas Especial, dando àqueles o prazo de 10 dias para recolhimento do débito.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
CORREGEDORIA	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Os responsáveis foram notificados da cobrança.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	04/2011
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	03/06/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	CORREGEDORIA
<b>Descrição da Recomendação</b>	A Comissão designada deverá proceder, também, a apuração dos potenciais valores indevidos nos processos pagos à Xerox, apontados no item 6.d (fevereiro de 2003 a dezembro de 2004).
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
CORREGEDORIA	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Constituída Comissão de Tomada de Contas Especial, Portaria nº 454/2011, para apurar a continuidade dos pagamentos onerosos à Xerox, no período compreendido entre 12/01/2003 a novembro de 2004).	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
-	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	06/2011
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	26/08/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIREG-MG
<b>Descrição da Recomendação</b>	Sugiro que este relatório subsidie nova auditoria nessas DIREG'S, para que se possa ratificar ou não os pontos apontados e/ou verificar a sua regularização.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIREG-MG	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Foi elaborada matriz de risco para as Divisões Regionais. A partir da matriz e do tempo disponível, foi realizada auditoria na DIREG de Minas Gerais, que resultou no Relatório nº 07/2011.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Auditoria realizada.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
-	

## 15.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

*Quadro XLV - Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência*

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	02/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	OUIDORIA
<b>Descrição da Recomendação</b>	Índice de Satisfação com o atendimento: separar o índice de satisfação por usuários internos e externos (comparação com a meta deve ser pelo índice global). Isso porque a demanda pelos serviços de Ouvidoria é bem distinta se considerados os dois tipos de público separadamente, o que trará maior transparência às informações disponibilizadas.
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
OUIDORIA	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
Pela análise do resultado alcançado por esse indicador exposto no Relatório de Gestão de 2010, verificou-se que o indicador não foi adequado à recomendação.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	02/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos: - É fundamental que sejam elaborados objetivos e metas e/ou acompanhamentos históricos para todos os indicadores gerenciais de RH estabelecidos (possibilitar as etapas de comparação e avaliação). - A área de RH deve estabelecer somente indicadores cujas relações possam gerar avaliações/conclusões que tenham influência na tomada de decisão gerencial, a fim de aumentar a eficiência da gestão de recursos humanos (foco na relevância e não na plenitude), versando preferencialmente sobre os temas especificados na Portaria TCU N° 389/2009. - Estabelecer conclusões qualitativas que possam ser comprovadas, evitando considerações como os estabelecidos nas análises das relações dos gráficos 7 e 8 (item 4.6.6 deste Relatório).
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
A verificação do atendimento das recomendações sobre os indicadores gerenciais de recursos humanos será efetuada no exercício de 2012, quando da análise do relatório de gestão de 2011.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGAD
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomendamos a implementação do citado dispositivo contratual em todos os Postos de Vigilância (colocação dos kits de primeiros socorros).
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGAD	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
A Administração implementará a recomendação. Será realizada posteriormente inspeção <i>in loco</i> para verificação do atendimento.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	12/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	24/12/2010
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGAD
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomendamos regularizar as pendências no Livro de Ocorrência e mantê-lo devidamente preenchido.
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGAD	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
A Administração implementará a recomendação. Será realizada posteriormente inspeção para verificação do atendimento.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	13/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Em nossa opinião não há necessidade de criação de um grupo de trabalho, pois os pagamentos efetuados sem suporte documental estão identificados nas tabelas, cabendo proceder a apuração e os descontos pertinentes.
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
Situação submetida pela CGRH às considerações do Diretor da DIRAD.	



<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	13/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	Apresentar cópia dos atos e publicações que prorrogaram sucessivamente a cessão da servidora de matrícula 0449148, cedida ao TRE-RJ pelo prazo de 1 ano, conforme Diário Oficial Nº 97, de 24/05/99.
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
Cópia do Ofício nº 106/2011 INPI/PR, encaminhada ao Gabinete do MDIC, solicitando a adequação/saneamento da fundamentação legal da cessão.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	14/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	CGCOM
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomendamos à fiscal do contrato que promova as ações necessárias de forma a regularizar os pontos abordados nesse Relatório, especificamente quanto à glosa dos valores pagos por serviços não prestados.
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
Constatou-se a devolução de R\$ 544,00 (referente ao evento Meeting of International Authorities under the PCT). Não se verificou no processo o ressarcimento de R\$ 220,00 (locação de carro executivo ó evento Seminário Internacional sobre Impacto Econômico da Propriedade Intelectual).	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	14/2010
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	CGCOM
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomendamos a adoção de medidas no sentido de cobrar da empresa contratada uma melhor qualidade nos serviços prestados, que em última instância pode prejudicar a imagem do INPI junto ao público externo.
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
-	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
A verificação do atendimento desta recomendação será realizada no exercício de 2012.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	01/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD
<b>Descrição da Recomendação</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Deverá a Administração notificar formalmente a empresa DATASIST quanto aos valores devidos, com o objetivo de reaver os valores pagos a maior</li> <li>2. Deverá ser apurada a responsabilidade de quem deu causa aos fatos apontados neste relatório.</li> </ol>
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
Devido a mudanças na direção da Diretoria de Administração, a verificação do atendimento desta recomendação será realizada no exercício de 2012.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	03/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	CGCOM
<b>Descrição da Recomendação</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Recomenda-se que nas próximas contratações o fiscal fique atento às cláusulas contratuais e assegure a correta execução do contrato.</li> <li>2. Recomenda-se que se proceda à cobrança de R\$ 15.594,49 da ABMP Promoções e Eventos Empresariais LTDA visando o ressarcimento dos valores cobrados indevidamente.</li> <li>3. Recomenda-se o ressarcimento dos valores despendidos, sem justificativa, referentes a lanches nos quatro eventos sem vínculo com a atividade do Instituto, que totalizam o valor de R\$ 10.452,00.</li> <li>4. Recomenda-se proceder à atualização do levantamento da entrega das medalhas e realizar a entrega aos servidores pertinentes que ainda não foram contemplados.</li> </ol>
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
CGCOM	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
A verificação do atendimento destas recomendações será realizada no exercício de 2012.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	05/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	PR/CGTI
<b>Descrição da Recomendação</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Que a CGTI elabore e adote formalmente para o ano de 2012 indicadores de desempenho para a área de informática com o objetivo de aferir os resultados alcançados pela área.</li> <li>2. Que a CGTI solicite à CGRH a realização de ações de capacitação que abordem a fiscalização contratual para a área de informática.</li> <li>3. Que a CGTI promova gestões junto a CGRH no sentido de haver uma comunicação entre as duas coordenações por ocasião dos atos de remoção no INPI.</li> <li>4. Que a CGTI providencie a correção das falhas identificadas (acesso às pastas armazenadas no diretório õZeusö) e adote as medidas necessárias no sentido de disponibilizar uma rede mais segura para o INPI.</li> <li>5. Que a CGTI continue solicitar ao SERPRO que apague os referidos domínios.</li> <li>6. Que a CGTI promova gestões junto a Presidência no sentido de institucionalizar um Plano de Continuidade de Negócios para o INPI, conforme orientação do item 5 da Norma Complementar nº 06/2009 publicada pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República ó GSIPR.</li> <li>7. Que a CGTI elabore uma metodologia para o desenvolvimento de sistemas, conforme previsto no Plano de Metas SISP 2011-2012.</li> <li>8. Que a CGTI se abstenha de designar servidores sem formação específica para elaborar Termos de Referência na área de Tecnologia da Informação, bem como, solicite cursos de capacitação a CGRH que tratem do planejamento da contratação, para aqueles servidores que possuem formação na área de informática.</li> <li>9. Que a CGTI atenda as determinações legais referentes à contratação de todos os serviços de TI, especificamente as que se referem às exigências constantes da fase do planejamento da contratação, inserindo no processo a Análise da Viabilidade da Contratação, o Plano de Sustentação, a Estratégia de Contratação e a Análise de Riscos.</li> <li>10. Que a CGTI apresente a justificativa para contratação com base na alocação de postos de serviços (contrato nº 54/2008).</li> <li>11. Que a CGTI se abstenha de efetuar contratações na área de TI com base na alocação de postos de serviços.</li> <li>12. Que a CGTI efetue nova contratação ou adapte o presente contrato (contrato nº 54/2008) ao que estabelece o § 2º do art. 14 da IN nº 04/2008, adotando o regime de execução com base em unidade de medida.</li> </ol>
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
PR/CGTI	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
A verificação do atendimento destas recomendações será realizada no exercício de 2012.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	05/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	PR/CGTI
<b>Descrição da Recomendação</b>	<p>13. Que a CGTI se abstenha de efetuar pagamentos por serviços prestados sem que a documentação fiscal apresentada esteja completa.</p> <p>14. Que a CGTI regularize o contrato nº 54/2008, promovendo as ações necessárias no sentido de dotar o contrato com profissionais que cumpram a qualificação mínima exigida no Termo de Referência.</p> <p>15. 21.5.11 Afastamento do responsável pela gestão e fiscalização do contrato nº 54/2008 com imediata substituição.</p> <p>16. Abertura do processo administrativo disciplinar na forma do art. 143 da Lei nº8.112/90 pela Presidência do INPI, com vistas à apuração dos fatos e potenciais prejuízos pelo pagamento e prestação de serviços por mão de obra sem a qualificação mínima exigida.</p> <p>17. Que o fiscal atente para o cumprimento das cláusulas dispostas no contrato em referência (54/2008).</p> <p>18. Que a CGTI se abstenha de contratar serviços de informática com objetos indefinidos.</p> <p>19. Que a CGTI apresente a justificativa para contratação com base na alocação de postos de serviços (contrato nº 34/2009).</p> <p>20. Que a CGTI se abstenha de efetuar contratações com base na alocação de postos de serviços e adote o regime de execução com base em unidade de medida.</p> <p>21. Que a CGTI adapte o contrato nº 34/2009 as exigências técnicas da IN nº 04/2010.</p> <p>22. Que a CGTI se abstenha de efetuar contratações prevendo a remuneração dos postos de trabalho alocados.</p> <p>23. Que a CGTI exija, por meio da fiscalização contratual, que a contratada preencha todos os postos de serviços constantes do Termo de Referência (contrato nº 34/2009) e que seja verificado se foi efetuado pagamento a maior nos meses em que os quadros de pessoal não estavam completos.</p> <p>24. Que a CGTI se abstenha de demandar aos funcionários dos fornecedores execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação e informe detalhadamente esta participação da contratada em elaboração de termos de referência para outros objetos de contratação de TI.</p> <p>25. Que a CGTI regularize o contrato nº 34/2009, promovendo as ações necessárias no sentido de dotar o contrato com profissionais que cumpram a qualificação mínima exigida no Termo de Referência.</p> <p>26. Que a CGTI se abstenha de utilizar o termo "experiência sólida" no Termo de Referência como requisito mínimo na qualificação de profissionais a serem contratados.</p>
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
PR/CGTI	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
A verificação do atendimento destas recomendações será realizada no exercício de 2012.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	05/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	PR/CGTI
<b>Descrição da Recomendação</b>	<p>27. Afastamento do responsável pela gestão e fiscalização do contrato nº 34/2009 com imediata substituição.</p> <p>28. Abertura do processo administrativo disciplinar na forma do art. 143 da Lei nº8.112/90 pela Presidência do INPI, com vistas à apuração dos fatos e potenciais prejuízos pelo pagamento e prestação de serviços por mão de obra sem a qualificação mínima exigida.</p>
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
PR/CGTI	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
A verificação do atendimento destas recomendações será realizada no exercício de 2012.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	07/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DICOD
<b>Descrição da Recomendação</b>	Recomendamos à DICOD avaliar a real necessidade de pessoal daquela Unidade (DIREG/MG), considerando as expectativas/metastas de desempenho institucional.
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DICOD	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
A verificação do atendimento desta recomendação será realizada no exercício de 2012.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	07/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD
<b>Descrição da Recomendação</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Recomendamos providências na solução dos problemas de infra-estrutura evidenciados nos Relatórios da Divisão de Engenharia e Manutenção, Relatórios de Gestão do 1.º Semestre/2011 da DIREG-MG e REDIR-ES e Relatório Técnico da CGTI/COINF.</li> <li>2. Recomendamos que a Administração faça a análise das repactuações do contrato no 53/2009 (Pregão nº 43/2009), solicitadas pela empresa ALPHA, visando manter a equação financeira, conforme disposto no art. 65, da lei n.º 8.666/93.</li> <li>3. Recomendamos à DIRAD solução das repactuações solicitadas pela MÁXIMA, visando manter a equação financeira do contrato no 27/2009 (Pregão nº 64/2009), conforme disposto no art. 65, da lei n.º 8.666/93.</li> </ol>
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
A verificação do atendimento destas recomendações será realizada no exercício de 2012.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	07/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIREG-MG
<b>Descrição da Recomendação</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Recomendamos a correção das falhas apontadas nos parágrafos: 4.4.5., 4.4.6., 4.4.8., 4.4.9., 4.4.10., 4.4.12., 4.4.14. e 4.4.15.</li> <li>2. Em relação aos pagamentos mensais, com a ausência da devida apresentação da guia de recolhimento do ISS correto, recomendamos a consulta a Coordenação de Finanças para verificação da possibilidade da retenção do referido tributo no sistema SIAFI e regularização das pendências constatadas e proceder à comunicação formal a empresa sobre a impropriedade identificada.</li> <li>3. O fiscal do contrato deverá cobrar da contratada a designação de um preposto para tratar das questões pertinentes ao contrato nº 23/2010, conforme obrigação contratual.</li> </ol>
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIREG-MG	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
A verificação do atendimento destas recomendações será realizada no exercício de 2012.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	08/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD/CGRH
<b>Descrição da Recomendação</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Disponibilizar as informações pertinentes aos atos de admissão, concessão e desligamento, por intermédio do Sisac, ao Órgão de Controle Interno e ao TCU, nos prazos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 55/2007.</li> <li>2. Estabelecer, no prazo de 60 dias, controles internos para identificar previamente e/ou evitar ocorrências de não localização de atos na base Sisac ou casos de extravio de processos.</li> <li>3. Sanear as inconsistências apresentadas no item 24 e nas concessões de aposentadoria de 2011 quanto ao campo -Titularidade no prazo de 60 dias.</li> <li>4. Proceder à atualização dos dados no sistema SIAPE das inconsistências detectadas no quadro V e VI, e estabelecer rotinas para atualização e acompanhamento dos dados quantitativos de pessoal no SIAPE, no prazo de 60 dias.</li> <li>5. Atender aos requisitos estipulados pela Portaria Normativa SRH/MP n.º 04/2011, quanto ao conteúdo, recuperação, organização, higienização e classificação dos documentos das pastas funcionais, a fim de manter os assentamento funcionais completos e aptos ao processo de digitalização. Recomendamos que a Unidade de Recursos Humanos estabeleça um cronograma para atendimento da recomendação.</li> <li>6. Atender a proposta de melhoria das condições físicas da gráfica ou verificar a pertinência em manter este setor em operação, no prazo de 60 dias.</li> <li>7. Elaborar indicadores que versem sobre absenteísmo, acidente de trabalho e doenças ocupacionais, questão disciplinar dos recursos humanos do INPI e as aposentadorias versus a reposição do quadro, ou informar se há a intenção de desenvolvê-los.</li> <li>8. Fazer constar do Relatório de Gestão informações referentes às conclusões quantitativas e qualitativas decorrentes dos indicadores sobre a gestão de recursos humanos do instituto.</li> </ol>
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD/CGRH	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
A verificação do atendimento destas recomendações será realizada no exercício de 2012.	



<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	09/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD
<b>Descrição da Recomendação</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Recomendamos incluir nos autos dos processos a justificativa da escolha do fornecedor ou executante e a razão pela não realização de pesquisa de preço, conforme disposto nos incisos II e III do art. 26 da Lei 8.666/93. (Processos INPI 52400.0007689/2011; 52400.008855/2011; 52400.005996/2011; 52400.007491/2011; 52400.009269/2011).</li> <li>2. Recomendamos a inclusão no processo administrativo da avaliação do curso do servidor Luiz Carlos Junior Fernandes (Processo INPI n.º 52400.009269/2011).</li> <li>3. Recomendamos também acostar nos autos a disponibilidade orçamentária para a contratação no Processo INPI n.º 52400.007491/2011.</li> <li>4. Recomendamos apensar no processo o relatório de treinamentos realizados, ficha cadastral, declaração que não possui PAD e avaliação do curso (Processo INPI n.º 52400.005996/2011).</li> </ol>
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
A verificação do atendimento destas recomendações será realizada no exercício de 2012.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	11/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD
<b>Descrição da Recomendação</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Recomendamos, em face do exposto no item 3.1 supra, que a Administração venha a promover a designação especial de servidor por portaria, como representante da concedente, registrado no SICONV, para exercer a função de fiscal do convênio, podendo ser o servidor que até então vem emitindo a maior parte dos Termos de Recebimento.</li> <li>2. Recomendamos ao Fiscal do Convênio, ainda a ser designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.</li> <li>3. Recomendamos o recadastramento dos vales-transportes em vigor.</li> <li>4. Recomendamos a emissão de norma interna, disciplinando a matéria na espécie, incluindo anexos contendo modelos de preenchimento, com exemplos de percursos/linhas e modalidades de transportes, a servirem de orientação para o recadastramento padronizado.</li> <li>5. Recomendamos a designação formal de preposto pela convenente, a ser apresentado à concedente, para atuar como Coordenador da execução do objeto do convênio, conforme estabelece o item 07, da sua Cláusula Quinta.</li> <li>6. Recomendamos que o campo Responsável pelo Acompanhamento Técnico no INPI, do Formulário PTPA, seja preenchido pelo Coordenador da execução do objeto do convênio.</li> <li>7. Recomendamos que o campo identificação da empresa / responsável, do formulário PTPA, no caso em tela no INPI, seja preenchido pelo representante da concedente - fiscal do convênio, ainda a ser designado, conforme itens 03 a 3.3 supra</li> <li>8. Recomendamos, em face do exposto nos itens 05 a 5.3 supra, que os relatórios de acompanhamento de desempenho / frequência / acompanhamento escolar, dos adolescentes bolsistas, passem a ser solicitados a convenente, e guarnecidos em arquivo especial da fiscalização da concedente, de modo a colaborar na aplicação do item 14, da Cláusula Quarta, do Convênio, pela concedente-INPI.</li> <li>9. Recomendamos, em face do exposto no item 5.5, que as folhas de frequência passem a ser conferidas formalmente pelo fiscal do convênio, ainda a ser especialmente designado pela concedente, conforme itens 03 a 3.3 supra.</li> <li>10. Recomendamos, no presente caso e em casos futuros, que o funcionário ocupante do posto de assistente social oferecido pela terceirizada Cardeal Construções, Comércio e Serviços Ltda, somente venha a atuar somente como apoio técnico ao Fiscal do Convênio, abstendo-se de assinar quaisquer atos administrativos, tendo em vista a vedação na presente situação.</li> <li>11. Recomendamos, em casos futuros, que o fiscal do convênio, ainda a ser especialmente designado pela concedente, venha a proceder durante os trabalhos de acompanhamento e fiscalização à verificação dos elencados (de até 10).</li> </ol>
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
A verificação do atendimento destas recomendações será realizada no exercício de 2012.	

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	12/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	-
<b>Comunicação Expedida</b>	-
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	DIRAD
<b>Descrição da Recomendação</b>	A Administração deverá atender as demais recomendações já exaradas pela Auditoria Interna, com o objetivo de sanear as questões controversas e finalizar a solicitada repactuação (contrato nº 18/2006 ó 26/07/06 a 25/07/07).
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
DIRAD	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
A verificação do atendimento destas recomendações será realizada no exercício de 2012.	

## **16. Outras informações relevantes prestadas pelas Diretorias para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício**

### **16.1 Diretoria de Patentes ó DIRPA**

Como resultado das ações propostas pela DIRPA no Planejamento Estratégico para a redução do *backlog* de patentes, em 2011 o índice registrado para o indicador Prazo de Concessão de Patentes foi de 5,4 anos, comparado ao índice de 8,3 anos em 2010. Este resultado é reflexo das mudanças internas realizadas na DIRPA com o aperfeiçoamento e informatização dos procedimentos administrativos. Em particular, a razão principal desse aumento foi a automatização da publicação dos pedidos arquivados por falta de pagamento de anuidade (8.11), permitindo identificar com maior agilidade os pedidos que estão com falta de pagamento da anuidade. Somente nos meses de novembro e dezembro de 2011, mais de 13.000 pedidos do *backlog* foram identificados e arquivados por este motivo. Assim, a expectativa é de redução continuada deste indicador, em consonância com a Diretriz Estratégica de examinar patentes com alta qualidade em prazo inferior a quatro anos a partir do depósito do pedido de patente.

### **16.2 Diretoria de Marcasó DIRMA**

Em 2011, a Diretoria de Marcas do INPI teve um aumento de 18% nos pedidos de marca em relação ao ano passado, alcançando um recorde de 152 mil pedidos depositados. Entretanto, a capacidade de exame vem decaindo ao longo dos últimos anos, tendo atingido em 2011 o patamar de 58 examinadores de marca, número considerado bastante inferior ao necessário para processar com qualidade uma demanda que aumenta seguidamente. Enquanto aguarda a realização de concurso, a solução encontrada pela Diretoria para lidar com esse aumento da demanda e diminuição de funcionários foi investir em novos sistemas eletrônicos que melhoram a produtividade: neste sentido, em 2012, será implantado o *Intellectual Property Automation System* (IPAS), que irá gerenciar o fluxo de trabalho e otimizar o processamento dos pedidos.

### **16.3 Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registrosó DICIG**

A Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros - DICIG é responsável pelos seguintes serviços: analisar e decidir os pedidos de averbação de contratos de transferência de tecnologia e de franquia, além de conceder licenças compulsórias; e decidir os pedidos de registro de indicação geográfica, sendo também responsável por seu fomento, os pedidos de registro desenho industrial, de programa de computador e topografia de circuitos integrados.

Em 2011, entre pedidos de averbação/registo e consultas simples deram entrada 2.660 solicitações e foram tomadas 2.679 decisões. Verifica-se que foram decididos todos os requerimentos que deram entrada no período citado, o que demonstra o bom desempenho da área.

No que se refere às decisões, observou-se aumento de 7% na emissão de certificados de averbação em decorrência do aumento nos requerimentos de averbação, e redução nos indeferimentos e arquivamentos de processos, de 6% e 21% respectivamente. As exigências formuladas na análise dos contratos diminuíram 21% em relação ao mesmo período anterior. Este fato, aliado à redução da entrada de consultas prévias, indica um maior nível de esclarecimento das empresas na contratação de tecnologia.

Em relação ao desenho industrial, embora o total de decisões finais no primeiro semestre de 2011 tenha sido 23% superior ao índice do mesmo período do ano anterior, a elaboração dos subsídios técnicos para instrução dos processos administrativos de nulidade, a partir do segundo semestre

levou à pequena redução no total anual de decisões finais em relação ao ano anterior, de 10,2%. Mas este resultado é bem maior que o total de decisões finais de 2009, refletindo o ganho de produtividade devido à lotação de dois novos examinadores que vieram do último concurso público.

Sobre a indicação geográfica, foram contabilizados oito pedidos de registro em 2011. Destes pedidos, três foram estrangeiros e cinco nacionais. Mostrando a produtividade crescente da área, em 2011 foram realizados nove deferimentos, índice 350% acima do ano anterior.

No ano de 2011, em relação ao registro de programa de computador, observou-se aumento de 8,9% dos depósitos. Este aumento pode ser atribuído à possibilidade de entrega da documentação técnica no formato eletrônico o que é uma medida do INPI para facilitar o processo e aos reflexos de maior consciência dos usuários sobre a necessidade de segurança jurídica para suas obras intelectuais.

Por fim, em relação à topografia de circuitos integrados, no segundo semestre de 2011 foi feito mais um pedido de registro, totalizando 13 desde a atribuição desta competência ao INPI, no segundo semestre de 2008. Devido a problemas operacionais, em 2011 não foi possível realizar o exame de pedidos depositados. Em 2012, esforços serão empreendidos para a elaboração de diretrizes de exame das topografias e para seu processamento por um sistema eletrônico automatizado.

#### **16.4 Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento o DICOD**

Em 2011, a Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento - DICOD avançou nas atividades de disseminação da propriedade intelectual e capacitação do público nacional. O número de pessoas capacitadas em cursos de curta duração presenciais, por exemplo, chegou a 1.611 no ano passado.

Além disso, a Diretoria atuou em diversas parcerias com instituições nacionais e internacionais. Numa delas, realizou transferências para a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no valor de R\$ 839.326,18. Estas transferências referem-se ao Termo de Cooperação celebrado entre as instituições, desde 2008, para acesso dos pesquisadores do INPI à base de periódicos nacionais e internacionais presentes no Portal de Periódicos da CAPES.

Com a OMPI, em setembro de 2011 foi celebrado um novo acordo para treinamento do corpo técnico do INPI, com a primeira transferência ocorrendo em dezembro de 2011, no valor de R\$ 710.000,00. Para 2012, a expectativa é de que haja nova transferência de recursos para OMPI, com o mesmo objetivo acima, no valor de R\$ 1.441.050,00. Vale lembrar que, a partir de 2011, houve uma considerável melhora na fiscalização e análise da prestação de contas.

#### **16.5 Diretoria de Administração o DIRAD**

Em 2011, a Diretoria de Administração - DIRAD deu passos importantes para a modernização do INPI. Projetos como a implantação do controle eletrônico de frequência, o esvaziamento do Edifício *A Noite* e a mudança para o Edifício *São Bento Corporate* começaram a ser executados.

Sobre o primeiro item, foi publicada em 2011 a Instrução Normativa N.º 011/2011, que dispõe sobre a jornada de trabalho e o controle de frequência dos servidores do INPI. Também foi implementado o Sistema Eletrônico de Controle de Frequência dos Servidores. Espera-se que a implementação desse sistema leve à maior eficiência no exercício das atividades deste Instituto.

Em 2011, também foi celebrado o Contrato n.º 011/2011 entre o INPI e o Banco *Opportunity S/A*, cujo objeto é a locação do Edifício *São Bento Corporate*, localizado bem perto do outro edifício e também do prédio da Mayrink Veiga n.º 09, onde se encontra a maioria dos servidores do Instituto. Mostrando a preocupação do INPI com a sustentabilidade, o novo prédio pode ser considerado um

edifício inteligente em termos ambientais e sociais, com sistemas para poupar energia e água. Esta locação viabilizará a desocupação do edifício-sede do INPI, que se faz necessária para realizar o *retrofit* do prédio da Praça Mauá. Com esta reforma, o edifício oferecerá aos servidores um ambiente adequado para o exercício de suas atribuições regimentais.

Ainda sobre o Edifício *A Noite*, o INPI convocou a Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos ó ECT e a Empresa Brasileira de Comunicação ó EBC, ocupantes do edifício junto com o Instituto, para discutir a divisão das despesas condominiais e o rateio das despesas relativas à sua reforma. Ficou decidido que serão adotados os percentuais pactuados no Termo de Acordo e na Convenção de Condomínio celebrado entre as partes, e o INPI será ressarcido das despesas pagas.

Vale ressaltar que, em 2011, o INPI realizou uma nova licitação para locação de veículos com base no modelo usado no TCU, que prevê uma franquia mínima visando garantir a execução do contrato. Para aperfeiçoar o serviço, foram usadas ferramentas de gestão, como tacógrafos digitais, GPS e o Sistema de Requisição de Veículos - SRV, que permite o gerenciamento eletrônico dos pedidos de transporte de pessoas e documentos.

Também foi realizado, no ano de 2011, o controle intensivo dos projetos prioritários do Instituto, medida que teve como resultado imediato a redução do tempo de contratação e incremento da qualidade do atendimento das demandas institucionais. Ainda neste ano, o INPI deu início ao planejamento para adquirir uma solução integrada de gestão para modernizar ainda mais o trabalho da Autarquia. Como resultado deste processo de modernização, a qualidade das diretrizes, normas e práticas nas licitações e contratos do INPI foi constatada pelos órgãos de controle interno e externo, como evidencia o Acórdão nº 8005/2011 do TCU.

Por fim, atendendo à recomendação constante no acórdão acima citado, no sentido de constar no presente Relatório de Gestão informação específica acerca do impacto do contingenciamento orçamentário sobre as aquisições de bens e serviços necessárias ao cumprimento dos objetivos fixados no Planejamento Estratégico da entidade, o INPI informa que a execução da ação óGestão e Administração do Programaõ em 2011 atingiu 88,66% do seu orçamento total, o que foi considerado um percentual satisfatório baseado no seu planejamento.

Cabe registrar que esse percentual não foi melhor porque a aprovação dos créditos por remanejamentos para esta ação, que somaram R\$ 12.582.300,00, o que representa 7,11% do orçamento final, somente foi publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2011, apesar de todos os esforços para sua liberação anteriormente. Dessa forma, apenas as compras do mobiliário para as novas instalações do INPI e o pagamento de algumas despesas também decorrentes do aluguel foram viabilizadas.

## PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

### 17. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

*Quadro XLVI ó Declaração do contador com ressalva*

Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Instituto Nacional da Propriedade Industrial.		183038	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <p>a) Restrição na conformidade contábil, pois não foi realizado o teste de recuperabilidade de ativos com base na macrofunção 02.03.30. O teste deveria ter sido aplicado em bens adquiridos anteriormente ao exercício de 2010, conforme item 16 da respectiva macrofunção. No caso, de acordo com o cronograma previsto deveria ter sido aplicado o teste de recuperabilidade, nos bens contabilizados na conta 14.212.35.00 ó Equipamentos de Processamento de Dados, para posterior início da aplicação da depreciação.</p> <p>b) Ausência da Conformidade de Registro de Gestão da Unidade Gestora 183040 - Escritório de Difusão Regional Sul II, Unidade Gestora 183042 ó Escritório de Difusão Regional Sul I, Unidade Gestora 183043 ó Escritório de Difusão Regional Centro Oeste, Unidade Gestora 183044- Escritório de Difusão Regional Nordeste e Unidade Gestora 183045 ó Escritório de Difusão Regional Sudeste I.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	23 de Janeiro de 2012.
Contador Responsável	Maria Cristina de Souza de Araújo	CRC nº	059143

## 18. Resultados e Conclusão

Garantir mais agilidade e qualidade na concessão dos direitos de propriedade intelectual e reduzir o chamado backlog de marcas e patentes são, em síntese, os objetivos principais do INPI. Eles foram traçados nos últimos anos e perpassam todas as atividades desenvolvidas e relatadas neste documento.

Pode-se afirmar que, em relação à qualidade, o reconhecimento do INPI como autoridade internacional da busca e exame de patentes mostrou que o Instituto está no caminho certo. O problema, no entanto, persiste no que se refere ao backlog de marcas e patentes. A questão de patentes, por sinal, é um problema que afeta praticamente todos os escritórios de PI do mundo.

O que se pode dizer é que o INPI ainda não resolveu o problema definitivamente, mas ele está devidamente equacionado. Em 2011, com a reestruturação e informatização dos procedimentos internos, foi possível reduzir para 5,4 anos o tempo de processamento de um pedido de patentes, chegando aos índices dos melhores escritórios do mundo.

Para manter este ritmo de melhoria e agilidade nas operações do Instituto, é necessário que os investimentos continuem para dar sequência à estruturação do INPI. Isso se traduz na necessidade de ampliação do quadro de servidores e capacitação dos mesmos, modernização administrativa, novas instalações e investimentos em tecnologia da informação. Investimentos como estes tem se revelado fundamentais, sobretudo para a redefinição de procedimentos internos e redução da tramitação dos processos.

Em outro eixo de atuação, o INPI tem se dedicado também ao trabalho de divulgação da cultura de propriedade intelectual. Parte deste trabalho se revela no aumento do espaço reservado ao Instituto na mídia. Tal divulgação é importante, entre outros aspectos, na medida em que possibilita também a capacitação dos usuários dos serviços do INPI. Com pedidos mais bem feitos e melhor fundamentados, associados à adoção das ferramentas da tecnologia da informação, a consequência natural é a agilização nas análises, com ganhos para os usuários.

Na definição destes objetivos estratégicos, vale dizer que, enquanto alguns dos problemas enfrentados pelo INPI devem ser resolvidos de acordo com o desenvolvimento das ações descritas, outros já podem ser considerados equacionados. Exemplos são os relativos aos registros de programas de computador e de desenhos industriais.

Outro avanço considerável pode se atribuir ao reconhecimento, pelas indústrias e cooperativas, da importância dos registros de indicação geográfica como agregadores de valor, principalmente nos negócios de exportação. O aumento da demanda por este serviço pode ser atribuído à intensificação do trabalho de divulgação ao qual o INPI vem se dedicando.

Cabe destacar, no entanto, que este processo e a consolidação de todos os ganhos obtidos em 2011 dependem fundamentalmente da garantia de continuidade da reestruturação no INPI. É fundamental a realização de concursos públicos que acompanhem o crescimento do Instituto para enfrentar não só os problemas atuais como também o natural crescimento da demanda. Também é preciso manter os investimentos em tecnologias e ampliar a divulgação do sistema de propriedade intelectual e do trabalho do INPI. Este é o desafio. E é isto que espera a sociedade.